GRUPO VISABEIRA

RELATÓRIO & CONTAS 2017

GRUPO VISABEIRA

GRUPO

VISABEIRA

RELATÓRIO
& CONTAS 2017

GRUPO VISABEIRA

Bem-vindo ao Relatório e Contas do Grupo Visabeira 2017

Índice

01

O Grupo Visabeira	**04**
Abertura	**06**
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	**08**
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	**10**
Órgãos sociais	**12**
Estrutura de participações	**16**
Onde estamos	**18**
Principais negócios	**20**

02

2017 em Perspectiva	**54**
Análise dos resultados consolidados	**56**
Fatores de risco	**62**
Evolução de negócios por área	**67**
Compromisso com a sociedade	**102**
Perspetivas futuras	**108**
Anexo ao relatório do Conselho de Administração	**111**

03

Documentos de prestação das contas consolidadas	**112**
Demonstrações financeiras consolidadas	**114**
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	**120**
Documentos de apreciação e certificação	**170**

GRUPO VISABEIRA

Grupo Visabeira

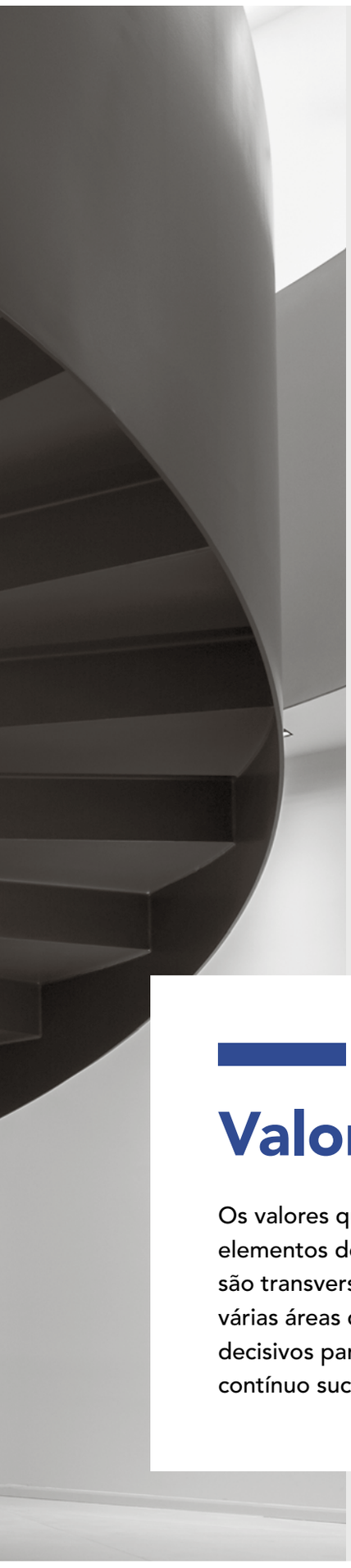
01

Visão

Ser um grupo económico de ampla expansão multinacional, procurar a liderança em todos os setores e mercados onde atuamos e marcar a diferença pelos conceitos inovadores e soluções integradas que criam valor para os nossos clientes e acionistas.

Missão

Levar aos nossos parceiros e clientes respostas cada vez mais completas, de acordo com as suas necessidades e respondendo às suas expetativas, através de uma cada vez maior capacidade produtiva e operacional. Graças à transdisciplinaridade que nos define, produzimos uma grande diversidade de bens, prestamos serviços nas mais diversas áreas e criamos múltiplas oportunidades de negócio. Ser facilitador do dia a dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo.



Ser facilitador do dia a dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo.

2017

Valores

Os valores que assumimos, enquanto elementos definidores da marca Visabeira, são transversais a todos os profissionais e às várias áreas da organização, mostrando-se decisivos para a evolução do Grupo e o seu contínuo sucesso.

Criatividade
Inovação
Dinamismo
Competitividade
Ambição

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Encerrámos o ano de 2017 com um volume de negócios de 638 milhões de euros e um EBITDA de 124 milhões de euros, crescendo 12% face ao ano de 2016.

Em 2017, a atividade económica global confirmou uma ambicionada evolução positiva de crescimento, tendo mesmo superado as expetativas quer na União Europeia, quer na zona Euro. O Grupo Visabeira, catalisado por este cenário favorável e alavancado pela sua dinâmica própria, registou novos máximos históricos, na maioria dos principais indicadores.

Encerrámos o ano de 2017 com um volume de negócios de 638 milhões de euros e um EBITDA de 124 milhões de euros, crescendo 12% face ao ano de 2016 e levando os resultados líquidos a ultrapassar a marca dos 50 milhões de euros, o que comprova as estratégias definidas e atesta a robustez do nosso modelo de negócios.

Estes resultados vêm reforçar que a estratégia de internacionalização que o Grupo vem consolidando desde há já vários anos, e que lhe permitiu atingir neste exercício o patamar dos 64% do seu volume de negócios no mercado externo, está correta e será vital para que o objetivo de atingir os 1000 milhões de euros de volume de negócios em 2020 seja uma realidade.

O ano de 2017, para além do reforço das posições do Grupo nos principais países onde está presente, ficou marcado pela entrada no mercado italiano, dentro da estratégia de contínua consolidação da sua presença nos mercados europeus, onde, em países como França, Bélgica, Alemanha e Dinamarca, já tem uma presença importante com garantias de qualidade e excelência reconhecidas pelos principais operadores destes países. Uma palavra de reconhecimento muito especial para todos os colaboradores do Grupo Visabeira que tão bem souberam interiorizar este desafio de crescimento e de rigor. São mais de 10.000 colaboradores que, espalhados pelos quatro cantos do mundo, permitiram ao Grupo com o seu compromisso, dedicação e eficaz desempenho, consolidar a implementação desta estratégia que é a base fundamental do sucesso alcançado.

Uma menção final para agradecer o voto de confiança de todos os stakeholders, em especial dos nossos parceiros, fornecedores e a nossa principal razão de ser, os nossos clientes. Com eles continuaremos a trilhar os caminhos do futuro, Alicerçados nas vantagens competitivas da nossa marca, na capacitação das pessoas e nas parcerias que temos vindo a fortalecer ou alargar, continuaremos em conjunto a escrever o futuro, dia a dia, sempre focados na obtenção de resultados sólidos e sustentados.

Neste contexto, a palavra de ordem para o ano de 2018 será crescer e ser cada dia melhor que o anterior. Crescer com a sustentabilidade que o passado e o legado da nossa história nos responsabilizam e com a ousadia que os novos desafios sempre nos colocam e nos motivam. Crescer com a resiliência e o dinamismo que estão no nosso ADN, apostando na permanente construção do futuro, com redobrada confiança.

Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2017 foi, globalmente, bastante bom para o Grupo Visabeira, quer no crescimento da sua atividade em Portugal e no mundo, quer no reforço positivo dos principais indicadores económicos e operacionais dos negócios que gerimos.
Neste exercício, o Grupo consolidou uma posição importante no tecido empresarial nacional e reforçou a sua presença internacional de forma muito significativa.
A Visabeira Global, nas suas atividades core (telecomunicações, energia e construção) continua a demonstrar um elevado dinamismo e sustentadas capacidades distintivas, crescendo em todos os mercados onde está presente, mas com maior relevo na Europa, através da Constructel, que cada vez mais é reconhecida como um dos principais players europeus, tendo ganho em consórcio com a Orange (France Telecom) um concurso de 100 milhões de euros para a construção da rede de fibra ótica na ilha Martinica.
Sendo um dos maiores prestadores de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia em Portugal, França, Bélgica, Alemanha e Dinamarca, expandimos a nossa atividade para Itália, no início de 2017, através da aquisição da Ieme, empresa com mais de 50 anos de existência e um dos principais prestadores de serviço para o operador incumbente de energia daquele país.
Destaque também para as nossas operações triple play (televisão, internet e voz), TVCABO em Angola e Moçambique que, em 2017, continuaram a crescer de forma sustentada em número de clientes e serviços ativos, reforçando a sua posição de primeira escolha dos consumidores de cada um daqueles países.
Na área da Visabeira Indústria, os resultados históricos da Vista Alegre e da Bordallo Pinheiro confirmaram a recuperação já verificada nestas duas marcas históricas nacionais, credibilizando ainda mais a capacidade de gestão e recuperação empresarial da Visabeira. A nossa forte aposta na inovação do design de produto e na inovação dos processos produtivos, aliada a uma gestão rigorosa e a uma forte dinâmica comercial, reforçaram a notoriedade da marca em Portugal, dando-lhe ainda uma maior dimensão internacional com importante reflexo nos quase dois terços do volume de negócios provenientes do mercado externo. Ainda no decorrer de 2017, demos à Vista Alegre uma maior robustez económica e financeira com o aumento de capital superior a 50 milhões de euros, preparando assim a empresa para a fase de expansão que

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

No domínio financeiro, demos continuidade, em 2017, à redução de financiamentos, tendo esta rubrica diminuído, nos últimos 2 anos, 154 milhões de euros, tornando o Grupo Visabeira cada vez mais robusto e equilibrado...

estamos a implementar. Realce ainda para a Ria Stone, subsidiária da Vista Alegre, que está a ampliar em 60% a sua capacidade produtiva, tendo renovado o contrato com a IKEA, que garante a compra integral da sua produção até 2026, representando um volume de negócios global de 250 milhões de euros.
No domínio da Visabeira Turismo, destaca-se a consolidação da atividade nas suas principais unidades, com o crescimento e melhoria dos principais indicadores operacionais e económicos, assim como a aposta de futuro, com a carteira de novos projetos em curso, em Lisboa, Alcobaça, Caldas da Rainha e ainda em Aveiro, com a recuperação do bairro operário da Vista Alegre.
Todos os dias, nos quatro cantos do mundo, os cerca de dez mil colaboradores, altamente qualificados, trabalham para disponibilizar produtos e serviços que se pautam pelos mais elevados padrões de qualidade e rigor, honrando a marca Visabeira e dignificando a capacidade de realização que carateriza o Grupo.
Os seus Valores - Inovação, Dinamismo, Criatividade, Ambição e Competitividade - são transversais a todos os profissionais e às diferentes áreas da organização constituindo o melhor património do Grupo Visabeira. As muitas e variadas distinções que as nossas empresas e produtos conquistaram são para nós um orgulho mas, principalmente, um testemunho da mais-valia que representam nos seus mercados. Exemplos emblemáticos foram as muitas distinções no setor das telecomunicações de que é exemplo o "Best Quality Award" atribuído à Constructel. Noutra frente, realce para os vários prémios que os produtos Vista Alegre continuam a conquistar, ano após ano, com menção às 10 coleções galardoadas nos "German Design Awards", a que se junta a menção do "Red Dot Design Award", entre muitos outros prémios que marcaram 2017.
Como corolário, o Grupo registou um volume de negócios de 638 milhões de euros, dos quais cerca de 64% no exterior, reforçando assim o seu carácter multinacional e concretizando de forma segura a sua Visão de Grupo pluricontinental.
O EBITDA cresceu, em 2017, cerca de 12% comparativamente a 2016, atingindo os 124 milhões de euros, e os resultados líquidos superaram a fasquia dos 50 milhões de euros, refletindo um crescimento de 77% face ao ano anterior, o que espelha bem a boa performance do Grupo neste exercício.
No domínio financeiro, demos continuidade, em 2017, à redução de financiamentos, tendo esta rubrica diminuído, nos últimos 2 anos, 154 milhões de euros, tornando o Grupo Visabeira cada vez mais robusto e equilibrado para enfrentar os desafios futuros de crescimento e consolidação nas geografias onde atuamos.
Para fechar, um reconhecimento de muito apreço aos nossos clientes e parceiros, que continuam a honrar-nos com a sua confiança neste percurso de quase quatro décadas, o que coloca o reforço dessa confiança como nosso principal desígnio. Sem eles e a sua natural exigência, não teria sido possível apresentar esta plêiade de bons resultados. Mãos à obra.

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente da Comissão Executiva

Órgãos sociais

Grupo Visabeira SGPS, S.A.

NUNO MIGUEL RODRIGUES TERRAS MARQUES

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

JOÃO MANUEL PISCO DE CASTRO

Membro do Conselho de Administração

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

Membro do Conselho de Administração

ANTÓNIO JORGE XAVIER DA COSTA

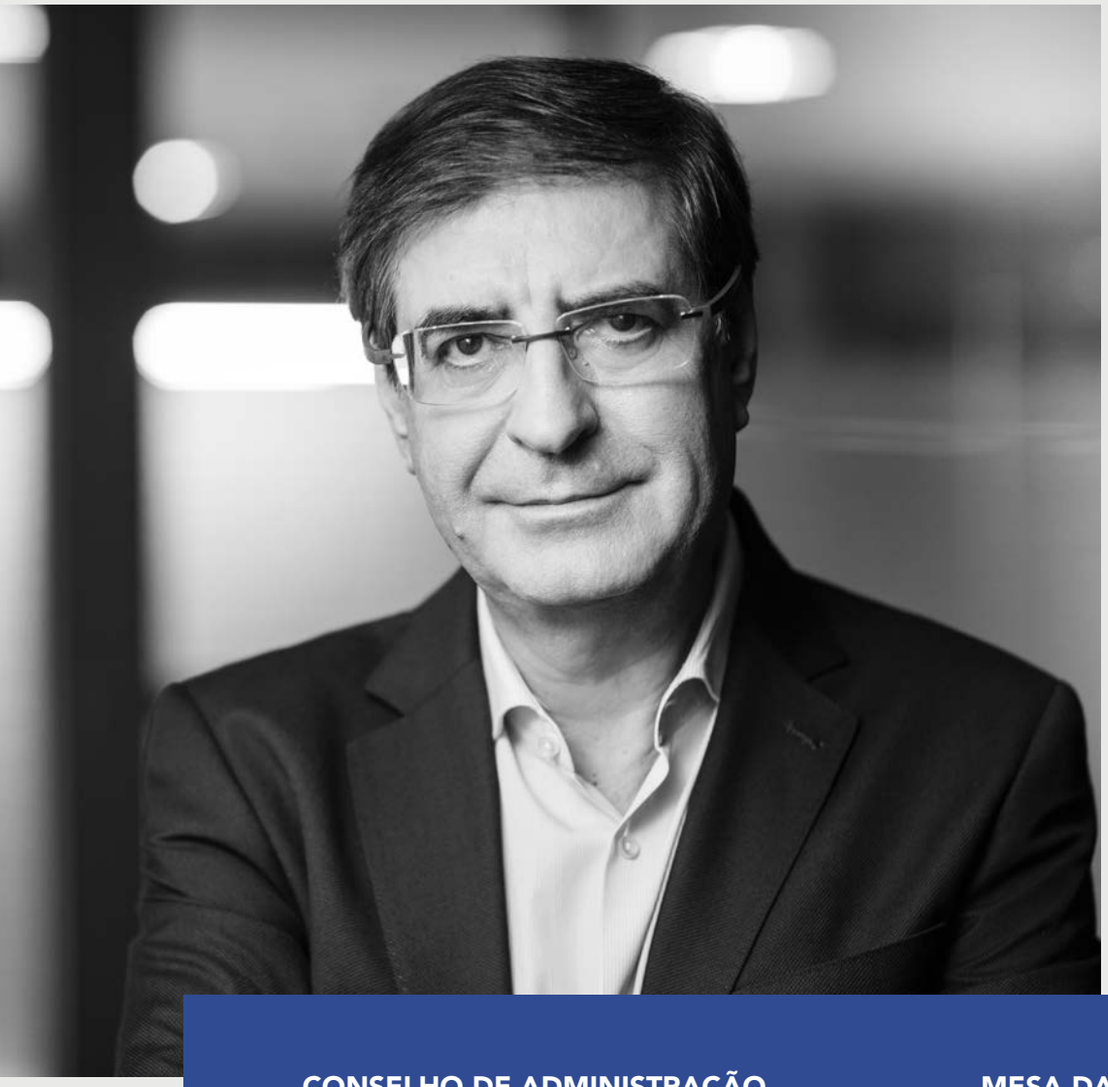
Membro do Conselho de Administração

JOSÉ LUÍS BORBA DE CAMPOS NOGUEIRA

Membro do Conselho de Administração

MARIA FILOMENA DIAS PASTOR

Membro do Conselho de Administração
Em representação da Portugal Capital Ventures, S.A.



FERNANDO CAMPOS NUNES

Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Campos Nunes
Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
João Manuel Pisco de Castro
Alexandra da Conceição Lopes
António Jorge Xavier da Costa
José Luís Borba de Campos Nogueira
Maria Filomena Dias Pastor

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Leopoldo de Sousa Camarinha – Presidente
Marta Albuquerque Santos – Secretária

FISCAL ÚNICO

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A.
Representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

Órgãos sociais

Conselho de Administração

VISABEIRA GLOBAL SGPS, S.A.

João Manuel Pisco de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

António José Monteiro Borges
Vice-Presidente da Comissão Executiva

Alexandra da Conceição Lopes

José Paulo Gomes Tomás da Costa

Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa

António Carlos Ferreira Rocha Perpétua

Domingos Gonçalo Soares Sampaio

Maria Filomena Dias Pastor
Em representação da Portugal Capital Ventures, SA

VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A.

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente

João Manuel Pisco de Castro

Alexandra da Conceição Lopes

Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

Maria Filomena Dias Pastor
Em representação da Portugal Capital Ventures, SA

Assembleia Geral

Leopoldo de Sousa Camarinha
Presidente

Marta Albuquerque Santos
Secretária

Leopoldo de Sousa Camarinha
Presidente

Marta Albuquerque Santos
Secretária

Fiscal Único

Rui Manuel da Cunha Vieira e suplente Rui Abel Serra Martins
Em representação da Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, S.A.

VISABEIRA TURISMO SGPS, S.A.

José Luís Borba de Campos Nogueira
Presidente

José Eduardo Arimateia Antunes

Alexandra da Conceição Lopes

Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

Maria Filomena Dias Pastor
Em representação da Portugal Capital Ventures, S.A.

VISABEIRA IMOBILIÁRIA SGPS, S.A.

José Luís Borba de Campos Nogueira
Presidente

José Eduardo Arimateia Antunes

Alexandra da Conceição Lopes

Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

Maria Filomena Dias Pastor
Em representação da Portugal Capital Ventures, S.A.

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES SGPS, S.A.

Alexandra da Conceição Lopes
Presidente

Jorge Manuel Esteves Costa

Paulo Alexandre Rodrigues Ferraz

José Luís Borba de Campos Nogueira

Maria Filomena Dias Pastor
Em representação da Portugal Capital Ventures, S.A.

Manuel Marques da Costa Figueiredo
Presidente

Marta Albuquerque Santos
Secretária

Leopoldo de Sousa Camarinha
Presidente

Marta Albuquerque Santos
Secretária

Manuel Marques da Costa Figueiredo
Presidente

Marta Albuquerque Santos
Secretária

Sandra Sousa Amorim e suplente Rui Manuel da Cunha Vieira
Em representação da Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, S.A.

Estrutura de participações

100% [1]
VISABEIRA GLOBAL SGPS, S.A.

Viatel	**99,29%**
PTC	100,00%
Constructel (FR)	**99,98%**
PDT	50,00%
Ieme (IT)	60,00%
Constructel Bélgica	96,77%
Modal (BE)	60,00%
Mascaux (BE)	60,00%
Cabling Station (BE)	60,00%
Gatel (FR)	100,00%
SCI Constructel (FR)	99,90%
Constructel Energie (FR)	51,00%
Constructel Alemanha	75,00%
Constructel Bau (DE)	100,00%
Constructel Itália	**50,00%**
Constructel Sweden	**50,00%**
Constructel (UK)	**50,00%**
Constructel Dinamarca	**50,00%**
Constructel Russia	**100,00%**
Visabeira	**60,00%**
Aceec	50,00%
DST/ Visabeira, ACE	50,00%
Yetech México	50,00%
Beiragás	**23,52%**
Naturenergia	**100,00%**
Field Force Atlântico	**100,00%**
Real Life Technologies	**65,00%**
Real Life Technologies (MZ)	98,00%
Real Life Academy (MZ)	98,00%
Edivisa	**100,00%**
Visacasa	**100,00%**
Vibeiras	**11,07%**
TVCABO Moçambique	**50,00%**
Televisa (MZ)	**50,00%**
TVCABO Angola	**50,00%**
Comatel (AO)	**100,00%**
Televisa Marrocos	**80,00%**
Constructel África (MZ)	**50,00%**
Electrotec (MZ)	**49,00%**
Selfenergy Moçambique	**60,00%**
Edivisa (AO)	**99,00%**
Electrovisa (AO)	**99,00%**
Vista Power (AO)	**50,00%**
Sogitel (MZ)	**75,00%**
Intelvisa (MZ)	**49,00%**
Visaqua (MZ)	50,60%
Aeroprotechnik	**51,00%**
Hidroáfrica (MZ)	**81,90%**
Constructel (DO)	**80,00%**

[1] 90% Grupo Visabeira + 10% Ações Próprias

100% [2]
VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A.

Vista Alegre Atlantis	**90,48%**
Vista Alegre Espanha	**90,48%**
Vista Alegre Brasil	**81,36%**
Vista Alegre EUA	**90,48%**
Riastone	**90,48%**
Ambitermo	**50,99%**
Ambitermo Maroc	100,00%
Mob	**97,78%**
Mob Cuisines (FR)	100,00%
Pinewells	**100,00%**
Granbeira	**98,75%**
Marmonte (MZ)	**80,00%**
Agrovisa (MZ)	**99,98%**
Celmoque (MZ)	**70,38%**
Tubangol (AO)	**95,00%**
Álamo (AO)	**95,00%**
Visaconstroi (AO)	**95,00%**

[2] 93,04% Grupo Visabeira + 6,96% Ações Próprias

GRUPO VISABEIRA SGPS, S.A.

99,45%
Fernando Campos Nunes
(NCFGEST, SGPS, S.A.)

0,55%
Outros acionistas

100% VISABEIRA TURISMO SGPS, S.A.

Montebelo	**99,83%**
VAA Empreend. Turísticos	80,99%
Zambeze	50,00%
Doutibelo	20,00%
Sem Amarras	20,00%
Movida	**94,17%**
Mundicor	**100,00%**
Turvisa (MZ)	**95,00%**
Inhambane (MZ)	80,00%
Imobiliária Panorama (MZ)	70,00%
Milibangalala (MZ)	69,00%
Soginveste (MZ)	70,00%
Zambeze Village (MZ)	90,00%

100% VISABEIRA IMOBILIÁRIA SGPS, S.A.

Visabeira Imobiliária S.A.	**100,00%**
Ifervisa	**100,00%**
Imovisa (MZ)	**49,00%**

100% VISABEIRA PARTICIPAÇÕES SGPS, S.A.

Benetrónica	**100,00%**
Iutel	**50,00%**
Rentingvisa	**100,00%**
Parque Desp. de Aveiro	**54,57%**
Visabeira Saúde	**100,00%**
Porto Salus	79,50%
Hosp. Nª Sr.ª da Arrábida	80,00%
2 Logical	51,00%
Visabeira Pro - Est. e Invest.	**100,00%**
Gevisar	30,00%
Mercury Comercial (MZ)	**95,00%**
Combustíveis Songo (MZ)	99,00%
Mercury South Africa	100,00%
Visabeira Moçambique	**100,00%**
Autovisa (MZ)	80,00%
Imensis (MZ)	49,00%
Martifer Amal (MZ)	35,00%
Build Down & B. Up (MZ)	50,00%
Caetano Formula (MZ)	21,00%
Visa House (MZ)	35,00%
Spinarq (MZ)	30,00%
Vibeiras (MZ)	60,00%
Amal (MZ)	50,00%
Visasecil (AO)	**70,00%**
Visauto (AO)	**95,00%**
Visabeira (ES)	**60,00%**
Mercury (AO)	**99,00%**
Catari Angola	95,00%
Visabeira Angola	**99,00%**
Convisa Engenharia (AO)	50,00%
Ambitermo (AO)	60,00%
Visatur (AO)	95,00%
Agrovisa (AO)	95,00%
Angovisa (AO)	70,00%

Participações mais relevantes da holding

Visabeira House	**100,00%**
Fundo Inv. Imob. Tur. II	**0,24%**
Fundação Visabeira	**9,00%**
Moçambique Seguros	**4,50%**
Cerutil	**100,00%**
Bordalgest	**99,97%**
Bordalo Pinheiro	**83,99%**

Onde estamos

O Grupo Visabeira está presente em **17 países**, incluindo Alemanha, França, Bélgica, Espanha, Dinamarca, Angola e Moçambique, comercializando serviços e produtos para **74 nações** e empregando mais de **10.000 colaboradores**, distribuídos por mais de **100 empresas**.

17
Países

74
Nações

10.073
Colaboradores

Presente com empresas

EUROPA
Portugal
Espanha
França
Alemanha
Bélgica
Dinamarca
Reino Unido
Suécia
Itália

AMÉRICA
E.U.A.
Caraíbas
Brasil

ÁFRICA
Angola
Moçambique
Marrocos
África do Sul

ÁSIA
Índia

Presente com produtos / serviços

EUROPA
Áustria
Bielorrússia
Chipre
Estónia
Finlândia
Grécia
Holanda
Hungria
Irlanda
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
Moldávia
Mónaco
Noruega
Polónia
República Checa
Roménia
Rússia
Sérvia
Suíça
Turquia
Ucrânia

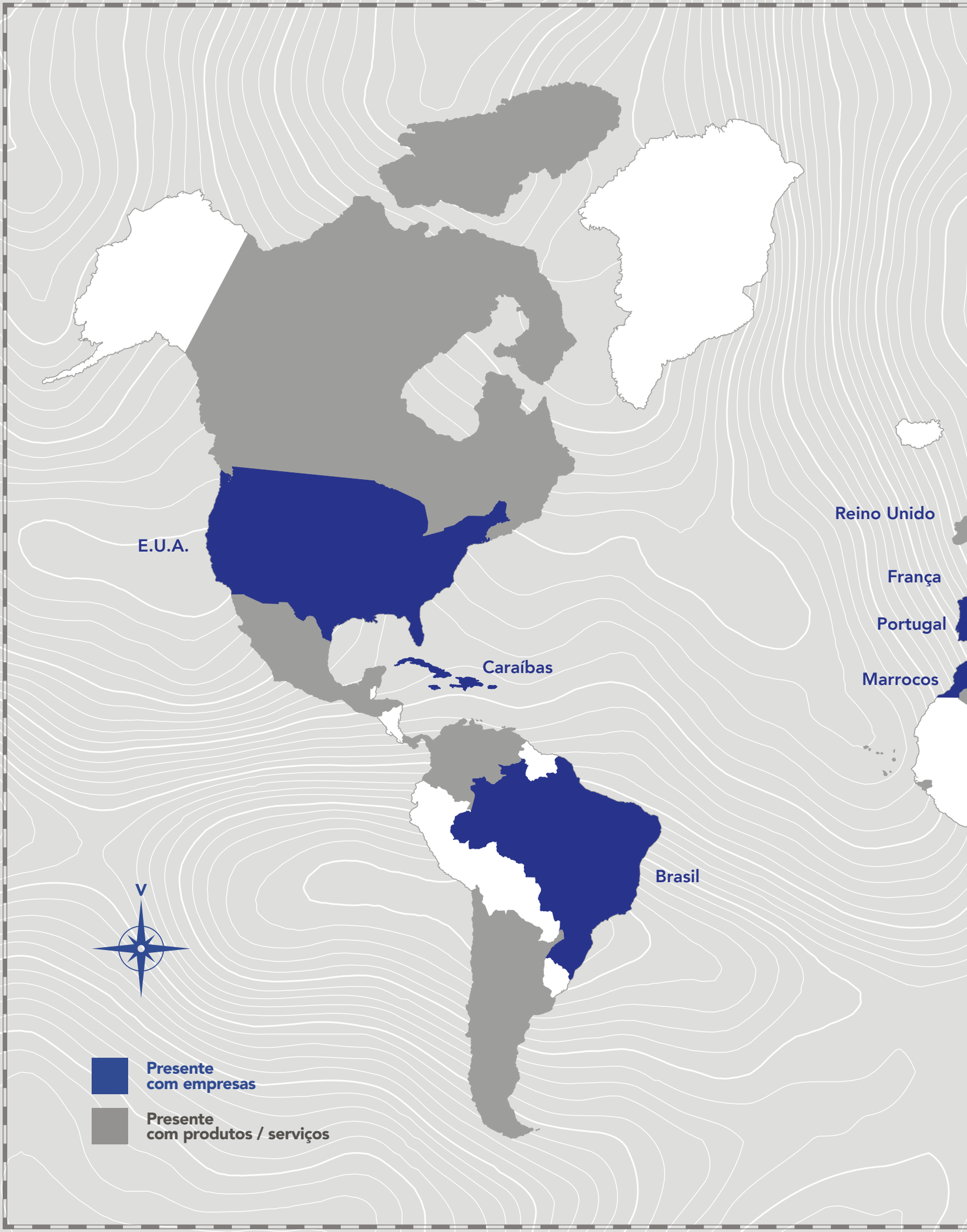
AMÉRICA
Argentina
Canadá
Chile
Colômbia
Guatemala
Honduras
México
Panamá
Venezuela

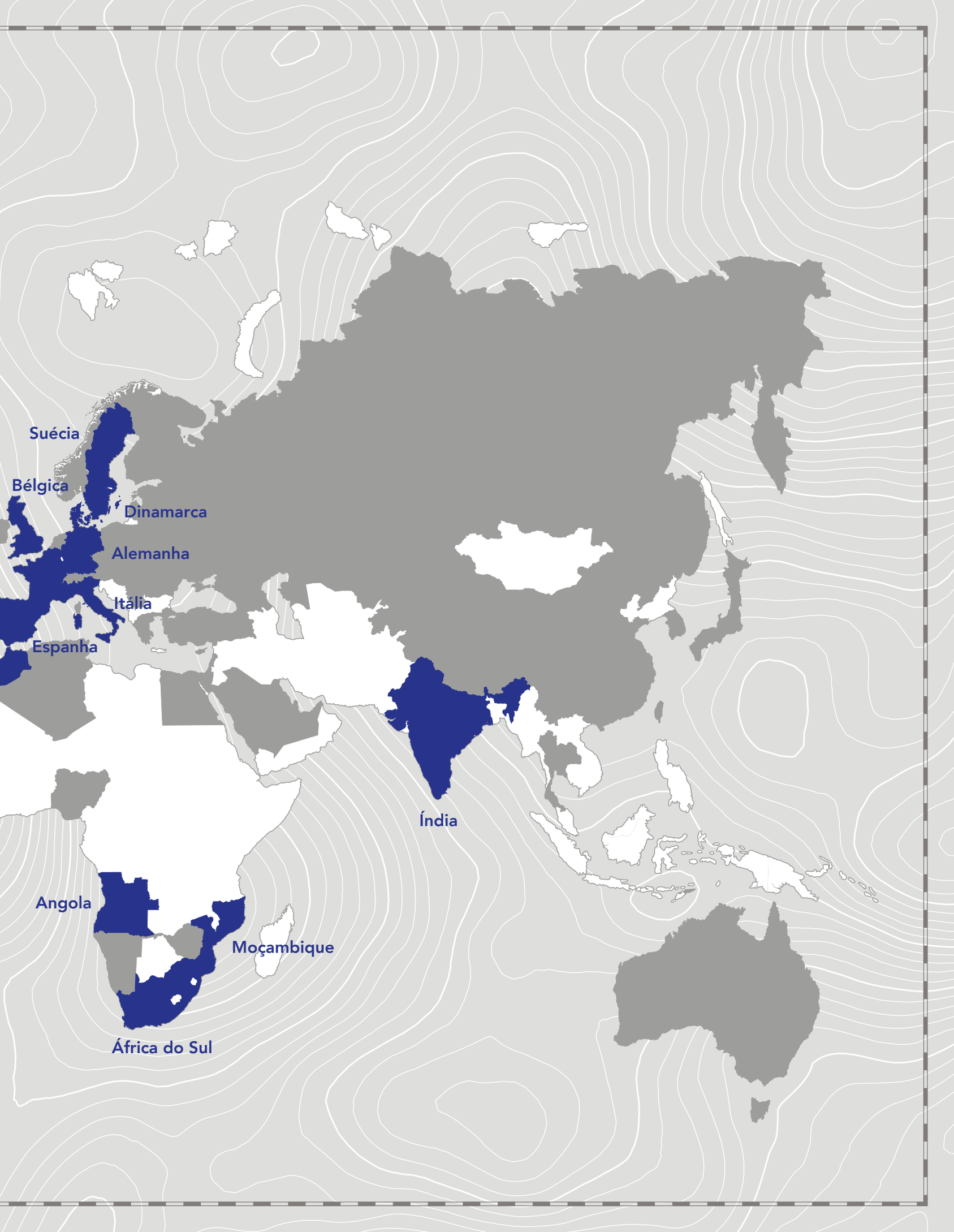
ÁFRICA
Argélia
Cabo Verde
Egito
Guiné-Bissau
Namíbia
Nigéria
Tunísia
Zimbabué

ÁSIA
Arábia Saudita
Azerbeijão
Cazaquistão
China
Coreia do Sul
Emirados Árabes Unidos
Israel
Japão
Líbano
Kuwait
Macau
Qatar
Singapura
Taiwan
Timor Lorosae

OCEÂNIA
Austrália

10.073
COLABORADORES


E.U.A.
Caraíbas
Brasil
Reino Unido
França
Portugal
Marrocos
V
Presente
com empresas
Presente
com produtos / serviços


Suécia
Bélgica
Dinamarca
Alemanha
Itália
Espanha
Índia
Angola
Moçambique
África do Sul

Principais negócios

O Grupo Visabeira é reconhecido pela sua visão e capacidade de concretização, associadas a um dinamismo objetivo orientado para os resultados. Um percurso de sucesso suportado num histórico de abrangente experiência multissetorial e numa eficaz e proativa otimização dos recursos.

Assumindo uma postura de integração e complementaridade em todos os aspetos da sua atividade, este modelo de empreendedorismo e exigência é vocacionado para a criação de valor, gerando oportunidades de negócio, recompensando a confiança e o investimento de clientes e parceiros.
Esta visão resulta num crescimento sustentado, ao longo dos últimos anos, nas múltiplas áreas de negócios a nível global.

Os resultados alcançados no ano de 2017 permitem-nos encarar com renovado otimismo e confiança os desafios que já antecipamos. O rumo manter-se-á com base num rigoroso processo de planeamento, controlo e avaliação, suportando as decisões estratégicas e otimizando continuamente os nossos recursos humanos.

VISABEIRA GLOBAL

- Telecomunicações
- Energia
- Construção
- Tecnologia

VISABEIRA INDÚSTRIA

- Cerâmica e cristalaria
- Cozinhas
- Biocombustíveis e energia térmica
- Recursos naturais

VISABEIRA TURISMO

- Hotelaria
- Restauração
- Entretenimento e lazer
- Desporto e bem-estar

VISABEIRA IMOBILIÁRIA

- Residencial e comércio
- Gestão e serviços

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

- Investimento
- Trading
- Saúde
- Serviços

VISABEIRA GLOBAL

Performing Telecommunications

Engenharia de redes de telecomunicações fixas e móveis; soluções técnicas especializadas e infraestruturas gerais para redes de telecomunicações, transportes, defesa e segurança; operações de televisão, internet e voz por cabo e fibra ótica.

Performing Energy

Construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos no âmbito da eletricidade, gás e energias renováveis – incluindo solar, eólica, cogeração e biocombustíveis.

Performing Construction

Desenvolvimento de projeto, construção, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas.

Performing Technology

Soluções e serviços no âmbito da engenharia, incluindo sistemas de informação e comunicação, mobilidade, inovação e georreferenciação.

Performing Innovation

Órgãos sociais
Visabeira Global SGPS, S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMISSÃO EXECUTIVA

JOÃO MANUEL PISCO DE CASTRO

Presidente do Conselho de Administração

NUNO MIGUEL RODRIGUES TERRAS MARQUES

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

JOSÉ PAULO GOMES TOMÁS DA COSTA

Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

JORGE MANUEL FERREIRA GUIMARÃES SOUSA

Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Leopoldo de Sousa Camarinha - Presidente
Marta Albuquerque Santos - Secretária

FISCAL ÚNICO

Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, S.A.
Representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

ANTÓNIO CARLOS FERREIRA ROCHA PERPÉTUA

Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

DOMINGOS GONÇALO SOARES SAMPAIO

Membro do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

MARIA FILOMENA DIAS PASTOR

Membro do Conselho de Administração em representação da Portugal Capital Ventures, S.A.

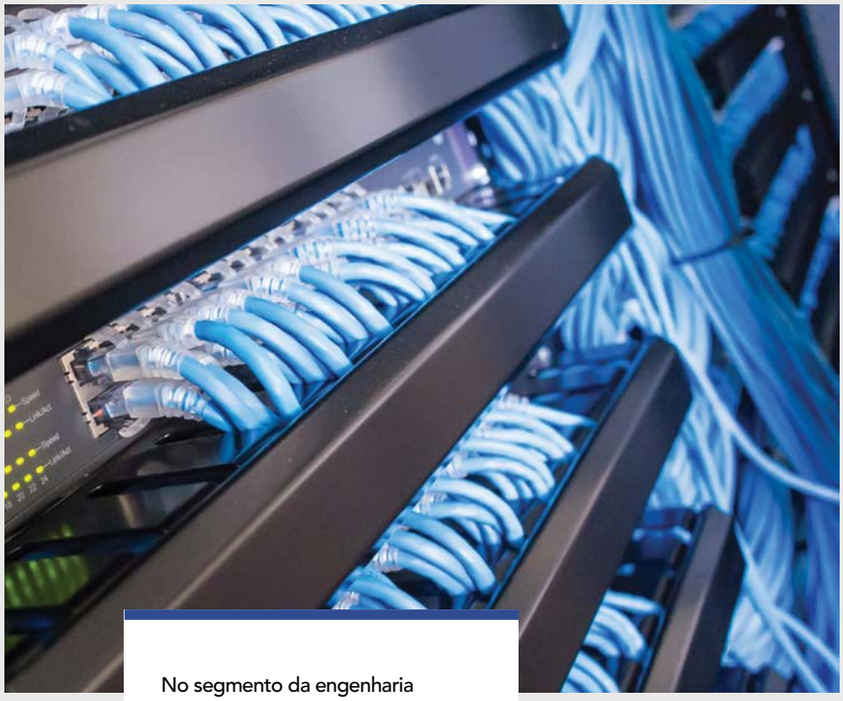
Telecomunicações

Telecomunicações
· Viatel
· PDT
· Televisa
· Comatel
· Constructel
· Gatel
· Modal
· TVCABO Moçambique
· TVCABO Angola

Energia
· Visabeira
· Electrotec
· Hidroáfrica
· Constructel Energie
· Selfenergy
· Ieme

Construção
· Edivisa
· Visacasa
· Sogitel
· Visaconstroi

Tecnologia
· Real Life Technologies
· Aeroprotechnik



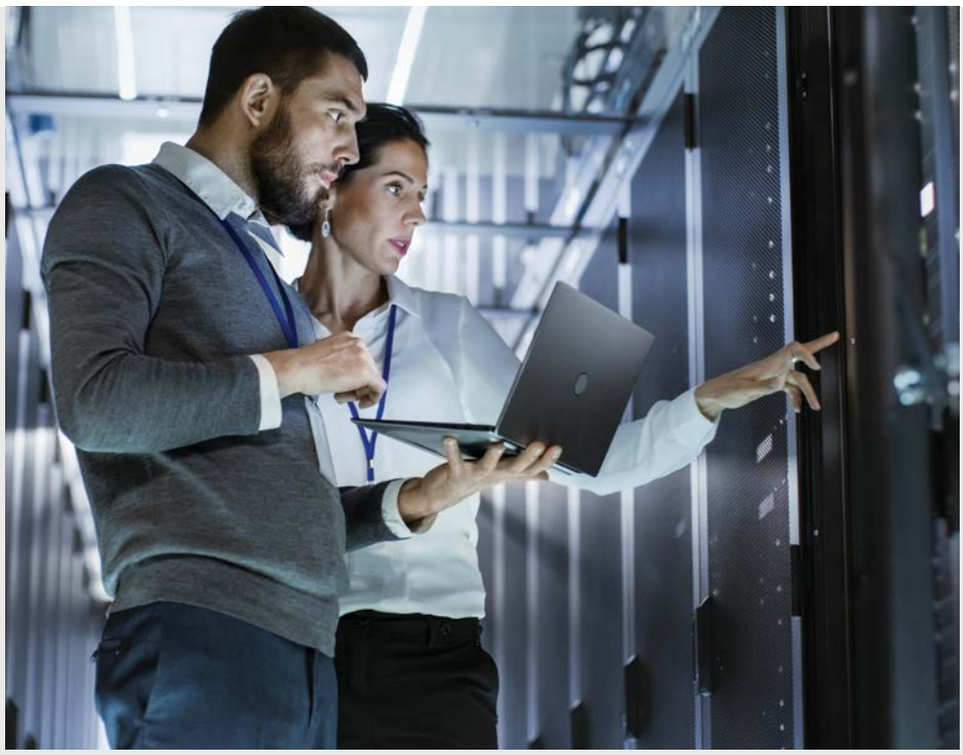
No segmento da engenharia de telecomunicações, a Visabeira Global atua num vasto âmbito, incluindo todo o tipo de redes, sistemas e infraestruturas tecnológicas, do planeamento ao projeto, da construção à manutenção. Este ramo do Grupo Visabeira opera e disponibiliza ainda serviços multimédia, internet de banda larga e televisão por cabo, numa rede de cabos óticos e coaxiais de tecnologia inteiramente digital.

Energia

Na área da Energia, a Visabeira Global detém empresas com competências reconhecidas em diversos domínios da construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos associados aos recursos energéticos, designadamente no âmbito da eletricidade, gás e no mercado crescente das energias renováveis, incluindo solar, eólica e biocombustíveis.

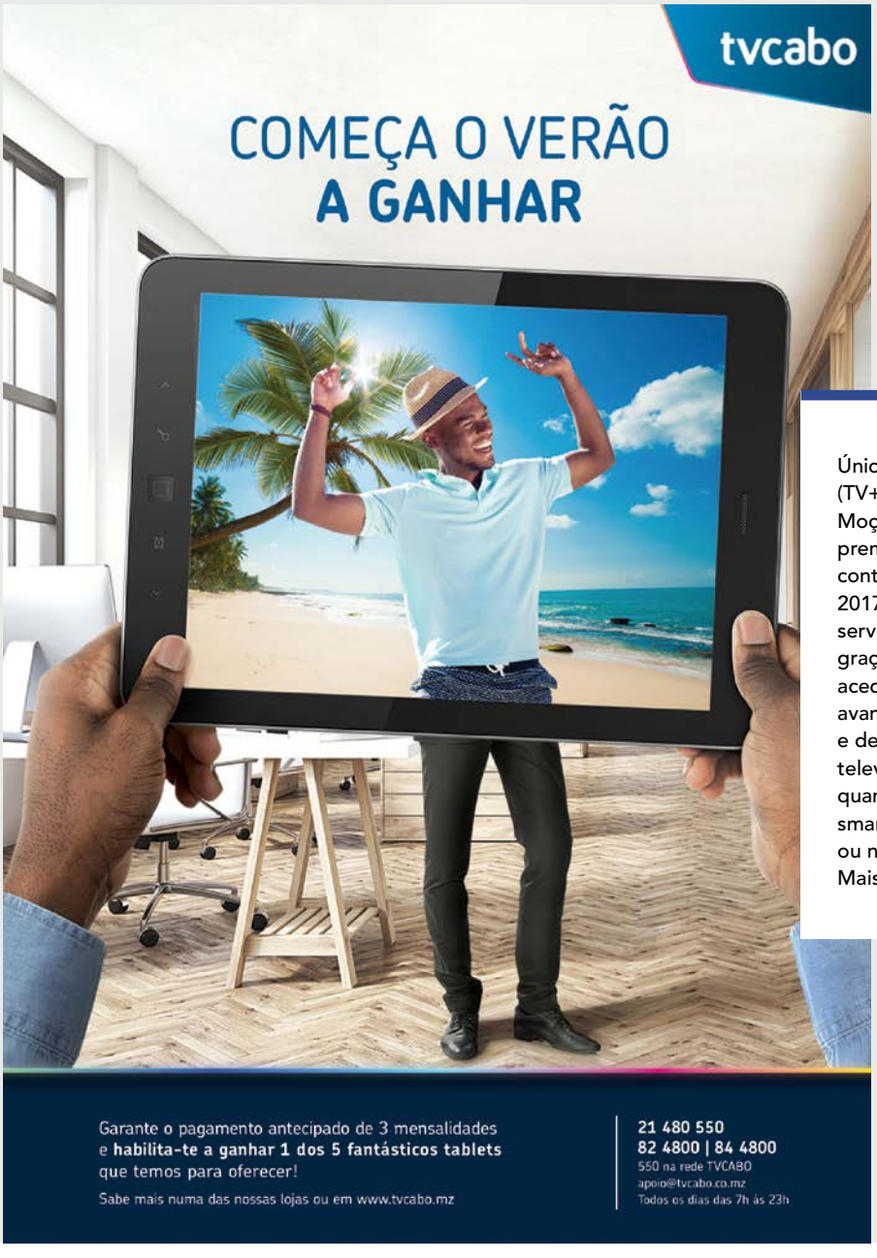
No universo da construção a Visabeira Global reúne diversas empresas complementares, continuamente reconhecidas pelos seus altos padrões de exigência e qualidade de serviço, que atuam em diferentes fases da cadeia de valor. Conjuntamente são possuidoras de um sólido know-how que integra o projeto, a construção, a reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas, concretizando obras de pequena, média e grande envergadura, dentro e fora de Portugal.

Construção



Tecnologia

Além de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções e serviços em sistemas de informação e comunicação, mobilidade, gestão de inovação e georreferenciação, entre outros, a vertente Tecnologia da Visabeira Global congrega unidades consagradas à investigação e desenvolvimento de soluções de âmbito tecnológico para empresas dos mais variados setores.



Única operadora triple play (TV+net+voz) no país, a TVCABO Moçambique, recentemente premiada pela KPMG no continente africano, lançou em 2017 o VIV Mais, um inovador serviço para os seus clientes, graças ao qual estes poderão aceder a uma plataforma avançada de televisão via internet e desfrutar dos seus canais de televisão preferidos, onde e quando quiserem, através do seu smartphone, tablet e computador, ou na televisão, com a box VIV Mais da TVCABO.

A TVCABO Angola reforçou a sua posição como operador de telecomunicações de referência na África Austral, sendo convidada de destaque num workshop promovido pelo Banco Europeu de Investimento, em Bruxelas, sob o tema "EIB Investment in Digitalisation Outside the EU". Na ocasião foi realçado o projeto "TVCABO Angola Multimédia II", cofinanciado pelo BEI, que permitirá à marca expandir a sua rede para as províncias de Lubango, Huambo, Cabinda e Soyo, além de fortalecer a presença na área metropolitana de Luanda e em Benguela.

VISABEIRA
INDÚSTRIA

Fabrico e comercialização de porcelana e cerâmica, cristal e vidro, para os segmentos de tableware, giftware, decorativo e hotelware; fabrico e comercialização de mobiliário de cozinha multifuncional e personalizável; produção do combustível orgânico pellets, forma processada de biomassa.

Performing Industry

Cerâmica e Cristalaria
· Vista Alegre
· Bordallo Pinheiro
· Ria Stone
· Cerutil

Cozinhas
· Mob

Biocombustíveis e energia térmica
· Pinewells
· Ambitermo
· Celmoque

Recursos naturais
· Granbeira
· Agrovisa
· Álamo

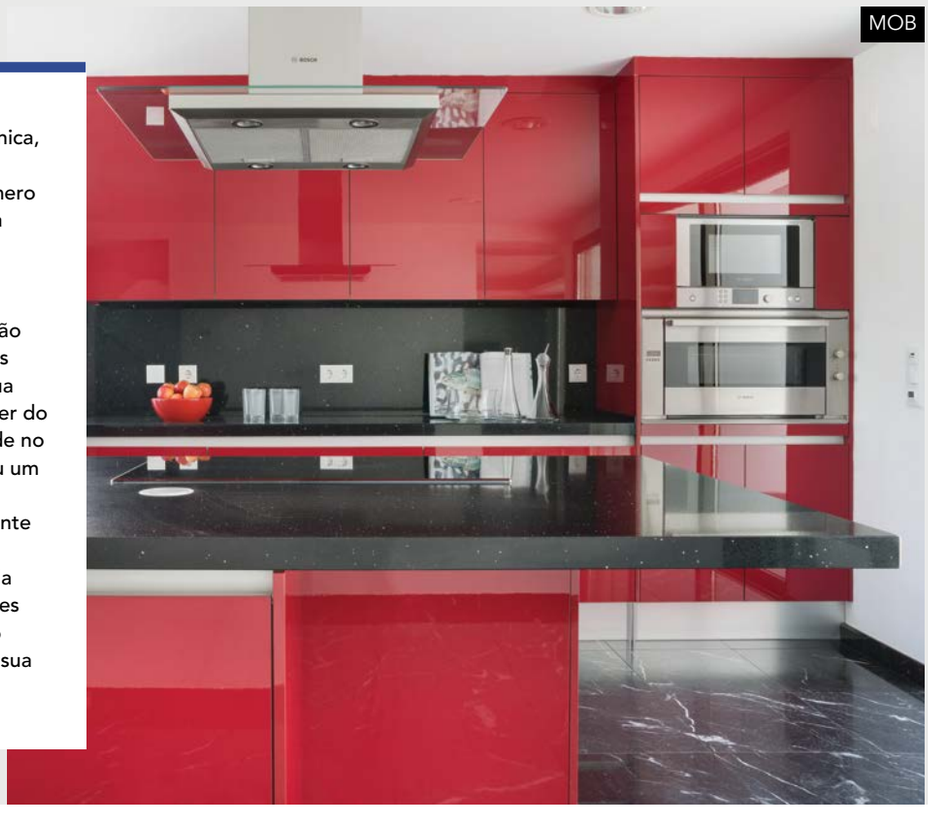
Em 2017, a Vista Alegre foi premiada em diversos certames internacionais de design, incluindo o German Design Awards, onde lhe foram atribuídos cinco galardões (Calçada Portuguesa, em porcelana; Garland, Frosty, Oz, Piet e Precious, todas em cristal), de um total de doze prémios conquistados ao longo do ano.
No balanço de 2017 destaca-se também a continuidade do trabalho com a Christian Lacroix, através da linha Rêveries, e a colaboração com o designer espanhol Jaime Hayon, na coleção Folkifunki.

O ano de 2017 foi marcado pelo lançamento da primeira peça do projeto WWB – WorldWide Bordallianos, em colaboração com a artista plástica Paula Rego, intitulada Figo, assim como pela apresentação da coleção Peixes & Mariscos by Bordallo, ostentando o selo Arte Bordallo e tendo como objetivo reavivar o legado único do fundador da marca. É ainda de destacar a parceria criada com o chef José Avillez, recentemente distinguido com o Grand Prix de l'Art de la Cuisine pela Academia Internacional da Gastronomia.

BORDALLO PINHEIRO

PINEWELLS

A unidade Pinewells voltou a laborar em pleno em 2017, respondendo à procura de pellets nos segmentos doméstico e industrial. Além de satisfazer todas as encomendas, a Pinewells centrou os seus esforços na retoma das exportações de pellet industrial para co-firing, através de presença assídua em conferências e feiras especializadas.



MOB

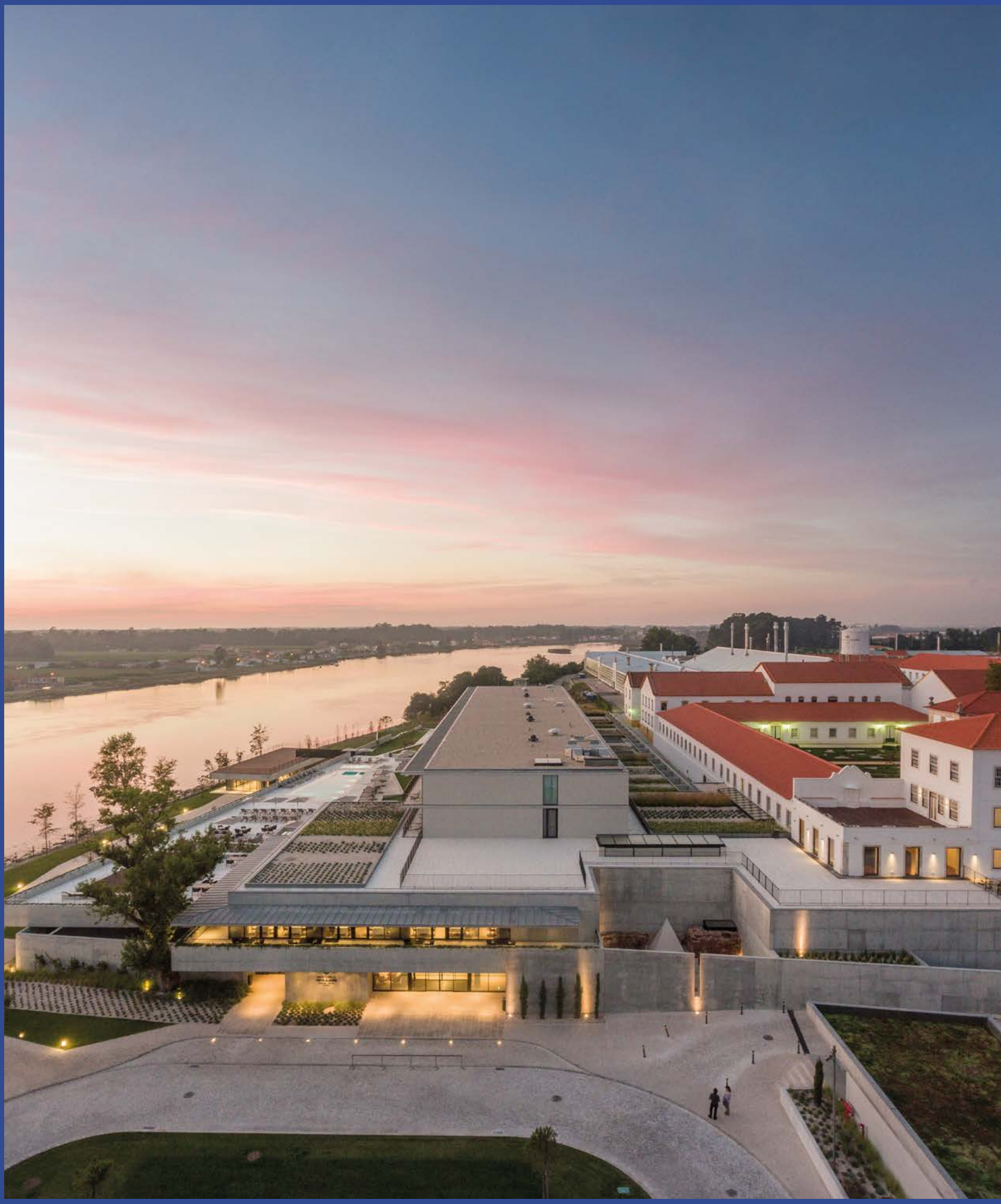
A participação na feira Tektónica, em Lisboa, registando um aumento significativo do número de visitantes, e a nova loja na Avenida da República, em Lisboa, com 500 m2, constituíram montras de excelência para a apresentação de novos produtos e soluções da Mob, bem como para a sua projeção como principal player do setor em Portugal. A atividade no mercado nacional apresentou um crescimento superior a 20%, motivado principalmente pela aposta no fornecimento de projetos imobiliários e pela presença junto de construtores e promotores, e, no mercado externo, a marca estendeu a sua atividade ao Líbano e Gana.

RIA STONE

A Ria Stone está a realizar um investimento no aumento da capacidade da fábrica para mais 60%, traduzido na ampliação do edifício e na aquisição de equipamento que permitirá introduzir uma terceira linha de fabrico.
Toda a produção resultante desta ampliação destinar-se-á ao cliente IKEA, com vista à comercialização das peças produzidas na fábrica num maior número de lojas da marca sueca, para países onde a Ria Stone ainda não exporta atualmente.

CERUTIL

A prioridade no mercado externo continuou a ser a grande linha de força de atuação da Cerutil. Nesse sentido, a empresa manteve a sua presença na principal feira internacional de produtos do segmento Casa, a Ambiente Frankfurt. Ao nível da procura, destacaram-se os mercados austríaco e dos Países Baixos, juntando-se aos bons resultados de Portugal, Alemanha, França e Itália.
De salientar o crescimento alcançado, no qual é importante realçar um projeto de parceria com a Vista Alegre, tendo como destino o mercado alemão.



VISABEIRA TURISMO

Exploração de unidades hoteleiras, entre hotéis, resorts e lodges, assim como de múltiplos espaços de entretenimento e restauração, em Portugal e Moçambique; responsável por ampla oferta em Portugal, incluindo infraestruturas hoteleiras nos segmentos turísticos de charme, natureza, desporto, cultura e história, para lazer e negócios.

Performing Tourism

Hotelaria Portugal
· Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa
· Montebelo Viseu Congress Hotel
· Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel
· Parador Casa da Ínsua
· Hotel Palácio dos Melos
· Hotel Príncipe Perfeito

Hotelaria Moçambique
· Montebelo Girassol Maputo Hotel
· Montebelo Indy Maputo Congress Hotel
· Montebelo Gorongosa Lodge & Safari
· Nampula Hotel by Montebelo
· Lichinga Hotel by Montebelo
· Songo Hotel by Montebelo

Restauração
· Zambeze Restaurante
· Forno da Mimi & Rodízio Real
· Cervejaria Antártida
· Rodízio do Gelo

Entretenimento e Lazer
· Palácio do Gelo Shopping
· Bar de Gelo Viseu
· Mundicor

Desporto e Bem-estar
· Montebelo Golfe
· ForLife

MONTEBELO
HOTELS & RESORTS

Em Portugal, a cadeia Montebelo Hotels & Resorts manteve a liderança regional no setor do Turismo, sustentada por uma estratégia de crescimento assente em três vetores: desenvolvimento e consolidação das unidades Montebelo, diversificação do portefólio de produtos e oferta integrada de hotelaria, golfe, entretenimento, desporto-aventura, bem-estar e restauração.
A marca Montebelo assume como prioridade a afirmação dos valores da qualidade e da inovação, visando a total satisfação do cliente, especialmente a nível da relação preço/qualidade do serviço.

Em Moçambique, a cadeia Montebelo manteve a sua posição de referência no segmento turístico, graças à presença nas províncias de Maputo, Sofala, Songo, Niassa e Nampula, e a uma oferta que integra, além de hotéis e de um lodge & safari, restaurantes, serviços de catering, espaços de bem-estar e estética e áreas extremamente atrativas para eventos corporate.

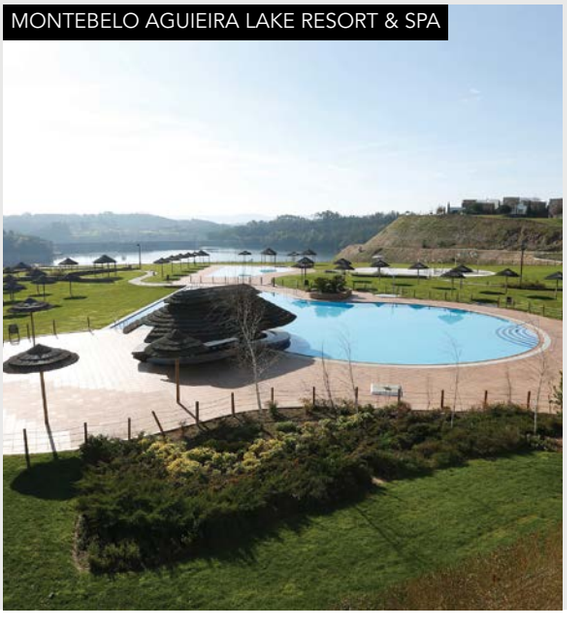
MONTEBELO VISTA ALEGRE ÍLHAVO HOTEL

Em 2017, o Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, unidade de 5 estrelas da cadeia Montebelo Hotels & Resorts, ostentando o refinamento, a arte e inovação da consagrada centenária marca portuguesa, continuou a surpreender os seus clientes, a seduzir novas faixas de público e a acolher os mais diversos eventos, registando um aumento da procura, de forma transversal.

PARADOR CASA DA ÍNSUA

MONTEBELO VISEU CONGRESS HOTEL

MONTEBELO AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA

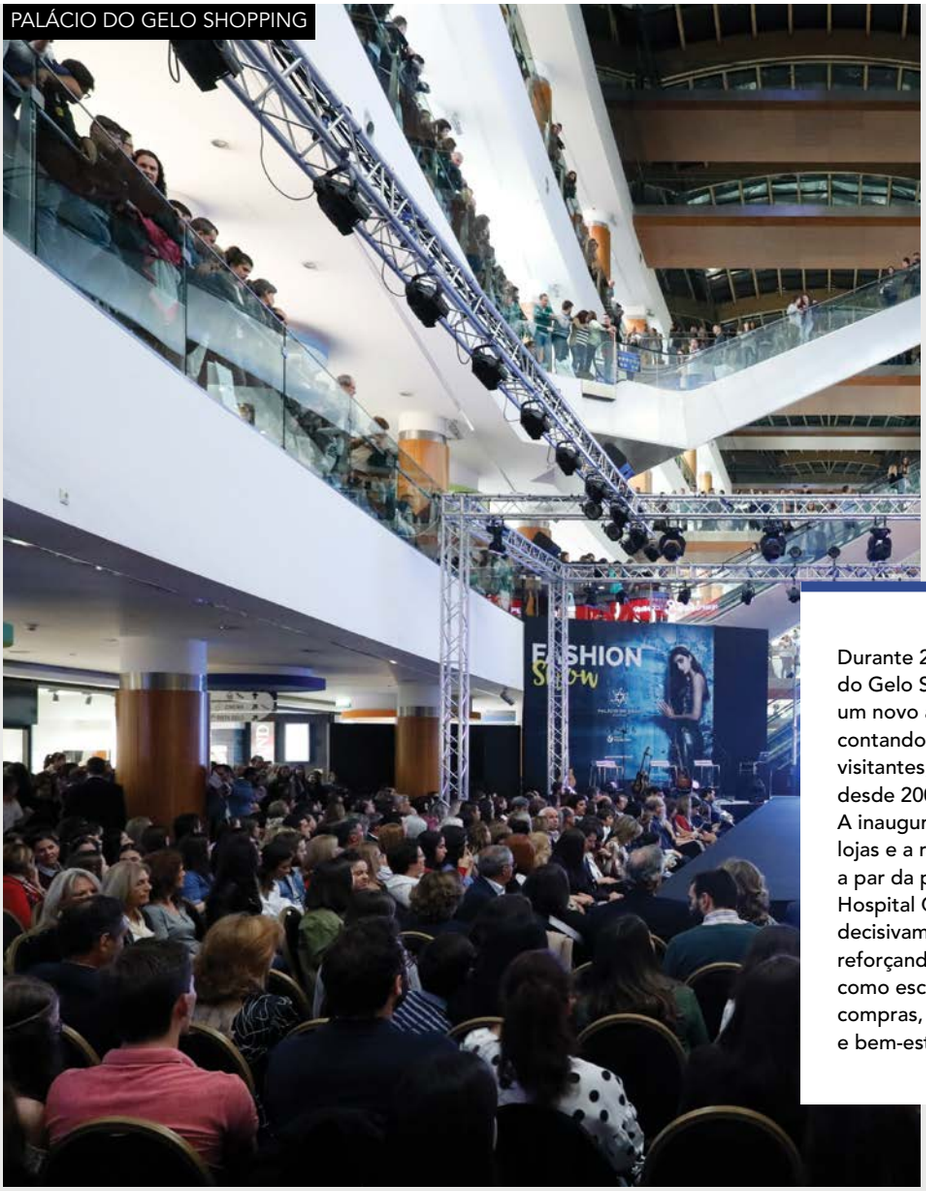


MONTEBELO INDY MAPUTO CONGRESS HOTEL

MONTEBELO GIRASSOL MAPUTO HOTEL

O Montebelo Girassol Maputo Hotel foi classificado como "Fabuloso" pela Booking.
A plataforma online reconheceu e galardoou a unidade do Grupo Visabeira em Moçambique com o prémio "Guest Review Award", fruto dos comentários e pontuação atribuídos pelos utilizadores da Booking relativos à qualidade das instalações e aos serviços prestados, passando pela restauração e outras valências da unidade.

PALÁCIO DO GELO SHOPPING



Durante 2017, o Palácio do Gelo Shopping registou um novo aumento de afluência, contando 9,2 milhões de visitantes, o número mais elevado desde 2008, o ano de abertura. A inauguração de seis novas lojas e a remodelação de outras, a par da proximidade do novo Hospital CUF Viseu, contribuíram decisivamente para este sucesso, reforçando a posição do centro como escolha preferencial de compras, entretenimento e bem-estar na região.

BAR DE GELO VISEU

PISTA DE GELO

O Zambeze Restaurante reafirmou o seu perfil único no cenário gastronómico lisboeta, aliado ao enquadramento paisagístico privilegiado sobre a baixa e o Tejo, oferecendo uma combinação de culinária moçambicana e portuguesa continuamente procurada por clientes portugueses e estrangeiros, para encontros formais ou informais.
Um espaço apto a receber desde as mais distintas individualidades ao visitante espontâneo, para uma experiência de sabores e um contacto com a cidade verdadeiramente diferenciadores.

Performing Real Estate

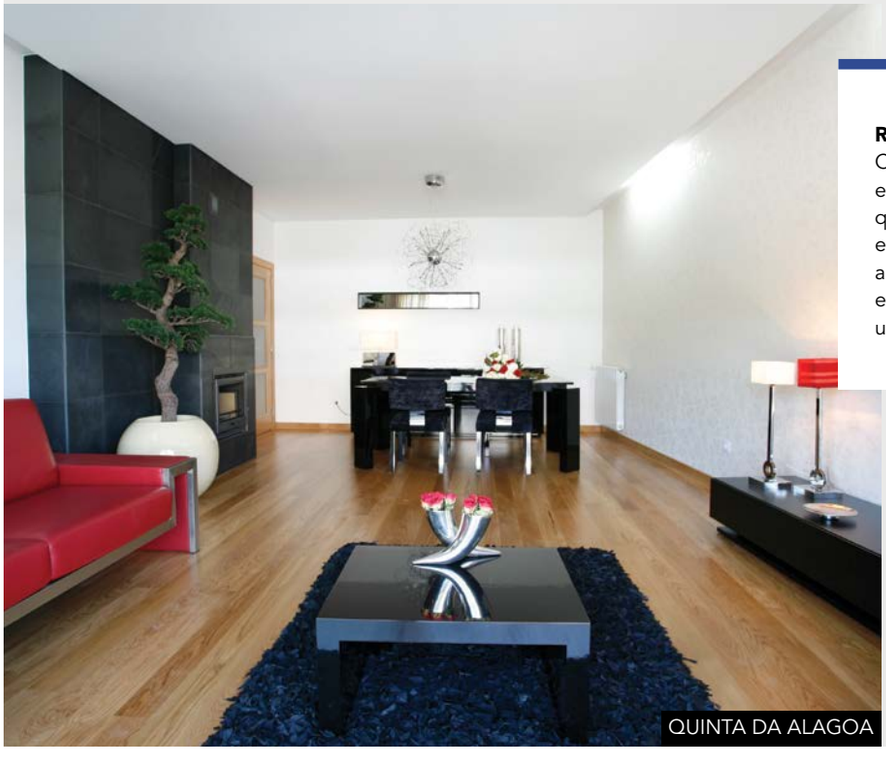
VISABEIRA IMOBILIÁRIA

Conceção, construção, mediação, manutenção e gestão de empreendimentos de qualidade superior para os segmentos alto e médio-alto, além de espaços comerciais, escritórios e outras áreas complementares.

Residencial e Comércio
· Moradias Aguieira
· Quinta do Bosque
· Quinta da Alagoa
· Forum Residence
· Villatrium
· Moradias Vilabeira
· Pateo Vera Cruz
· Parque Desportivo de Aveiro

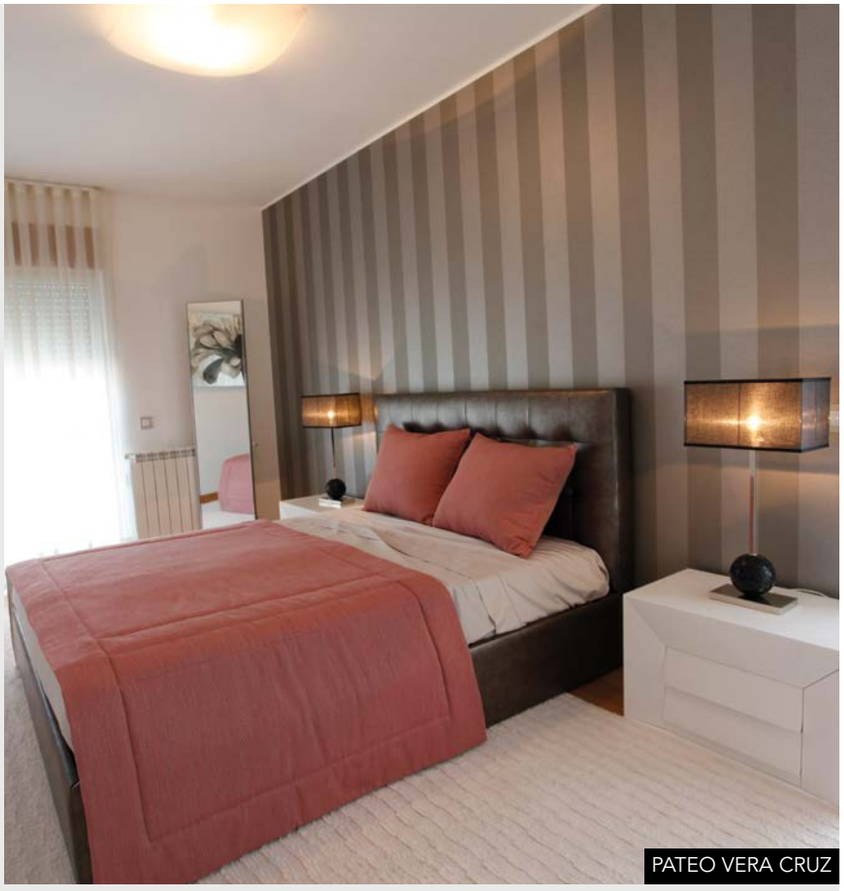
Gestão e Serviços
· Visabeirahouse
· Imovisa
· Edifício Nampula

COMÉRCIO
Prospeção de oportunidades de mercado e comercialização de escritórios e de centros de negócios.


QUINTA DA ALAGOA

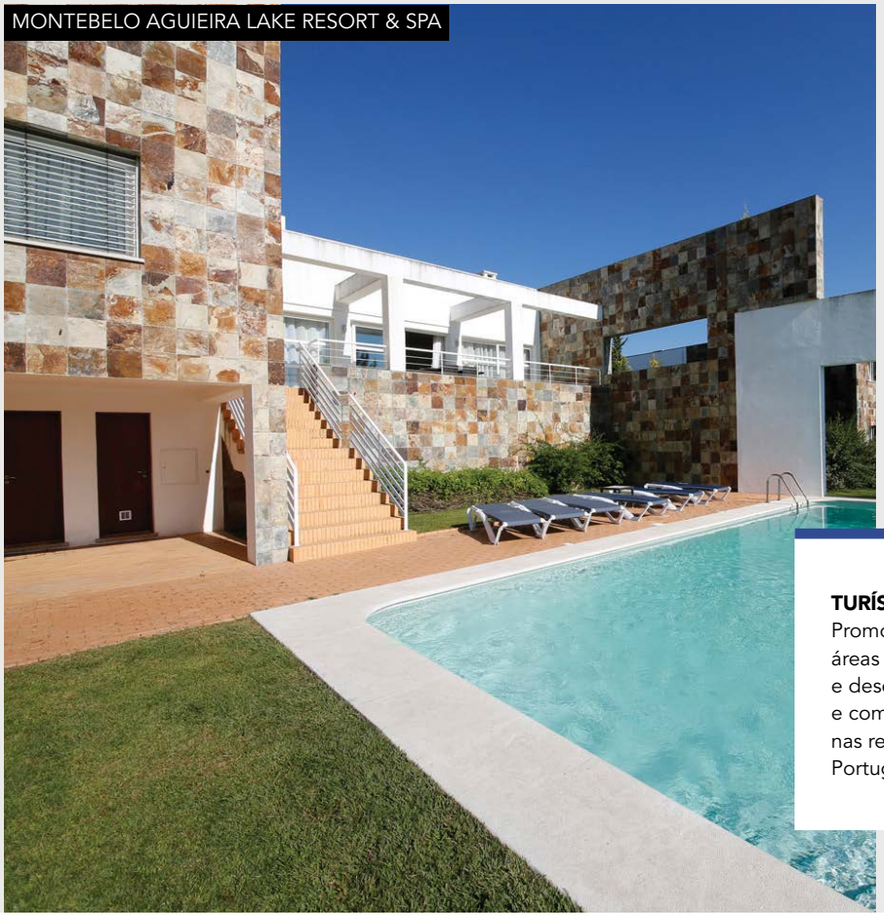
RESIDENCIAL
Conceção e construção de edifícios caracterizados pela qualidade dos materiais e acabamentos, proporcionando a habitabilidade, o conforto e os enquadramentos exigidos para uma elevada qualidade de vida.

GESTÃO E SERVIÇOS
Gestão, administração, conservação, manutenção, supervisão e comercialização de bens imóveis e equipamentos associados, desenvolvimento de novos projetos imobiliários e turísticos e prestação de serviços para condomínios.



PATEO VERA CRUZ

MONTEBELO AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA



TURÍSTICO
Promoção imobiliária nas áreas comercial e turística, e desenvolvimento e comercialização de projetos nas regiões centro e norte de Portugal.

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

Criação de sinergias empresariais e incubação de novos projetos, concentrando investimentos financeiros em empresas estrategicamente selecionadas – do trading multissetorial à exploração de unidades de saúde, de serviços de gestão e consultoria a sistemas de georreferenciação.

Performing Services

Gestão e Serviços
· Visabeira Pro
· Visabeira Angola
· Visabeira Moçambique
· Fundação Visabeira
– Infantinhos da Vilabeira

Trading
· Benetrónica
· Mercury
· Autovisa
· Visasecil

Saúde
· Visabeira Saúde
· Porto Salus
· Hospital de Nossa S.ª da Arrábida

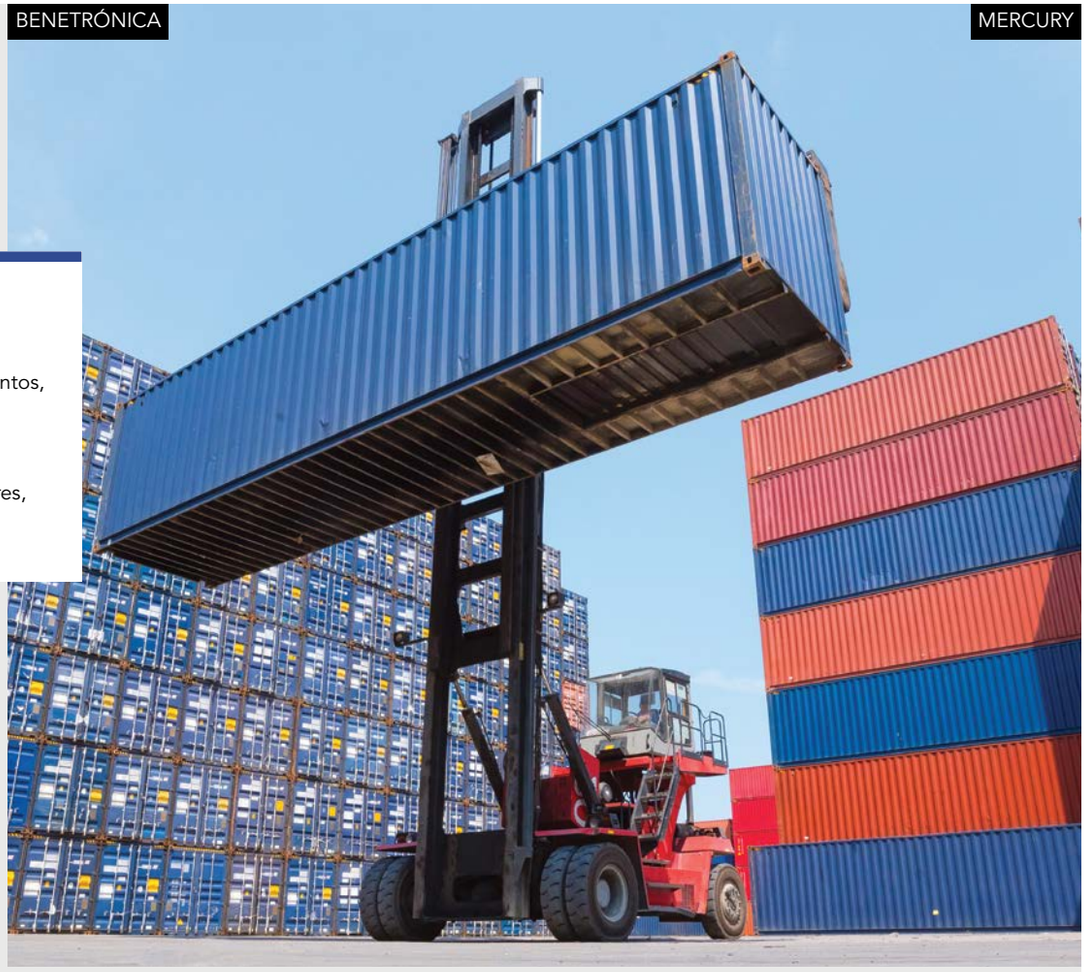
VISABEIRA PRO

GESTÃO E SERVIÇOS / INVESTIMENTOS
Disponibilização de equipas especializadas para aconselhamento estratégico e prestação de serviços multidisciplinares.

ESTUDOS E INVESTIMENTOS

BENETRÓNICA

MERCURY



TRADING
Importação e exportação de produtos em vários segmentos, representando materiais de construção, mobiliário, equipamentos, viaturas, tecnologia e marcas alimentares, entre outros.

FUNDAÇÃO VISABEIRA – INFANTINHOS DA VILABEIRA

GESTÃO E SERVIÇOS
Dinamização de instituições de solidariedade social, de apoio a famílias e crianças desfavorecidas.

2017 em perspetiva

02

Análise dos resultados consolidados

Enquadramento macroeconómico

No ano de 2017, a atividade económica global manteve uma trajetória positiva, registando um crescimento revisto de 3,7%. Em consonância com este cenário, as previsões de crescimento, para 2018 e 2019, foram revistas em alta para 3,9%.

Na zona euro e na União Europeia as taxas de crescimento superaram as expetativas, sendo expectável fecharem com um crescimento de 2,3%, em 2017.
Este desempenho robusto deverá continuar no biénio 2018/2019, com o PIB a subir 2,3% e 2%, na zona euro e no espaço da União Europeia.

Em 2017, o PIB apresentou um crescimento de 2,6% em termos reais, uma taxa superior em 1,1 p.p. à verificada em 2016, tendo atingido, em termos nominais, 193 mil milhões de euros. O investimento aumentou 8,3% em termos reais em 2017, refletindo a aceleração da Formação Bruta em Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 9,0%. O processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos.
A atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020).

Principais indicadores económicos

	PROJEÇÕES	
MUNDIAL	**2017**	**2016**
World Output / Produção Mundial	3,7	3,2
Economias avançadas	**2,3**	**1,7**
EUA	2,3	1,5
Japão	1,8	0,9
Área do euro	2,4	1,8
Alemanha	2,5	1,9
França	1,8	1,2
Itália	1,6	0,9
Espanha	3,1	3,3
Reino Unido	1,7	1,9
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	**4,7**	**4,4**
Rússia	1,8	-0,2
China	6,8	6,7
Brasil	1,1	-3,5
México	2,0	2,9

Taxa de variação anual (%)

Fonte: FMI: World Economic Outlook 2016

	PROJEÇÕES	
PORTUGAL	**2017**	**2016**
Produto Interno Bruto	2,6	1,5
Consumo Privado	2,2	2,1
Consumo Público	0,1	0,6
Formação Bruta de Capital	8,3	1,6
Procura Interna	2,7	1,6
Exportações	7,7	4,1
Importações	7,5	4,1
Inflação	1,6	0,6
Taxa de Desemprego	8,9	11,1
Défice Orçamental (% do PIB)	-1,4	-2
Dívida Pública (% do PIB)	127,7	130
Balança Transações Correntes (% do PIB)	1,5	1,7

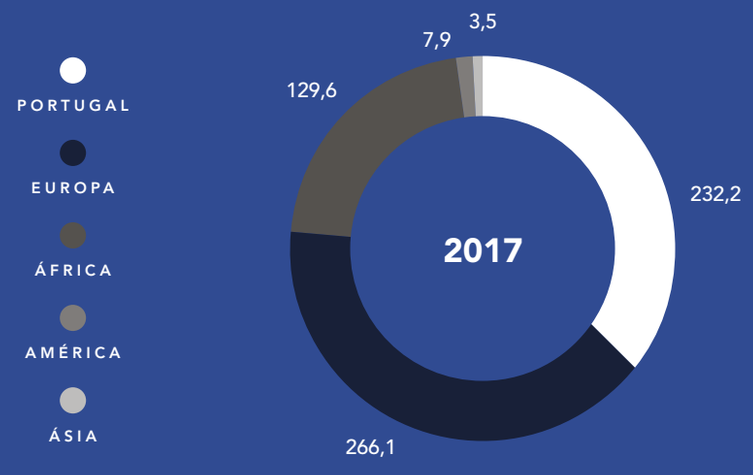
Fonte: Banco de Portugal, AICEP, INE

GRUPO VISABEIRA

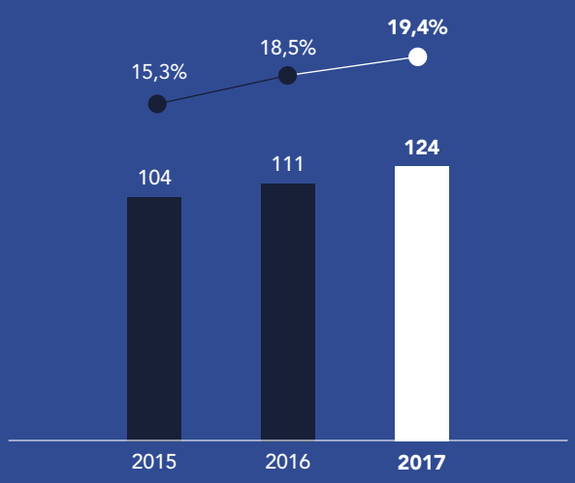
INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)	2017	2016	Var YoY
Volume de negócios	638	601	6%
EBITDA	124	111	11%
Margem EBITDA	19,4%	18,5%	0,9 pp
Resultado operacional recorrente*	83,7	80,0	5%
Margem operacional	13,1%	13,3%	-0,2 pp
Resultado líquido	50,1	28,3	70,7%
Investimento líquido	-4,7	26,1	-118%
Dívida	657	742	-11%
Inventários	128	139	-8%
Ativos fixos (incluindo goodwill)	677	538	26%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



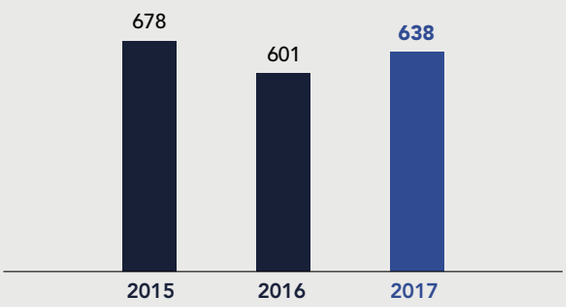
EVOLUÇÃO MÉDIA ANUAL	2007 / 2017	2016 / 2017
Volume de negócios agregado 768 milhões de euros	5%	2%
Volume de negócios consolidado 638 milhões de euros	6%	6%
Mercados externos 64%	4,0 pp	0,6 pp
EBITDA 124 milhões de euros	12%	11%
Margem EBITDA 19,36%	0,8 pp	0,9 pp
Produtividade 30 milhares de euros	7%	14%
Número médio de trabalhadores 9.719	9%	0%

Resultados

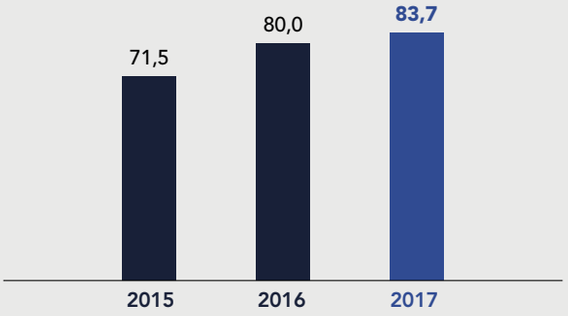
O Grupo Visabeira atingiu no ano de 2017, um volume de negócios consolidado de 638 milhões de euros, alcançando novos máximos históricos. O Grupo registou um EBITDA de 124 milhões de euros, representando um crescimento de 11%, face ao período homólogo, e os resultados líquidos subiram de 28 para 50 milhões de euros, representando um crescimento de 77%. O Grupo Visabeira manteve uma forte aposta na estratégia de internacionalização, o que ficou bem espelhado no montante de volume de negócios gerado fora de Portugal, que atingiu o patamar dos 64%. Nos mercados externos, os países com maior peso no volume de negócios foram a França, Angola e Moçambique.
A Visabeira Global assume-se como a principal sub holding do Grupo representando 71% do volume de negócios consolidado e 63% do EBITDA, com maior incidência na Europa e em especial em França. As empresas do centro/norte da Europa (França, Bélgica, Alemanha, Itália e Dinamarca) contribuíram com 207 milhões de euros para o volume de negócios desta subholding, evidenciando a aposta nesta centralidade como um fator chave para a estratégia de crescimento no setor das telecomunicações.
A Visabeira Indústria contribuiu com 20% para o volume de negócios consolidado do Grupo, atingindo os 127 milhões de euros, com um contributo de 22 milhões para o EBITDA. Nesta área há que destacar a Vista Alegre que atingiu, em 2017, os 85 milhões de euros de volume de negócios, o que representa um crescimento de 13%, face a 2016, tendo os resultados líquidos registado uma evolução muito positiva, cifrando-se em 4,2 milhões de euros. A Visabeira Turismo atingiu, no ano de 2017, um volume de negócios de 35 milhões de euros, representando quase 6% do volume de negócios consolidado do Grupo, com um EBITDA de 16 milhões de euros.

GRUPO VISABEIRA

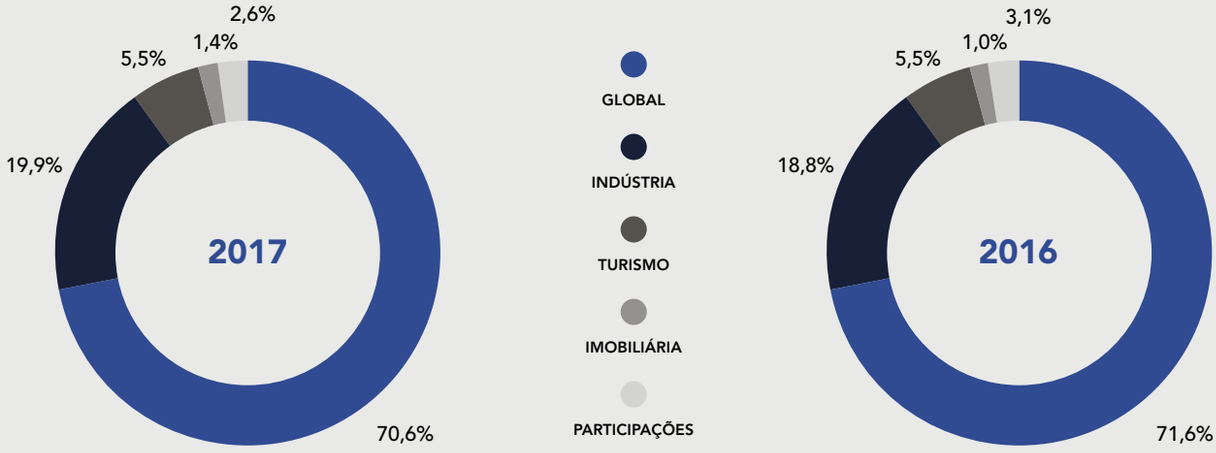
VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



RESULTADO OPERACIONAL RECORRENTE
(milhões de euros)



VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE ATIVIDADE



Balanço

Em 2017, os ativos do Grupo registaram uma evolução positiva, ultrapassando os 1.576 milhões de euros. Durante o exercício de 2017, o investimento líquido (investimentos-desinvestimentos) foi de -4,7 milhões de euros. No que diz respeito ao investimento, este atingiu durante o ano de 2017 o patamar dos 77 milhões de euros, onde se destacam os investimentos efetuados em Angola e Moçambique, por parte da TVCABO Angola e TVCABO Moçambique, para expansão da cobertura das suas redes e o investimento não recorrente efetuado, apenas pela TVCABO Angola, através do modelo IRU (Indefeasible Right of Use) no montante de 19 milhões de euros, relativo à aquisição de direito de uso de capacidade de um cabo submarino para os próximos 10 anos que permitirá uma grande poupança de custos ao nível da aquisição de largura de banda. Para além disso, importa realçar o investimento no Grupo Vista Alegre com o projeto de inovação e ampliação da fábrica da Ria Stone e ainda no segmento Cristal através da aquisição de equipamento que proporcionará a uma produção mais automatizada. Destaca-se ainda o investimento financeiro no montante de 11 milhões de euros para aquisição de empresas em Itália e na Bélgica.

O montante do desinvestimento, de aproximadamente, 82 milhões de euros diz respeito à alienação das ações efetuado pelo Grupo. Ao longo do ano, foram alienadas a totalidade das ações que o Grupo Visabeira detinha na EDP e na NOS e ainda uma parte das ações da PHAROL.

O rácio de autonomia financeira fixou-se nos 25%, um aumento de 4 p.p. face a 2016. Neste enquadramento e fruto dos cash flows gerados e desinvestimentos realizados no ano de 2017, a dívida (financiamentos e leasings) registou uma diminuição de 85 milhões de euros.

VALORES CONSOLIDADOS (milhões de euros)	
Dívida Total (Leasings + Financiamento)	657,3
Disponibilidades	-46,0
Ativos financeiros disponíveis para venda	-4,0
Total dívida líquida operacional	**607,2**
EBITDA	123,6
Dívida líquida financeira alocada a áreas geradoras de EBITDA / EBITDA	4,9 x

O Grupo Visabeira detém divida alocada a ativos em curso não geradores de EBITDA e alocada à atividade imobiliária, que concretizando a sua alienação com inicio de atividade, poderia reduzir o rácio para 3,6x.

Investimentos

PORTUGAL (valores em euros)

	Valor	Investimento
Visabeira Global		
Edivisa	1.355.050	Equipamentos
Visabeira	399.025	Equipamentos
Real Life Technologies	129.135	Licenças de software
PDT	113.083	Equipamentos
Viatel	72.349	Equipamentos
Visabeira Indústria		
Vista Alegre Atlantis	5.740.448	Ampliações, remodelações e equipamentos
Bordalo Pinheiro	985.166	Equipamentos
Cerutil	65.321	Equipamentos
Mob	37.305	Equipamentos
Visabeira Turismo		
Empreendimentos Montebelo	1.833.363	Requalificação e melhoria de espaços Novos hotéis
Movida	687.124	Escritórios e arranjos exteriores
Zambeze	45.040	Remodelações e equipamentos
VAA Empreendimentos Turísticos	42.869	Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel
Visabeira Participações Financeiras		
PDA	978.069	Trabalhos em curso
Visabeira Estudos e Investimentos	85.956	Equipamentos
Outras empresas	703.769	
TOTAL	**13.448.531**	

Na sub-holding Visabeira Global os investimentos mais relevantes realizados em Portugal, durante o ano de 2017, foram protagonizados pela Edivisa e Visabeira.
Os investimentos realizados por estas duas empresas representaram cerca de 80% do investimento efetuado em território nacional pela Visabeira Global, nos montantes de 1,3 milhões de euros e 399 mil euros, respetivamente.
Estes investimentos dizem essencialmente respeito a equipamentos e ativos adequados às necessidades específicas de cada empresa e às respetivas atividades.
No investimento da Visabeira Indústria destaca-se o segmento da cerâmica com um investimento de 5,7 milhões de euros, valor que representa mais de 80% do investimento realizado na Indústria, montante aplicado principalmente na modernização da Vista Alegre e da Bordallo Pinheiro.
Os projetos em curso, cujo objetivo é o desenvolvimento de processos produtivos otimizados e inovadores, vão permitir alargar a oferta e qualidade dos produtos.
No final de 2017 e na continuação desta politica de melhoria contínua, a Vista Alegre iniciou o investimento em mais um projeto de inovação, desta vez na sua fábrica de Porcelana em Ílhavo.
Na Visabeira Turismo, os principais investimentos foram concretizados pelos Empreendimentos Turísticos Montebelo no montante de 1,8 milhões de euros, essencialmente na requalificação e melhoria de espaços nas suas unidades.

INTERNACIONAL (valores em euros)		
	Valor	**Investimento**
Moçambique		
TV Cabo Moçambique	3.888.531	Expansão de rede de cobertura
Turvisa	1.535.853	Obras de restauro nos diversos hotéis Ampliação dos hotéis
Imovisa	1.361.161	Ampliação do hotel Montebelo Girassol
Milibangalala	711.769	Montebelo Milibangalala
Televisa	68.034	Equipamentos
Outros	38.516	
Angola		
TV Cabo Angola	37.567.203	Expansão de rede de cobertura e aquisição do IRU
Comatel	1.835.942	Equipamentos
Álamo Angola	65.605	Equipamentos
Outros	133.310	
França		
Constructel	2.340.736	Equipamentos (transporte)
SCI Constructel	825.550	Edifícios
Constructel Energie	166.527	Equipamentos
Gatel	44.171	Equipamentos
Bélgica		
Constructel Bélgica	332.908	Equipamentos
Alemanha		
Constructel GmbH	1.045.087	Equipamentos
Outros países	472.136	
TOTAL	**52.433.039**	

O investimento realizado nos mercados externos incidiu maioritáriamente nos principais destinos onde o Grupo está presente, nomeadamente em Angola, representando 76% (39,6 milhões de euros) e em Moçambique, representando 15% (7,6 milhões de euros). Em França, a Constructel realizou um investimento de 2,3 milhões de euros relativos a equipamentos e meios técnicos necessários à adequada dotação das equipas operacionais, em especial, em meios de transporte.

No mercado angolano, é importante destacar a TVCABO com a maior parte dos investimentos realizados (cerca de 95%), sendo o investimento de 37,5 milhões de euros referente, em grande parte, ao direito de utilização de conectividade de tráfego internacional de internet, adquirido em 2017, montando a cerca de 19 milhões de euros para dez anos.

A empresa investiu ainda na expansão da sua rede nas áreas de maior crescimento urbanístico, na zona metropolitana de Luanda – Corimba e Viana Sul, Vila Pacífica/Zango, Benfica e nas centralidades do Kilamba Kiaxe, Camama e Sequele – e ainda na província do Huambo; acresce ainda o investimento realizado em equipamentos para as operações nas diversas províncias com o objetivo de melhoria da qualidade da oferta de serviço de dados.

No mercado moçambicano, o investimento foi segmentado por várias empresas, com especial destaque para a TVCABO, Turvisa e Imovisa. A TVCABO investiu 3,9 milhões de euros, destinados em grande parte à expansão de rede nas várias províncias e ainda à aquisição de equipamentos necessários para a atividade. A Turvisa investiu 1,5 milhões de euros essencialmente na requalificação de diversos hotéis (Montebelo Indy, Montebelo Girassol Songo – fase II, Montebelo Girassol Maputo e Montebelo Gorongosa).

O investimento realizado pela Imovisa de 1,4 milhões de euros, foi em grande parte relativo à ampliação do Montebelo Girassol Maputo.

Investimentos financeiros

Reforçando a expansão nos seus mercados estratégicos, o Grupo Visabeira constituiu e adquiriu algumas empresas durante 2017. A Constructel França comprou 60% da empresa Ieme SRL, em Itália, empresa com mais de 50 anos a operar no mercado italiano, com vista a expandir a sua actividade na área da eletricidade e telecomunicações naquele mercado e reforçar a sua presença na Europa. Referência também para a Bélgica, onde a Constructel França adquiriu 60% da Modal Installation, empresa com mais de 25 anos de atividade, reforçando a presença da empresa no mercado belga e tornando-se no maior prestador de serviços junto da Belgacom.

Fatores de risco

O Grupo Visabeira tem sempre presente, na primeira linha da sua matriz de controlo, o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio e, por isso, está sensibilizado para a importância da gestão do risco de crédito e da proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, quer no mercado interno quer no externo.
Neste enquadramento, o Grupo assume deste sempre a importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no "cash flow", nos resultados e no valor da empresa, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa gestão desses riscos, formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.
O Grupo tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos, que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, desse modo, poder pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Riscos de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são na sua maioria remunerados a uma taxa fixa. Consequentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante.
O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira, no final de Dezembro de 2017, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos ao estrangeiro. Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro tem-se privilegiado a contratação de financiamentos pelas diversas participadas, particularmente em Moçambique, na moeda local. O Grupo Visabeira apresenta, à data de balanço, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura, deste indexante para 2,7 milhões de euros, contratado em 2015 com um valor "mark to market" de -26 mil euros. A taxa Euribor, a três meses, iniciou em Outubro de 2008 uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional, o que levou a que a mesma tenha registado uma tendência de queda ao longo dos últimos anos atingindo, em 2015, valores negativos.
A taxa iniciou o ano de 2017 com o valor de -0,318%, e no final do ano fixou-se nos -0,329%. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, o Grupo estima que os resultados decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas no curto prazo.

Riscos da taxa de câmbio

O Grupo, no âmbito das suas várias áreas de catividade, está naturalmente sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e têm expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), sendo refletidas a nível dos capitais próprios na rubrica de reservas de conversão cambial.
O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Nestes mercados, a moeda local está fortemente correlacionada com o dólar americano com uma tendência histórica de desvalorização. Em Moçambique, após um período de desvalorização do metical moçambicano, registou-se no último ano uma valorização de 16,95% do metical face ao dólar americano. Em Angola, a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola para o kwanza, desde o primeiro trimestre de 2016, esteve fixa até ao final de 2017. O governo angolano iniciou contudo em 2018 um processo conducente a uma desvalorização da moeda nacional, eliminando o "peg" face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica, A moeda europeia passou a ser a referência para o mercado de Angola, desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. No mês de Janeiro de 2018, a moeda angolana acumulou uma depreciação de 39% face ao euro e de 25% para o dólar. Os resultados financeiros consolidados incorporam perdas cambiais resultantes de contratos de fixação de taxa de câmbio no valor de 11,3 milhões de euros.

Riscos de fluxos de caixa

A tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo são geridos por uma organização global e centralizada, que permite reduzir os riscos de fluxos de caixa, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.
O recurso ao "factoring" permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento, com a inerente antecipação de recebimentos, e facilita uma melhor gestão de tesouraria, através da obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2017, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 41,4 milhões de euros.
O Grupo mantém adicionalmente contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

Riscos de crédito

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maior parte das empresas participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações.
Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento que permitem elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.
Há muitos anos que o Grupo Visabeira mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 85% e no mercado externo, exceto Angola, é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou coberturas adicionais, que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, para clientes situados no mercado doméstico e nos mercados externos. Ademais assegura neste modelo a obtenção de coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou garantir um montante superior ao dobro da cobertura existente, até ao limite de cem mil euros, para clientes situados nos mercados externos.
As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno, fatores que o modelo de decisão permite controlar assertivamente. Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 15% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet e das atividades de turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve neste ano um peso de 2,17%.
As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas de telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2017, representaram cerca 68% do volume de negócios consolidado. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político.
São exemplo a Orange (France Telecom), MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, NOS Multimédia, EDP Distribuição, GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France e ERDF – Electricite Reseau Distribuition France, TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Moçambique Celular, Vodacom Moçambique, e as concessionárias de gás natural, entre outras.

Riscos de liquidez

O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez de forma a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, e a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.
No ano 2017, o Grupo procedeu à venda das ações por si detidas na NOS Multimédia, na EDP e, parcialmente, da Pharol, tendo procedido ao reembolso do financiamento na forma de Papel Comercial associado às referidas ações. Foram ainda contratadas linhas com maturidade mais longa que reduziram, de forma relevante, o risco de liquidez:
i. o leasing imobiliário relativo ao Palácio do Gelo Shopping com um capital em divida de 36,5 milhões de euros, passou a uma operação com valor residual equivalente exigível apenas em 2026;
ii. associado ao referido ativo, foi contratado um programa de papel comercial no valor de 85 milhões de euros, com reduções de valor nominal crescente até 2026 e com um valor "bullet" de 42,5 milhões de euros;
iii. foi contratado um mútuo no valor de 20 milhões de Euros, com reembolso "bullet" em 2022 e um Programa de Papel Comercial, no valor de 32,3 milhões de euros, com um plano de redução do valor nominal anual de cerca de 5% até 2021, inclusive, e o remanescente nos dois anos seguintes; o papel

comercial que vencia em dezembro de 2017 foi estendido em cinco anos passando a vencer "bullet" em 2022 no montante 21,75 milhões de euros.
Ainda no ano 2017, a Visabeira Global procedeu à liquidação de uma conta corrente de curto prazo, no montante de 8 milhões de euros, e de um Programa de Papel Comercial de maturidade mais curta, no valor de 24,3 milhões de euros. Estas operações vieram reforçar os capitais permanentes da Visabeira Global conferindo-lhe uma maior solidez financeira e diminuindo o risco de liquidez. Destaque também para a libertação da primeira tranche do financiamento do Banco Europeu de Investimento à TVCABO Angola, no valor de 17,5 milhões de euros, com um período de carência de dois anos e que tem vencimento em 2024.
O valor da dívida de curto prazo incorpora o montante de 23,5 milhões de euros, relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados, e o montante de 32,1 milhões de euros, relativos a operações de empréstimos obrigacionistas papel comercial em que existe entendimento com as contrapartes para o refinanciamento das respetivas operações. A dívida residual de curto prazo ascenderá a 70 milhões de euros, representado cerca de 11% da dívida consolidada.
No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 28,5 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo ascenderá a cerca de 41,5 milhões de euros, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano (o qual estima que ascenda, após impostos, a 123 milhões de euros, em 2018).
Para além do investimento no projeto de expansão da TVCABO Angola, apoiado pelo Banco Europeu de Investimento, o Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal2020 e junto de instituições financeiras que perfazem 22 milhões de euros.
O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2018.
Em simultâneo, será necessário negociar o "revolving" parcial de alguns compromissos de curto prazo, cuja renovação consideramos de expectativa favorável forte, na medida em se concentra em entidades parceiras com longo histórico de relacionamento e instituições que incrementaram recentemente o envolvimento com o Grupo.
A dívida do curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota "B" que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade adequada para cumprir os seus compromissos financeiros. A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com BB+, com tendência positiva.
O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 0,81 no ano de 2017, comparando com 0,8 em 2016, o que demonstra a melhoria da adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes face ao ano anterior.

AMBITERMO
Desenvolvimento e conceção de caldeiras e sistemas de recuperação de energia industrial.

VIATEL
Principal empresa nacional no setor da engenharia de redes de telecomunicações.

Evolução de negócios por área

VOLUME DE NEGÓCIOS POR EMPRESA (euros)

Áreas de negócio		Total		Grupo	Consolidado 2017		Consolidado 2016	
GLOBAL								
Portugal	**169.460.460**	**32,8%**	**29.995.762**	**45,5%**	**139 464 698**	**30,9%**	**180 506 288**	**42,0%**
Visabeira Global, SGPS	2.641.794	0,5%	2.525.077	3,8%	116 717	0,0%	133 737	0,0%
Aeroprotechnik	174.513	0,0%	0	0,0%	174 513	0,0%	74 173	0,0%
Edivisa	17.389.757	3,4%	7.789.539	11,8%	9 600 218	2,1%	18 132 010	4,2%
Field Force Atlântico	162.824	0,0%	0	0,0%	162 824	0,0%	0	0,0%
Naturenergia	3.387.182	0,7%	941.773	1,4%	2 445 410	0,5%	2 368 566	0,6%
PDT	29.644.689	5,7%	3.658.099	5,5%	25 986 589	5,8%	31 809 035	7,4%
PTC	12.000	0,0%	12.000	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Real Life Technologies	14.302.665	2,8%	2.318.509	3,5%	11 984 156	2,7%	14 558 232	3,4%
Viatel	66.466.465	12,9%	7.844.766	11,9%	58 621 699	13,0%	84 213 524	19,6%
Visabeira	32.704.969	6,3%	3.641.828	5,5%	29 063 141	6,4%	27 240 696	6,3%
Visacasa	2.573.602	0,5%	1.264.171	1,9%	1 309 431	0,3%	1 976 315	0,5%
França	**167.498.099**	**32,4%**	**5.415.846**	**8,2%**	**162 082 253**	**36,0%**	**142 522 860**	**33,1%**
Constructel	142.529.813	27,6%	2.310.347	3,5%	140 219 467	31,1%	124 574 145	29,0%
Constructel Energie	20.090.114	3,9%	0	0,0%	20 090 114	4,5%	16 065 532	3,7%
Gatel	4.614.692	0,9%	2.870.721	4,4%	1 743 972	0,4%	1 883 183	0,4%
SCI Constructel	263.478	0,1%	234.778	0,4%	28 700	0,0%	0	0,0%
Bélgica	**23.228.952**	**4,5%**	**372.641**	**0,6%**	**22 856 311**	**5,1%**	**7 855 042**	**1,8%**
Constructel Belgica	6.900.818	1,3%	0	0,0%	6 900 818	1,5%	7 855 042	1,8%
Modal	9.661.463	1,9%	46.790	0,1%	9 614 673	2,1%	0	0,0%
Cabling	6.421.279	1,2%	80.686	0,1%	6 340 593	1,4%	0	0,0%
Mascaux	245.392	0,0%	245.166	0,4%	226	0,0%	0	0,0%
Moçambique	**34.032.318**	**6,6%**	**6.329.309**	**9,6%**	**27 703 009**	**6,1%**	**26 271 348**	**6,1%**
Constructel África	106 279	0,0%	106.279	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
Hidroafrica	1.299.719	0,3%	480.767	0,7%	818 952	0,2%	49 456	0,0%
Real Life Academy	1.117	0,0%	0	0,0%	1 117	0,0%	26 133	0,0%
Real Life Moçambique	1.191.397	0,2%	7.447	0,0%	1 183 951	0,3%	1 835 809	0,4%
Selfenergy	463	0,0%	0	0,0%	463	0,0%	298 496	0,1%
Sogitel	4.662.605	0,9%	2.857.920	4,3%	1 804 685	0,4%	1 737 880	0,4%
Televisa	10.047.099	1,9%	2.650.279	4,0%	7 396 820	1,6%	6 942 612	1,6%
TV Cabo	16.319.636	3,2%	187.566	0,3%	16 132 070	3,6%	14 987 092	3,5%
Visaqua	404.003	0,1%	39.051	0,1%	364 952	0,1%	393 870	0,1%
Angola	**98.938.448**	**19,2%**	**22.838.324**	**34,6%**	**76 100 124**	**16,9%**	**65 132 357**	**15,1%**
Comatel	25.381.236	4,9%	19.579.193	29,7%	5 802 044	1,3%	7 686 765	1,8%
Edivisa Angola	3.077.718	0,6%	2.981.095	4,5%	96 623	0,0%	198 556	0,0%
Electrovisa	164.158	0,0%	163.430	0,2%	728	0,0%	14 709	0,0%
TV Cabo Angola	70.315.337	13,6%	114.607	0,2%	70 200 730	15,6%	57 232 328	13,3%
Alemanha	**8.196.737**	**1,6%**	**1.000.000**	**1,5%**	**7 196 737**	**1,6%**	**7 442 073**	**1,7%**
Constructel GmbH	8.196.737	1,6%	1.000.000	1,5%	7 196 737	1,6%	7 442 073	1,7%
Suécia	**9.426**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**9 426**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Constructel Sweden AB	9.426	0,0%	0	0,0%	9 426	0,0%	0	0,0%
Dinamarca	**3.838.649**	**0,7%**	**0**	**0,0%**	**3 838 649**	**0,9%**	**509 178**	**0,1%**
Constructel Dinamarca	3.838.649	0,7%	0	0,0%	3 838 649	0,9%	509 178	0,1%
Itália	**11.478.153**	**2,2%**	**0**	**0,0%**	**11 478 153**	**2,5%**	**0**	**0,0%**
Ieme	11.478.153	2,2%	0	0,0%	11 478 153	2,5%	0	0,0%
TOTAL	**516.681.242**	**100,0%**	**65.951.882**	**100,0%**	**450.729.360**	**100,0%**	**430.239.147**	**100,0%**

Áreas de negócio	Total		Grupo		Consolidado 2017		Consolidado 2016	
INDÚSTRIA								
Portugal	**125 810 693**	**87,3%**	**15 968 290**	**93,6%**	**109 842 402**	**86,4%**	**96 678 267**	**85,7%**
Visabeira Indústria, SGPS	275 818	0,2%	275 818	1,6%	0	0,0%	5 971	0,0%
Ambitermo	10 489 866	7,3%	918	0,0%	10 488 949	8,3%	9 995 642	8,9%
Bordalo Pinheiro	6 087 094	4,2%	2 671 008	15,7%	3 416 086	2,7%	3 253 604	2,9%
Cerutil	7 330 131	5,1%	1 616 852	9,5%	5 713 278	4,5%	5 115 243	4,5%
Granbeira	2 767 630	1,9%	448 051	2,6%	2 319 579	1,8%	1 765 933	1,6%
Mob	6 378 532	4,4%	1 259 049	7,4%	5 119 483	4,0%	5 180 397	4,6%
Pinewells	12 271 440	8,5%	36	0,0%	12 271 404	9,7%	7 453 856	6,6%
Ria Stone	18 486 323	12,8%	0	0,0%	18 486 323	14,5%	16 854 487	14,9%
Vista Alegre Atlantis	61 723 857	42,8%	9 696 558	56,8%	52 027 299	40,9%	47 053 134	41,7%
Moçambique	**2 083 398**	**1,4%**	**27 167**	**0,2%**	**2 056 231**	**1,6%**	**1 475 234**	**1,3%**
Agrovisa	28 925	0,0%	26 383	0,2%	2 542	0,0%	8 601	0,0%
Celmoque	1 921 487	1,3%	783	0,0%	1 920 704	1,5%	1 316 299	1,2%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	132 986	0,1%	0	0,0%	132 986	0,1%	150 333	0,1%
Angola	**3 935 707**	**2,7%**	**1 062 991**	**6,2%**	**2 872 716**	**2,3%**	**3 458 222**	**3,1%**
Álamo Angola	3 921 821	2,7%	1 058 979	6,2%	2 862 842	2,3%	3 384 844	3,0%
Visaconstroi	13 886	0,0%	4 012	0,0%	9 874	0,0%	73 378	0,1%
França	**365 875**	**0,3%**	**2 757**	**0,0%**	**363 118**	**0,3%**	**859 522**	**0,8%**
Mob Cuisines	365 875	0,3%	2 757	0,0%	363 118	0,3%	859 522	0,8%
Brasil	**3 350 533**	**2,3%**	**0**	**0,0%**	**3 350 533**	**2,6%**	**2 697 163**	**2,4%**
Vista Alegre Atlantis Brasil	3 350 533	2,3%	0	0,0%	3 350 533	2,6%	2 697 163	2,4%
Estados Unidos da América	**1 127 213**	**0,8%**	**0**	**0,0%**	**1 127 213**	**0,9%**	**994 893**	**0,9%**
Vista Alegre Atlantis USA	1 127 213	0,8%	0	0,0%	1 127 213	0,9%	994 893	0,9%
Espanha	**7 469 848**	**5,2%**	**0**	**0,0%**	**7 469 848**	**5,9%**	**6 704 952**	**5,9%**
Vista Alegre Atlantis Espanha	7 469 848	5,2%	0	0,0%	7 469 848	5,9%	6 704 952	5,9%
TOTAL	**144 143 266**	**100,0%**	**17 061 204**	**100,0%**	**127 082 062**	**100,0%**	**112 868 253**	**100,0%**
TURISMO								
Portugal	**37 361 141**	**84,2%**	**8 922 804**	**94,3%**	**28 438 336**	**81,5%**	**26 965 512**	**80,7%**
Visabeira Turismo, SGPS	569 720	1,3%	569 720	6,0%	0	0,0%	6 630	0,0%
Empreedimentos Montebelo	14 702 349	33,1%	3 092 623	32,7%	11 609 726	33,3%	11 643 545	34,8%
Movida	16 548 592	37,3%	4 528 122	47,9%	12 020 469	34,4%	11 317 936	33,9%
Mundicor	1 073 440	2,4%	473 867	5,0%	599 572	1,7%	536 361	1,6%
VAA - Empreedimentos Turisticos	3 129 574	7,1%	194 299	2,1%	2 935 275	8,4%	2 266 109	6,8%
Zambeze	1 337 467	3,0%	64 173	0,7%	1 273 294	3,6%	1 194 931	3,6%
Moçambique	**7 007 002**	**15,8%**	**537 960**	**5,7%**	**6 469 042**	**18,5%**	**6 465 818**	**19,3%**
Turvisa	7 007 002	15,8%	537 960	5,7%	6 469 042	18,5%	6 465 818	19,3%
TOTAL	**44 368 142**	**100,0%**	**9 460 764**	**100,0%**	**34 907 379**	**100,0%**	**33 431 330**	**100,0%**

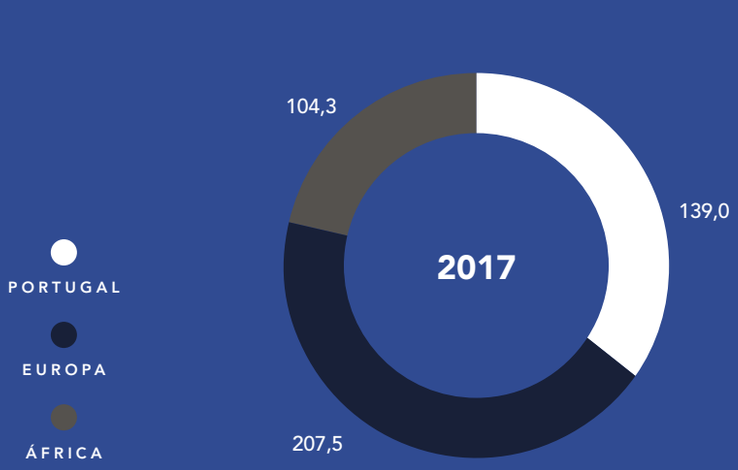
Áreas de negócio		Total		Grupo	Consolidado 2017		Consolidado 2016	
IMOBILIÁRIA								
Portugal	**7 832 298**	**75,3%**	**748 467**	**46,8%**	**7 083 831**	**80,4%**	**4 171 465**	**70,5%**
Visabeira Imobiliária, SGPS	337 505	3,2%	337 505	21,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ifervisa	3 724 080	35,8%	36 599	2,3%	3 687 481	41,9%	1 747 090	29,5%
Visabeira Imobiliária, SA	3 770 713	36,2%	374 362	23,4%	3 396 351	38,6%	2 424 375	41,0%
Moçambique	**2 574 823**	**24,7%**	**849 328**	**53,2%**	**1 725 495**	**19,6%**	**1 742 426**	**29,5%**
Imovisa	2 574 823	24,7%	849 328	53,2%	1 725 495	19,6%	1 742 426	29,5%
TOTAL	**10 407 122**	**100,0%**	**1 597 795**	**100,0%**	**8 809 326**	**100,0%**	**5 913 891**	**100,0%**
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS								
Portugal	**34 952 502**	**69,5%**	**25 536 094**	**76,0%**	**9 416 409**	**56,2%**	**8 131 683**	**43,3%**
Visabeira Participações, SGPS	606 046	1,2%	606 046	1,8%	0	0,0%	16 973	0,1%
2 Logical	879 547	1,7%	0	0,0%	879 547	5,3%	655 441	3,5%
Benetrónica	10 161 483	20,2%	9 192 983	27,4%	968 500	5,8%	1 200 807	6,4%
Hospital Nossa Srª Arrábida	4 093 920	8,1%	17 761	0,1%	4 076 159	24,3%	3 357 548	17,9%
Iutel	332 094	0,7%	583	0,0%	331 511	2,0%	307 355	1,6%
Porto Salus	2 244 827	4,5%	12 000	0,0%	2 232 827	13,3%	1 595 716	8,5%
Rentingvisa	7 995	0,0%	7 995	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Pro Estudos e Investim.	16 616 690	33,0%	15 688 825	46,7%	927 864	5,5%	997 200	5,3%
Visabeira Knowledge & Research	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	643	0,0%
Visabeira Saúde	9 900	0,0%	9 900	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Espanha	**6 000**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**6 000**	**0,0%**	**6 000**	**0,0%**
Visabeira Espanha	6 000	0,0%	0	0,0%	6 000	0,0%	6 000	0,0%
Moçambique	**5 775 181**	**11,5%**	**3 003 076**	**8,9%**	**2 772 105**	**16,6%**	**2 979 980**	**15,9%**
Autovisa	462 544	0,9%	342 951	1,0%	119 592	0,7%	120 553	0,6%
Combustíveis do Songo	1 284 224	2,6%	0	0,0%	1 284 224	7,7%	1 421 118	7,6%
Mercury	1 773 719	3,5%	637 263	1,9%	1 136 457	6,8%	1 211 273	6,5%
Vibeiras Moçambique	239 405	0,5%	28 744	0,0%	210 661	1,3%	229 973	1,2%
Visabeira Moçambique	2 015 290	4,0%	1 994 118	5,9%	21 171	0,1%	-2 937	0,0%
Angola	**9 588 745**	**19,1%**	**5 042 413**	**15,0%**	**4 546 331**	**27,2%**	**7 653 798**	**40,8%**
Catari Angola	10 899	0,0%	0	0,0%	10 899	0,1%	120 417	0,6%
Mercury Angola	851 504	1,7%	487 431	1,5%	364 073	2,2%	315 498	1,7%
Visabeira Angola	1 661 867	3,3%	1 645 799	4,9%	16 068	0,1%	10 003	0,1%
Visauto	7 064 474	14,0%	2 909 183	8,7%	4 155 292	24,8%	7 207 881	38,4%
TOTAL	**50 322 428**	**100,0%**	**33 581 583**	**100,0%**	**16 740 845**	**100,0%**	**18 771 462**	**100,0%**
HOLDING								
Portugal	**2 817 906**	**100,0%**	**2 815 786**	**100,0%**	**2 120**	**100,0%**	**32 785**	**100,0%**
Grupo Visabeira	2 814 671	99,9%	2 814 171	100,0%	0	0%	32 395	98,8%
Visa House	3 235	0,1%	1 115	0,0%	2 120	100,0%	390	1,2%
TOTAL	**2 817 906**	**100,0%**	**2 815 786**	**100,0%**	**2 120**	**100,0%**	**32 785**	**100,0%**
TOTAL GLOBAL	**768 740 106**	**100,0%**	**130 469 013**	**100,0%**	**638 271 092**	**100,0%**	**601 256 868**	**100,0%**

VISABEIRA GLOBAL

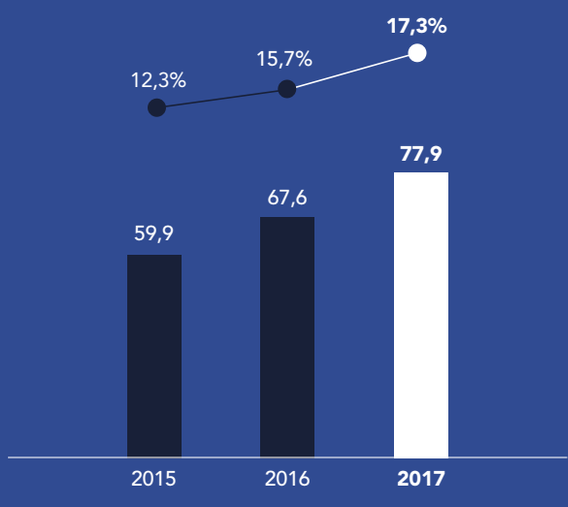
INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)			
	2017	**2016**	**Var YoY**
Volume de negócios	451	430	5%
EBITDA	77,9	67,6	15%
Margem EBITDA	17,3%	15,7%	1,6 pp
Resultado operacional recorrente*	54,3	52,1	4%
Margem operacional	12,1%	12,1%	-0,1 pp
Resultado líquido	20,4	25,9	-21%
Investimento líquido	62,7	24,5	156%
Dívida	149,9	80,7	86%
Inventários	31,1	36,2	-14%
Ativos fixos (incluindo "goodwill")	276	142	94%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



A Visabeira Global é a holding com maior dimensão e que agrega as atividades de serviços core do Grupo Visabeira, englobando as áreas das telecomunicações, das energias, das tecnologias e da construção. É também aquela que maior presença internacional tem em termos das atividades no exterior e a que maior expansão geográfica vem garantindo.
Em 2017, o volume de negócios consolidado da Visabeira Global cresceu 5%, alcançando os 451 milhões de euros. O EBITDA ascendeu a 77,9 milhões de euros, tendo registado um crescimento de 15% face ao ano anterior. Consequentemente, a margem EBITDA aumentou 1,6 p.p. face a 2016, ao fixar-se nos 17,3%. Para esta performance contribuíram decisivamente as áreas de negócio de engenharia de infra estruturas de redes de telecomunicações, a energia e as operações de televisão por cabo (CATV), que mais do que compensaram o decréscimo registado no segmento da construção. Os mercados externos representaram 69% do total de volume de negócios da Visabeira Global e 73% do EBITDA. O EBITDA nos mercados externos atingiu 56,6 milhões de euros, destacando-se o segmento das telecomunicações em França, cujo mercado representou 36% do volume de negócios da holding e 18,4% do EBITDA, e o segmento das operações de Televisão por Cabo em Angola e Moçambique (TV CABO), que em conjunto representaram 19,2% do volume de negócios e 35% do EBITDA da Visabeira Global. Em Portugal, o volume de negócios atingiu os 139 milhões de euros, salientando-se o contributo proveniente das áreas de telecomunicações e energia, que se complementaram com o segmento das TIC e da construção.

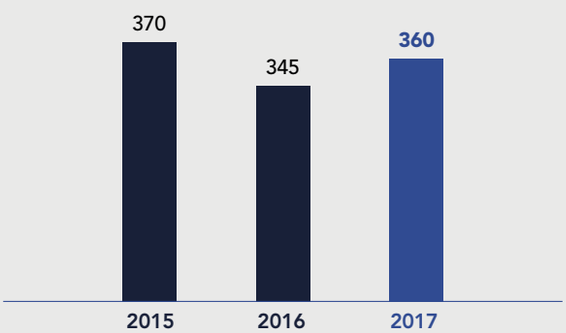
TELECOMUNICAÇÕES

O volume de negócios consolidado da área de telecomunicações ascendeu, em 2017, aos 360 milhões de euros, crescendo 4% face ao ano anterior. O EBITDA atingiu um montade de 67,3 milhões de euros, registando um crescimento de 28% face a 2016, com a margem EBITDA a subir 3,5 p.p. correspondendo a um crescimento de 23%.
O crescimento da atividade na Europa e a expansão a novas geografias tem sido a principal linha de força da estratégia da Visabeira Global, com especial enfoque neste setor das telecomunicações. Facto marcante de 2017, a entrada no mercado italiano, fruto da aquisição pela Construtel de uma empresa local (Ieme), um dos principais e históricos prestadores de serviços da ENEL (operador incumbente de distribuição de eletricidade). A aquisição da Ieme, potenciada pela matriz central da Visabeira Global, vai permitir mais rapidamente conquistar uma posição significativa em mais este mercado, no segmento da energia e também nas telecomunicações, nomeadamente na construção de redes de fibra ótica.
Na Europa, a marca Constructel continua a ser o esteio da contínua expansão da Visabeira Global nas várias geografias onde vem conquistando posição de referência: França, Alemanha, Bélgica, Dinamarca e mais recentemente Itália.
A Constructel França reforçou a sua posição de referência junto do principal operador francês a Orange (France Telecom), sendo um dos seus principais prestadores de serviço a operar em todo o território, ultrapassando a sua força de trabalho o patamar dos 3.000 técnicos ao seu serviço, sensivelmente metade internos e a outra metade através de parceiros. A Constructel França tem também presença operacional nas Caraíbas, a trabalhar para a Orange, onde tem já uma longa tradição e reconhecimento. Em 2017, a empresa assegurou um importante contrato de 100 milhões de euros, em consórcio com a Orange, para a construção de rede de fibra ótica na Martinica, consolidando assim a sua posição de liderança no setor das telecomunicações nesta região. À semelhança do que já ocorrera em 2007, foi de novo necessário o forte empenho e capacidade de mobilização da Constructel para avançar com uma intervenção de emergência para reconstruir as redes de telecomunicações na ilha de Guadeloupe e ilhas do Norte, nomeadamente St. Martin e St.Barthelemy, territórios que, em setembro de 2017, foram devastados pela passagem dos furacões Irma e Maria. Mais uma vez a capacidade de rapidamente mobilizar um grande número de recursos para responder em tempo útil aos efeitos destas calamidades naturais sobre as infraestruturas de telecomunicações foi muito reconhecida e apreciada pelos nossos clientes/operadores de telecomunicações.
Na Bélgica, a Constructel consolidou a sua presença no setor das telecomunicações onde damos especial relevo à confiança demonstrada pela Proximus (Belgacom) nas telecomunicações fixas, confirmada com o acordo que coloca a empresa como um dos principais parceiros para a construção de redes de fibra ótica e ainda no âmbito da rede móvel, onde assegura como cliente âncora a Ericsson. Facto relevante de 2017, no seguimento da estratégia de consolidação e crescimento neste país, foi a aquisição da empresa Modal, que atua no setor das telecomunicações e que desenvolve a sua atividade em áreas complementares às da Constructel Bélgica. A junção de ambas as empresas torna a Constructel o principal prestador de serviços da Proximus (Belgacom).
A Constructel Dinamarca foi distinguida com o "Best Quality Award" da Huawei – Região Nórdica, galardão que premeia a empresa da Visabeira Global, pela qualidade e excelência na prestação de serviços, nomeadamente no projeto "GigaCoax", upgrade tecnológico da rede coaxial do operador TDC. A empresa foi selecionada de um universo de 20 empresas prestadoras de serviços que desenvolvem atividade na Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.
A Constructel Alemanha, através da sua atuação pluridisciplinar nas redes fixas e móveis, reforçou a sua posição de parceiro de referência junto da Deutsche Telekom, confiança demonstrada com a entrega de uma importante carteira de trabalhos de construção de redes em fibra ótica em Colónia, Estugarda e Munique, assim como com a conquista de novos contratos para os serviços de rede de cliente nas mesmas regiões, consolidando assim a posição da empresa. Para outros clientes é ainda de referir a instalação pioneira de um sistema inovador de controlo e gestão de contentores de carga em navios, para a SigFox GmbH, trabalho realizado no cargueiro MS Spica J, atracado no porto holandês de Roterdão. Menção especial também para o facto

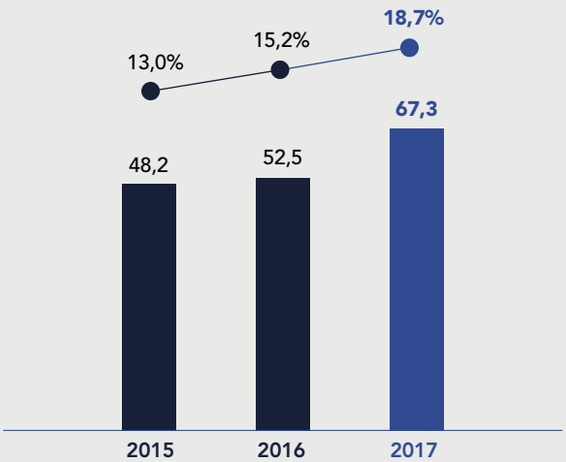
de a Constructel GmbH ter sido escolhida como um dos principais parceiros da SIGFOX para a construção da rede IOT (Internet of Things) na Alemanha.
A Constructel, no conjunto das suas operações, apresentou em 2017 um volume de negócios de 209,5 milhões de euros, crescendo assim 33,8% face a 2016, ano em que tinha registado um montante de 156,6 milhões de euros.
O EBITDA ao atingir os 17,9 milhões de euros, cresceu uns impressivos 148,6% face aos 7,2 milhões em 2016.
Em Portugal, a Viatel manteve a sua posição de referência no setor, assegurando um significativo crescimento nos últimos meses do ano de 2017. Para além da sua atividade tradicional com o cliente Meo, foi importante a angariação de novos clientes, de que se referem, a título de exemplo, algumas Câmaras Municipais que vieram alargar a sua carteira de atividades, assim como a Administração dos Portos Douro e Leixões e também das Infraestruturas de Portugal. No setor comercial, a empresa assegurou a manutenção da liderança no segmento. Noutra frente, no segmento da rede móvel, a Viatel apresentou um significativo crescimento face ao histórico recente, assegurando a conquista de novos clientes, nomeadamente no setor dos transportes, e simultaneamente garantiu a consolidação da sua presença junto dos principais fornecedores de tecnologia. A Viatel continua a ser uma peça estratégica no crescimento internacional da Visabeira Global, quer na área de engenharia e apoio às operações, como também na importante área da formação e assistência técnica, e ainda no recrutamento, gestão da mobilidade dos técnicos e logística. As demonstrações financeiras da empresa sofreram um impacto no volume de negócios mas sem impacto em EBITDA, pela alteração da política de revendas de materiais.
A PDT, também no setor das telecomunicações, reforçou a sua posição como principal prestador de serviços da NOS, quer na área técnica / operacional, quer também na área comercial, tendo mesmo renovado o contrato de ligação à NOS por um período plurianual e conquistado novas zonas de operação a partir do 2.º semestre e ainda expandido a sua atividade ao segmento do DTH.
Em Moçambique, a Televisa consolidou a sua posição no mercado com destaque para a área de construção de estações base, ao assegurar com o cliente Vodacom dois importantes contratos, a construção de mais 112 estações base de telecomunicações e a construção de 200 Km de backbone em fibra ótica, com vista ao reforço da capacidade de cobertura da rede daquela operadora em todas as províncias. A empresa garantiu também um novo contrato de construção de mais 120 sites, a realizar em 2018. A Televisa reforça assim a sua posição de maior prestador de serviços para a Vodacom Moçambique, na área da construção de estações base, tendo já concluído a entrega de mais de 450 sites nos últimos 5 anos.
A Televisa consolidou ainda uma outra prioridade estratégica, com a sua afirmação como principal prestador de serviço de manutenção de rede, celebrando um contrato de 2 anos com a Vodacom para a manutenção da Rede de Fibra Ótica (backbone nacional), cerca de 12.000 km, em todo o território moçambicano. No exercício de 2017, a Televisa registou um aumento do volume de negócios de 27,7%, aumentando de 7,9 milhões de euros em 2016 (563 milhões de meticais) para 10 milhões de euros em 2017 (719 milhões de meticais).
Em Angola, a Comatel manteve a sua posição de referência como empresa prestadora de serviços de engenharia de redes de telecomunicações, apesar do abrandamento dos investimentos dos principais operadores locais. Para além da forte operação que mantém com a TV Cabo Angola, a empresa iniciou a execução do contrato para a manutenção da rede de backbone nacional de fibra ótica do operador Angola Telecom, que tem perto de 8.000 km de extensão. Noutra vertente, ao abrigo do contrato de manutenção assinado com a Unitel, efetuou diversos trabalhos de manutenção de rede de fibra ótica nas cidades

TELECOMUNICAÇÕES

VOLUME DE NEGÓCIOS
(milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



TVCABO
Angola e Moçambique
Stand FILDA.

de Luanda e de Cabinda. Na componente da construção para este operador, a Comatel contratada pela Huawei, foi a responsável pela expansão da rede metro e instalação / ligação de acessos em fibra ótica em parte da cidade de Luanda. Por outro lado, com a Movicel, a Comatel assegurou a manutenção preventiva e corretiva da rede metro e acessos em fibra ótica, na cidade de Luanda. Ainda em 2017, a Comatel, contratada pela ZTE, deu continuidade à implementação de um novo projeto de instalação de contadores de energia pré-pagos, tendo nesta fase apenas a província de Luanda como área de intervenção mas estando prevista a sua expansão para outras províncias. O volume de negócios em 2017 fixou-se nos 23,6 milhões de euros (4.306 milhões de kwanzas).

CATV

A TVCABO Angola continua a ser o único operador por cabo triple play de TV+NET+VOZ em Angola e mantém a aposta em tecnologias e infraestruturas inovadoras para fornecer serviços de internet de banda larga, televisão digital e telefone. A notoriedade da marca decorre do seu domínio tecnológico e capacidade organizativa e operacional, atributos que desenvolve em dois segmentos distintos: o segmento residencial - VIV A Vida a 3 Dimensões e o segmento empresarial - VIV Negócios com +Fibra. Em 2017, a TV CABO deu continuidade à ampliação da rede de acesso FTTH (Fiber-to-the-Home), nas áreas de maior crescimento urbanístico da zona metropolitana de Luanda e estendendo-se, desde outubro, à provincia do Huambo. Em termos operacionais destacam-se as atividades de migração do coaxial de clientes e edifícios para fibra ótica, bem como a segmentação das células coaxial, tornando-as mais fiáveis. De forma a permanecer na vanguarda tecnológica, a TVCABO lançou o serviço VIV Mais que permite aos clientes acederem a uma plataforma avançada de televisão via internet. O cliente pode ver os seus canais de televisão preferidos em sua casa, onde e quando quiser, através do seu smartphone, tablet, computador ou da box VIV Mais da TVCABO. Em termos comerciais, registou-se em 2017 um incremento de 11,8% no número de contratos ativos e de 7,3%, no número total de serviços médios ativos, comparativamente ao ano de 2016. Assim como nos anos anteriores, verifica-se um aumento contínuo dos contratos multisserviços, resultante do investimento na comunicação, estratégias de fidelização e argumento comercial para a adesão a mais serviços TVCABO por cliente. Em 2017, face a este desempenho o volume de negócios atingiu os 63,7 milhões de euros (11,8 mil milhões de Kwanzas), tendo registado um crescimento de 12,4 % face ao ano anterior.
Em 2017, a TVCABO Moçambique lançou mais um serviço inovador, o VIV Mais, e volta a ser pioneira apresentando-se como o único operador do mercado com um serviço de Televisão multiscreen via Internet. O serviço VIV Mais dá acesso a uma plataforma inovadora de Televisão via Internet, disponível através de smartphone, tablet, computador e no televisor com uma box própria, a Box VIV Mais. Relativamente ao serviço de televisão é ainda de referir o lançamento de um novo pacote de canais da gama DStv, bem como do novo pacote de canais próprio da TVCABO, o Nice TV, que teve uma boa aceitação por parte do mercado, reforçando a posição da empresa enquanto operador de televisão. No serviço de Internet, a empresa manteve a sua aposta na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado, nomeadamente, através do aumento da velocidade contratada em determinados planos de Internet, do alargamento significativo das Happy Hours nos planos com plafond de tráfego, bem como com a restruturação do seu portfólio residencial, em que todos os pacotes de TV+NET+VOZ passaram a ser com Internet ilimitada. Em termos comerciais, a TVCABO manteve a sua aposta no desenvolvimento do segmento Corporate, reforçando a implementação de plataformas específicas de apoio à gestão deste segmento de negócio. Paralelamente, face ao processo de melhoria do serviço ao cliente, foi automatizado o serviço de Call Me Back disponível do site da TVCABO, reduzindo drasticamente os tempos de retorno das chamadas e consequentemente da experiência do utilizador. Em termos de expansão de rede, a empresa deu início a um novo projeto no Fomento, município da Matola, para além da manutenção da sua estratégia de alargamento continuado da rede, acompanhando o crescimento urbanístico e empresarial das cidades em que tem cobertura. Em 2017, o volume de negócios ultrapassou os 16,3 milhões de euros (1.167 milhões de meticais), representando assim um crescimento de 10,6% relativamente ao ano anterior em que se situara nos 14,7 milhões de euros (1.055 milhões de meticais). Este aumento sustentado é o reflexo da política comercial de expansão da atividade com especial contributo das cidades fora da Província de Maputo.

ENERGIA

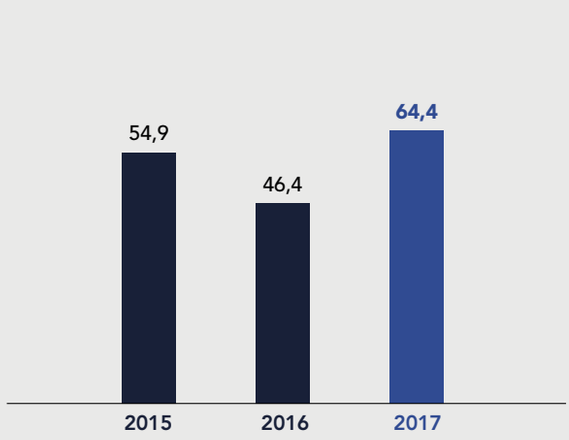
A área das energias da Visabeira Global, no conjunto de Portugal, França, Itália e Moçambique, aumentou, em 2017, o volume de negócios do segmento em 39,4%, atingindo os 64,4 milhões de euros. O EBITDA deste segmento de negócio cresceu significativamente 318%, atingindo os 4,6 milhões de euros, com a margem EBITDA a crescer 4,7 p.p. correspondendo a um incremento de 188%.
A Visabeira, principal empresa desta área, consolidou a sua posição no setor da Eletricidade, para os seus principais clientes, EDP e REN. O nível de desempenho, com que vem cumprindo as expetativas e granjeando satisfação dos clientes, continua a ser garantido pela manutenção do esforço de formação e capacitação dos recursos, de modo a garantir objetivos de qualidade e otimização.
A empresa continua a apostar simultaneamente na criação de equipas cada vez mais polivalentes, cumprindo objetivos de optimização de recursos e competitividade. Com o cliente EDP foi mantido o nível de operação e garantida a renovação do atual contrato de Obras de Construção, Reparação e Manutenção de Redes de Distribuição AT, MT e BT, para novo período até 2020, solidificando a posição da empresa como segundo adjudicatário com maior volume a nível nacional, neste tipo de contrato de empreitada contínua. A estimativa de volume de negócios anual é de aproximadamente 17 milhões de euros, em linha com o verificado em 2015, 2016 e 2017.
À semelhança do ocorrido no ano de 2016, registou-se em 2017 uma continuidade na realização dos trabalhos no âmbito do Projeto InovGrid, nomeadamente na atividade de substituição de contadores eletromecânicos e estáticos, por contadores inteligentes Smart Meters, as ENERGY BOX.

No total da atividade das três áreas organizacionais da Visabeira, a empresa garantiu a substituição/instalação de mais de 50.000 unidades. Noutra vertente, para o cliente REN, foi incrementado significativamente o nível de atividade, com destaque para a adjudicação de mais duas obras de remodelação de linhas de Alta Tensão (Lavos - Rio Maior e Batalha – Paraímo). Para este cliente o ano fica marcado pela execução destas duas importantes obras de Uprating de Linhas a 400 kV, ambas com prazos muito ambiciosos e ambos escrupulosamente cumpridos.
A primeira, a remodelação Uprating da linha Lavos – Rio Maior a 400 Kv, ocorreu entre fevereiro e agosto. A obra foi executada em consórcio sendo que o troço da Visabeira correspondeu a cerca de 2,82 milhões de euros.
A segunda obra, a remodelação e Uprating da Linha Batalha – Paraimo, ocorreu entre agosto e dezembro. Também realizada em consórcio, em que o troço da Visabeira correspondeu a cerca de 2,9 milhões de euros.
No âmbito de outros clientes deverão ser destacados as empreitadas nas Redes de Transporte e Distribuição do cliente EDA – Eletricidade dos Açores, contrato que vigorará até ao final de 2018.
No segmento do gás, a Visabeira foi uma vez mais reconhecida como um dos prestadores de serviços de excelência da Galp Gás Natural Distribuição, a nível nacional, durante o biénio de 2016/2017. Esta distinção foi obtida no âmbito dos incentivos criados para a Qualidade de Serviço, Programa Estrela, da Galp Gás Natural Distribuição, que visa classificar e incentivar as empresas prestadoras de serviço, tendo por base exigentes parâmetros e critérios objetivos de avaliação, com vista à satisfação total dos clientes.
A Visabeira Gás concluiu a negociação do contrato com a Galpenergia GGND (Galp Gás Natural Distribuição), firmado simultaneamente com a Lusitaniagás e com a Beiragás, em consórcio com a empresa PRF, com a duração de 4 anos e com valor global estimado de 14,3 milhões de euros.

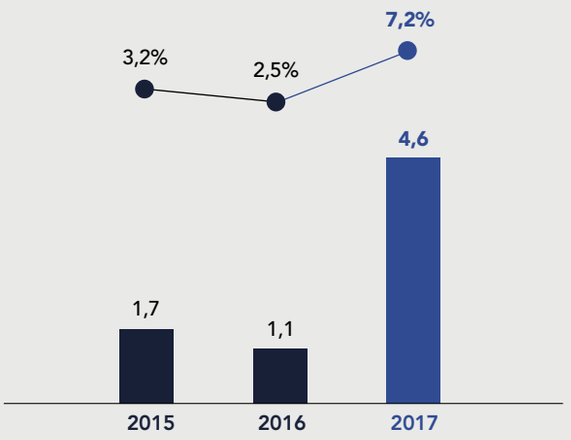
Em termos globais, o volume de negócios da Visabeira, ascendeu a 32,8 milhões de euros, em 2017, correspondendo a um aumento, de 2% face ao ano anterior.
Em França, no segmento da energia, a Constructel consolidou a sua presença junto dos operadores incumbentes GrdF e ErdF (Enedis), reforçando a sua importância enquanto player neste setor. A empresa conquistou novos mercados na região Sul do país, mantendo a estratégia de reforço da presença da empresa nesta região. A expansão da atividade da empresa continuou a ser concretizada, tendo sido angariadas novas áreas na atividade de substituição de contadores tradicionais de energia por contadores inteligentes. Neste contexto o volume de negócios da empresa ultrapassou os 20 milhões de euros.
Na recente entrada no mercado italiano o volume de negócios da Ieme contribuiu, neste segmento, com 11,5 milhões de euros.
Em Moçambique, a Electrotec continuou a desenvolver, em 2017, a sua atividade especializada na construção e manutenção de infraestruturas de transporte e distribuição de energia elétrica em Alta, Média e Baixa Tensão, operando de forma abrangente em todo o território moçambicano tendo como principal cliente a EDM – Eletricidade de Moçambique. O volume de negócios da empresa atingiu em 2017 os 2,4 milhões de euros (168 milhões de meticais), o que se traduz num crescimento de 3%, comparativamente ao ano anterior. Também em Moçambique, a Hidroafrica manteve a sua atividade focada no segmento hídrico, associada a importantes projetos dos quais se destacam: a Construção do Regadio de Limane para o PROIRRI, o Centro de Demonstração e Treinamento em Aquacultura no Chokwé, para o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura (INAQUA), do Ministrério das Pescas e as obras de Eletrificação, através da Mini-hídrica, na localidade de Chiuraírue, para o cliente FUNAE.
Em termos comerciais, 2017 fica assinalado com a adjudicação de dois novos contratos que visam a reabilitação dos regadios de Intabo e de Munda-Munda, no valor total de cerca de 3 milhões de euros (214,9 milhões de meticais). O volume de negócios da Hidroafrica registou um crescimento de 39%, atingindo a marca dos 1,3 milhões de euros (93,0 milhões de meticais).

ENERGIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



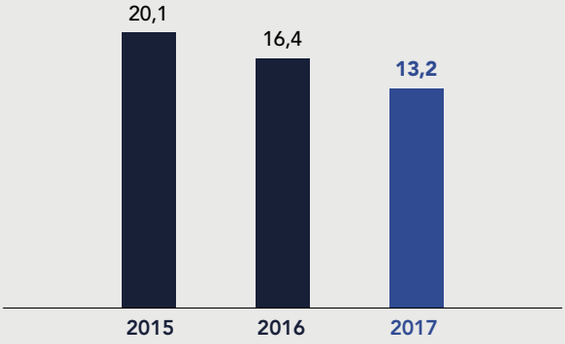
REAL LIFE TECHNOLOGIES
Desenvolvimento, integração
e formação certificada de TIC.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

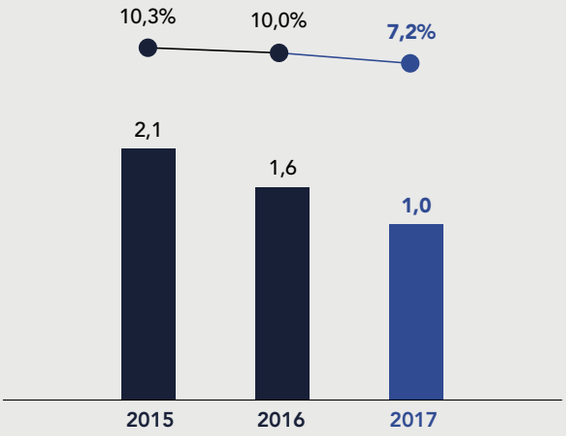
A área da tecnologia registou, em 2017 um volume de negócios de 13,2 milhões de euros e um EBITDA de 1 milhão de euros, a que correspondeu a uma margem de EBITDA de 7,2%.
Nesta área, a Real Life continua a apostar no setor das tecnologias de informação, junto dos principais operadores de telecomunicações em Portugal e como parceiro relevante dos maiores fornecedores de tecnologia. A empresa reforçou o seu estatuto de fornecedor de serviços integrados fruto das competências que desenvolve e da atitude de ágil adequação à realidade dos mercados, que otimizam a oferta de soluções e serviços globais.
Em 2017, a divisão da Viatel Tecnologias consolidou a sua organização e estrutura de prestação de serviços especializados nas áreas tecnológicas de infraestruturas de centros de dados, tecnologias de redes de acesso (fixas e móveis) e de transporte de telecomunicações e também nas novas tecnologias nas áreas das smart cities e internet das coisas (IoT). Foi também reforçada a estrutura de colaboração com as diversas empresas do Grupo Visabeira, que vêm aumentando a sua necessidade de serviços nestas áreas. Destaca-se se também neste período a conquista de um número considerável de novos clientes, o que permite antecipar um cenário de consolidação do crescimento desta atividade dentro da Visabeira Global.
Apesar de algum desinvestimento que se tem vindo a sentir em alguns dos segmentos em que a empresa tem maior presença, as expetativas são de crescimento do setor no futuro próximo, abrindo novas oportunidades nos quais a empresa está já posicionada.

TECNOLOGIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)

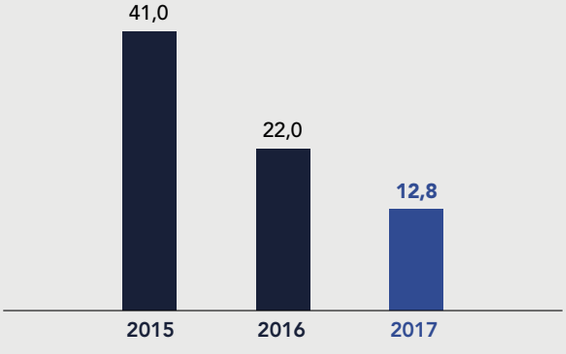


CONSTRUÇÃO

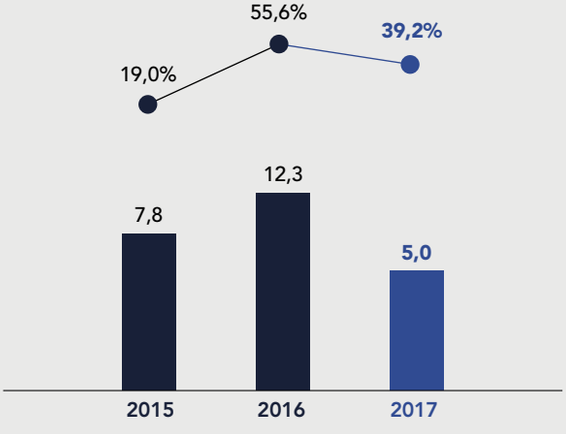
O volume de negócios da área da construção da Visabeira Global diminuiu, em 2017, para os 12,8 milhões de euros, com um EBITDA de 5 milhões de euros a que correspondeu uma margem EBITDA de 39,2%.
A redução verificada face a 2016 deve-se na sua maioria à conclusão, nesse ano, da importante obra de requalificação e reconstrução da linha ferroviária do Sena em Moçambique.
A Edivisa, com uma experiência transversal no setor da Construção e Manutenção de Edificações e Infraestruturas, é hoje reconhecida como uma empresa de referência no mercado da construção, contando com um vasto portfólio de obras nos mais diversos setores. O desenvolvimento da sua atividade é orientado em dois eixos de ação – obras públicas e mercado imobiliário - atuando no âmbito da construção, remodelação, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas. No segmento das obras públicas, acompanhando a tendência de crescimento do investimento público em Portugal, a Edivisa concorreu a obras no montante de 113,2 milhões de euros, mais 68 milhões de euros face ao ano anterior. O volume de obras contratualizadas ascendeu a 10,8 milhões de euros, dando continuidade à performance de adjudicações conseguida em 2016. No portefólio de obras contratualizadas em 2017, destacam-se os trabalhos nas obras dos túneis para a Barragem de Gouvães, adjudicados pelo valor de um milhão cento e sessenta mil euros. Recorde-se que a construção daquela barragem, onde a Edivisa integra o consórcio com a Aciona e a Mota Engil, pertence a um ambicioso projeto da Iberdrola de aproveitamento hidroelétrico do Tâmega.
Em Moçambique, a atividade da Sogitel, em 2017 continuou a desenvolver-se nos segmentos da Imobiliária e da Construção.
Na Imobiliária manteve-se a exploração do Edifício Nampula, sem alteração significativa no número de arrendamentos.
Na Construção, o ano de 2017 foi de continuidade para a Sogitel, destacando-se como principais clientes externos o Fundinvest e Embaixada de Portugal.
A atividade da Edivisa Moçambique com as suas operações centradas na área da construção e manutenção de infraestruturas de caminho de ferro e, tal como previsto, o ano de 2017 foi marcado pela manutenção ferroviária da Linha do Sena em toda a sua extensão, cujos trabalhos de reconstrução e requalificação tinham sido concluídos em 2016.

CONSTRUÇÃO

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



EDIVISA
Pormenor da recuperação total
do Palácio da Vista Alegre.

VISABEIRA INDÚSTRIA

INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)

	2017	2016	Var YoY
Volume de negócios	127	113	13%
EBITDA	22,2	14,9	50%
Margem EBITDA	17,5%	13,2%	4,3 pp
Resultado operacional recorrente*	13,0	7,8	67%
Margem operacional	10,2%	6,9%	3,3 pp
Resultado líquido	2,1	0,0	15337%
Investimento líquido	6,5	6,9	-5%
Dívida	62,5	66,2	-6%
Inventários	42,6	43,6	-2%
Ativos fixos (incluindo "goodwill")	206	205	1%

*Resultado operacional excluíndo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

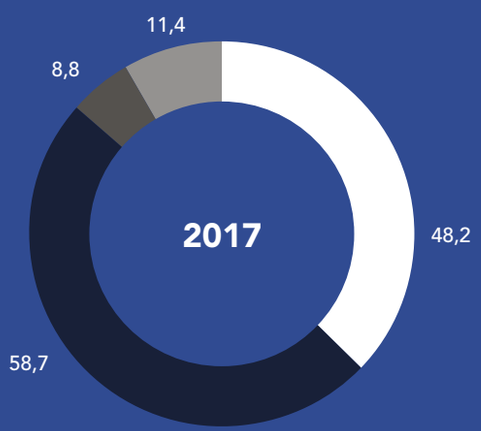
PORTUGAL

EUROPA

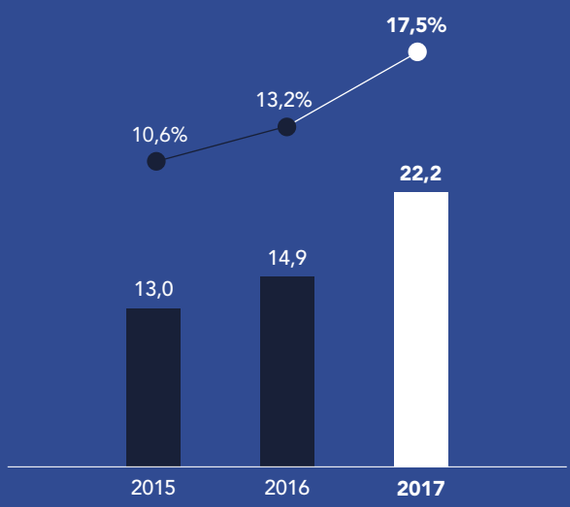
ÁFRICA

AMÉRICA E ÁSIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



Em 2017, o volume de negócios consolidado da Visabeira Indústria registou um crescimento de 13% face ao ano anterior, ascendendo aos 127 milhões de euros, com crescimento de 12%. O EBITDA, ao passar de 14,9 milhões de euros em 2016 para 22 milhões em 2017, cresceu 50%. Merece destaque a evolução muito expressiva do resultado operacional, que em 2017 se fixou nos 14,2 milhões de euros, refletindo um crescimento de 67%, face ao ano de 2016.
Este desempenho é resultado do reforço da estratégia pautada pela continuada aposta na inovação e desenvolvimento de produto, sempre suportada por uma expansão dos seus mercados e fortalecimento da capacidade comercial, garantindo assim resultados históricos na maioria dos indicadores nas suas principais áreas de atividade.
O reforço da presença internacional com o incremento das exportações é o principal pilar do crescimento dos vários negócios e tem significativa expressão nos resultados alcançados.
O ano de 2017 fica ainda associado ao arranque de um novo ciclo de projetos de ampliação e modernização das suas unidades, com destaque para o início das obras de ampliação, modernização e aumento de capacidade produtiva das unidades fabris da Ria Stone, da Bordallo Pinheiro e da Vista Alegre.
O portefólio de produtos da Visabeira Indústria continua estruturado em segmentos, tendo como matriz as suas principais áreas: a Cerâmica, Vidro e Cristalaria (com a Vista Alegre, Riastone, Cerutil e Bordallo Pinheiro, como principais empresas), as Cozinhas (com destaque para a Mob), os Biocombustíveis e Energia Térmica (com referências para a Pinewells e Ambitermo) e ainda os Recursos Naturais, entre outras.

CERÂMICA E CRISTALARIA

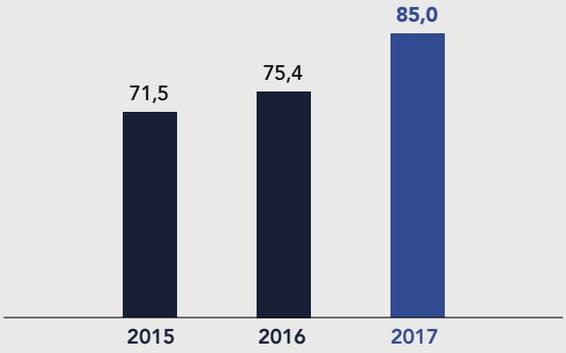
O volume de negócios consolidado deste segmento atingiu, em 2017, os 91,7 milhões de euros, registando um crescimento de 11% face ao período homólogo e um EBITDA de 16,1 milhões de euros, crescendo 43%, face a 2016. Marco importante para este desempenho foi o forte desenvolvimento de ações promocionais, através de contactos e apresentações dos produtos dirigidas a novos clientes, de forma a permitir a deteção e concretização de novas oportunidades comerciais com novos clientes.

Vista Alegre Atlantis

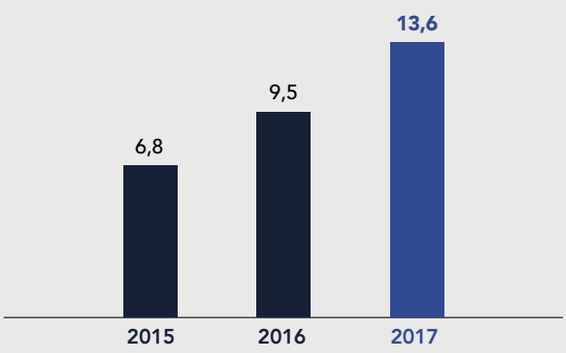
O ano de 2017 foi um exercício notável para a Vista Alegre, marcado pelo reforço dos resultados da empresa e pela afirmação de uma maior notoriedade da marca Vista Alegre no mundo. A expansão internacional, o desenvolvimento de processos de melhoria contínua e as melhorias implementadas na eficiência operacional, bem como a aposta na inovação, marcaram o ano de 2017 de forma muito positiva. Este exercício fica igualmente sinalizado pela passagem dos 30 anos de presença em bolsa da empresa, efeméride a que se associou a Euronext Lisboa. De notar que a excelente performance operacional da Vista Alegre foi resultado do reforço do seu crescimento sustentado, refletindo-se num resultado líquido de 4,2 milhões de euros, mantendo deste modo a tendência de crescimento registada nos últimos anos. Destaque para a importância do mercado externo como forte impulsionador de vendas, com ênfase na expansão em novos mercados, essencialmente na Europa e na Ásia, impulsionando as exportações que alcançaram o patamar dos 66%, mais propriamente 54,5 milhões de euros. O ano de 2017 fica ainda assinalado pelo opção estratégica de ter sido o primeiro ano em que todo o universo Vista Alegre passou a ser comercializado debaixo daquela insígnia, com a assunção da marca também nos produtos de cristal, englobando-os com a porcelana num único universo.

VISTA ALEGRE ATLANTIS

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



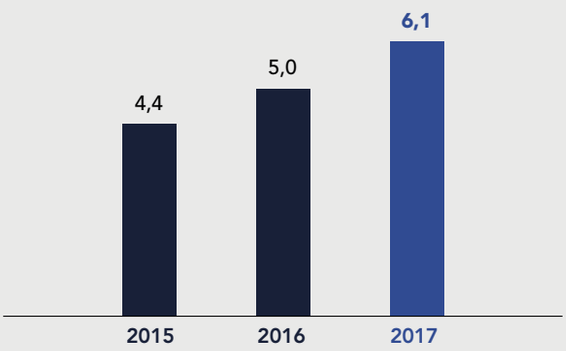
Honrando uma tradição cenetenária, as coleções da marca Vista Alegre têm recebido cada vez mais o reconhecimento internacional da qualidade da marca e do design.
Em 2017, seis colecções da Vista Alegre foram premiadas nos "German Design Awards", uma de porcelana, designada "Calçada Portuguesa", e cinco coleções de cristal. "Garland" recebeu o "German Design Award 2018 – Winner" e quatro: "Frosty", "OZ", "Piet" e "Precious", foram distinguidas com um "German Design Award 2018 – Special Mention". Com estas distinções sobem para 12 os galardões internacionais de design que a Vista Alegre recebeu este ano. Neste âmbito, de referir também o facto de a linha "Calçada Portuguesa" se ter tornado, no decorrer deste ano, a coleção da Vista Alegre mais premiada além-fronteiras, depois de já ter sido galardoada com um Red Dot Design Award.
O volume de negócios consolidado da Vista Alegre atingiu 85 milhões de euros em 2017, o que representa um crescimento de 13% face a 2016. O EBITDA registou um aumento de 42% em 2017, cifrando-se nos 13,6 milhões de euros, tendo a sua margem crescido 3,3 p.p. face ao ano de 2016, alcançando os 16% em 2017, contra 12,7% no ano anterior. O foco na eficiência produtiva e o bom desempenho das vendas, permitiram o crescimento do resultado operacional em 39% face a 2016, para os 7,7 milhões de euros. O resultado líquido do exercício de 4,2 milhões de euros, foi superior em 2,5 milhões de euros face ao anterior, crescendo 147%.

Bordallo Pinheiro

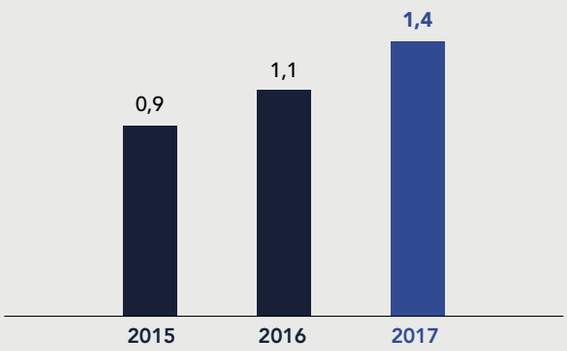
A Fábrica de Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, fundada em 1884, nas Caldas da Rainha, afirma-se como marca, que há mais de um século é responsável pela conceção e produção de uma galeria de peças cerâmicas utilitárias e decorativas que se constituíram como referência artística a nível mundial. No ano de 2017, a Bordallo Pinheiro registou um crescimento do volume de negócios de cerca de 21% quando comparado com 2016, num montante total superior a 6 milhões de euros. A presença em importantes Feiras Internacionais e a aposta numa forte dinâmica de vendas nos mercados onde se posiciona, mantêm-se como linhas fortes da estratégia de posicionamento dos vários produtos. São relevantes exemplos disso as presenças na Feira Ambiente em Frankfurt, na Maison&Objet em Paris ou na ABUP - Feira de Casa e Decoração de São Paulo, no Brasil, entre muitas outras. Fruto deste dinamismo, os mercados externos representam já 30% do volume de negócios, com destaque para o centro da Europa e Estados Unidos.
O bom desempenho do exercício está espelhado no resultado operacional que atingiu 1 milhão de euros, representando um crescimento de 134% face ao ano anterior (436 mil euros em 2016) e um EBITDA de 1,4 milhões de euros. Os resultados líquidos positivos no valor de 815 mil euros, quase que triplicaram os resultados alcançados no ano anterior. Esta evolução positiva demonstra claramente o resultado das iniciativas que, nos vários domínios têm sido implementadas e que têm permitido melhorias, tanto ao nível da eficiência operacional, como no reflexo do reforço da comunicação da marca junto dos mercados nacional e internacionais. A empresa melhorou também os rácios de autonomia financeira, que se situou em 2017 em 38%, assim como a solvabilidade total, que se fixou nos 61%.

BORDALLO PINHEIRO

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)

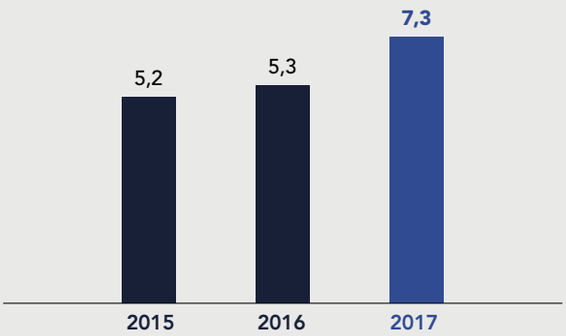


Cerutil

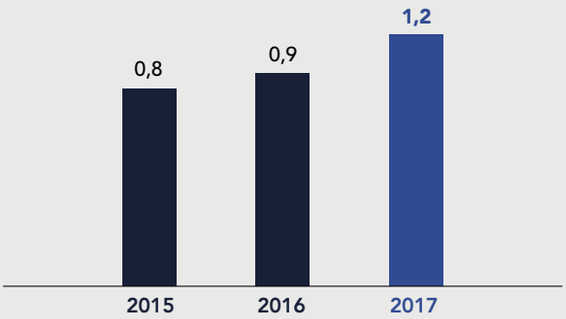
Em junho de 2017, teve lugar a comemoração dos 25 anos do arranque de operação da Cerutil, uma data marcante que assinala duas décadas e meia de crescimento e sucesso, mas marca também o início de um novo cliclo de investimento, com um novo projeto de ampliação da sua capacidade produtiva e com a introdução de produtos inovadores. O volume de negócios da Cerutil, em 2017, ascendeu aos 7,3 milhões de euros, registando um forte aumento de 38,2% face ao valor registado em 2016.
O acréscimo verificado no volume de vendas foi alavancado pelo reforço e desenvolvimento de ações promocionais através de contactos e apresentações dos produtos dirigidas a novos clientes, de forma a permitir a identificação de novas oportunidades comerciais e a uma mais eficaz aproximação aos clientes. Merece destaque a participação, já tradicional, na principal feira internacional de produtos da fileira "CASA - FEIRA AMBIENTE 2017". A prioridade da empresa continua direcionada para o mercado externo, como estratégia e foco orientador de atuação da Cerutil, tendo em função disso sido reforçada a presença da empresa nos mercados internacionais em 2017. A empresa alcançou um EBITDA recorrente de 1,2 milhões de euros e um resultado operacional recorrente de 785 mil euros, verificando-se um aumento de aproximadamente 30% em relação ao ano de 2016. Com o objetivo de reorganizar o segmento da cerâmica e cristalaria, a Cerutil procedeu à alienação à Visabeira Indústria da participada Vista Alegre tendo registado uma mais-valia de 174 milhões de euros.

CERUTIL

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



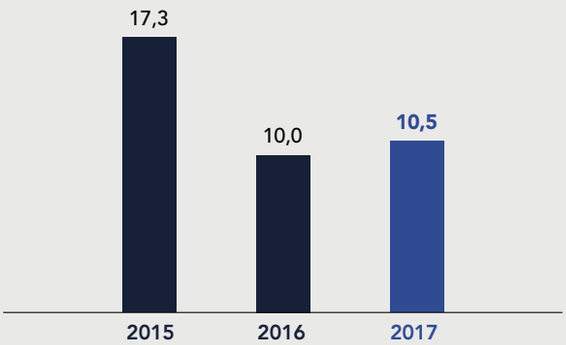
BIOCOMBUSTÍVEIS E ENERGIA TÉRMICA

Ambitermo

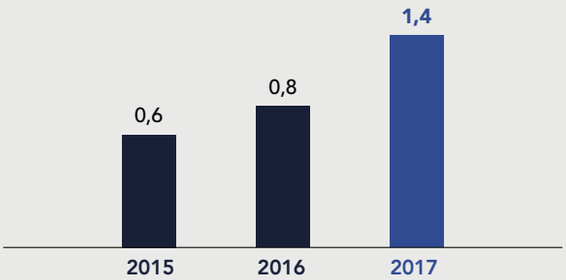
A Ambitermo é uma empresa de excelência em soluções energéticas e ambientais. A sua capacidade e experiência, aliadas à versatilidade e flexibilidade, permitem à Ambitermo projetar, fabricar e instalar centrais térmicas e sistemas de produção de energia à medida das exigências dos clientes, em conformidade com as Normas Europeias e Marca CE.
Em 2017, a Ambitermo, mercê da melhoria do ambiente económico, reforçou o seu posicionamento no mercado nacional, tendo registado uma evolução positiva no volume de negócios, continuando a ser líder no setor de atividade onde está inserida. Na área internacional, a Ambitermo tem como principais geografias de influência o mercado do Reino Unido, Angola e, fruto do trabalho entretanto desenvolvido, o mercado cubano, onde, no final de 2017, foram adjudicados alguns contratos relevantes, antecipando boas perspetivas para o ano de 2018.
No exercício de 2017, a Ambitermo registou um aumento do volume de negócios de cerca de 5% quando comparado com 2016, ascendendo a um montante total de 10,5 milhões de euros. O EBITDA atingiu o valor de 1,4 milhões de euros e o resultado operacional o valor de 1,1 milhões de euros, evidenciando um desempenho positivo.
No que respeita aos principais indicadores financeiros, destacam-se a autonomia financeira e a solvabilidade total, a evoluírem de 35% para 49% e de 54% para 96%, respetivamente, demonstrando a capacidade da empresa em gerar recursos.

AMBITERMO

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)

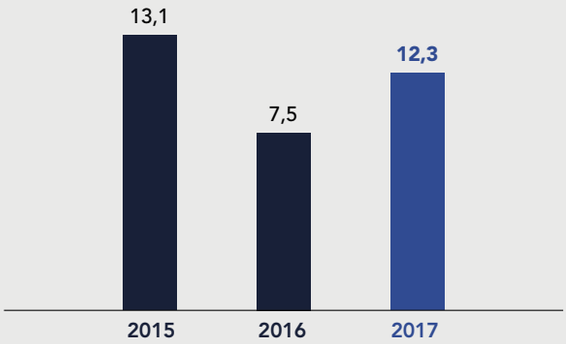


Pinewells

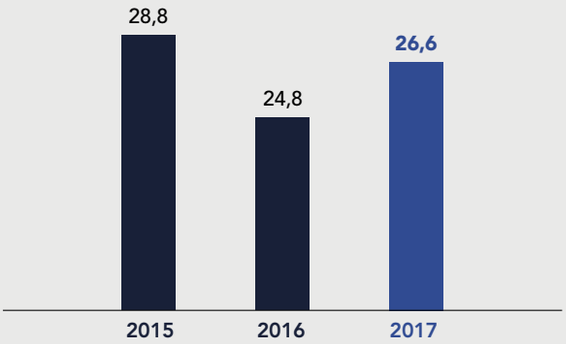
A Pinewells é uma moderna unidade de produção de pellets, equipada com a mais recente tecnologia e assegurando um produto final de elevada qualidade e de acordo com as mais exigentes especificações dos clientes internacionais e da norma europeia ENPlus. O crescimento no setor dos pellets que tinha vindo a ser travado nos últimos anos, viu em 2017 uma inversão no sentido ascendente devido essencialmente, no mercado nacional e no mercado externo, à reconversão de várias centrais europeias que passaram a usar pellets como combustível em detrimento de combustíveis fósseis. O ano de 2017 caracterizou-se neste contexto assim por uma procura mais acentuada de pellets nos dois segmentos (doméstico e industrial), permitindo que a unidade laborasse em pleno, de forma a satisfazer todas as encomendas e necessidades dos seus clientes. A Pinewells concentrou os seus esforços na retoma das exportações de pellet industrial para co-firing, através de presenças assíduas em conferências e feiras especializadas do mercado, o que permitiu contratualizar uma quota importante da sua produção para este setor, permitindo diversificar a venda por diversos clientes para garantir níveis de produção e de vendas compatíveis com a capacidade instalada.
Por outro lado, a operação da Pinewells, que já garantia os princípios de gestão sustentável, alargou em 2017 o seu conjunto de certificações e realizou a auditoria de certificação no SBP Standard 1, que concretizou sem nenhuma não conformidade. No exercício de 2017 a Pinewells registou um volume de negócios no montante total de 12,3 milhões de euros, um crescimento de 65% face ao ano anterior.
O EBITDA situou-se nos 1,4 milhões de euros, face aos 440 mil euros do período homólogo e o resultado operacional passou de negativo para os 879 mil euros positivos em 2017. A empresa terminou assim o ano de 2017 com um resultado líquido no montante de 498 mil euros, tendo simultaneamente melhorado os rácios de autonomia financeira e solvabilidade total, que se fixaram em 26,6% e 36%, respetivamente.

PINEWELLS

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



AUTONOMIA FINANCEIRA (valores em percentagem)



MOB
Cozinhas modulares
e personalizáveis.

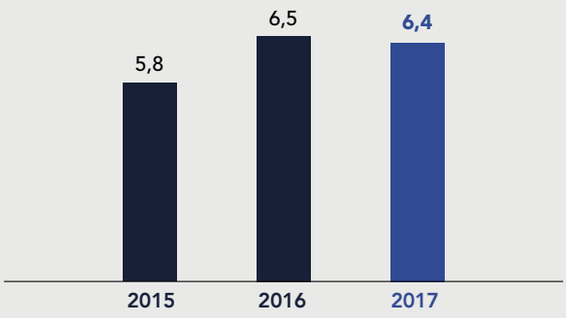
COZINHAS

Mob

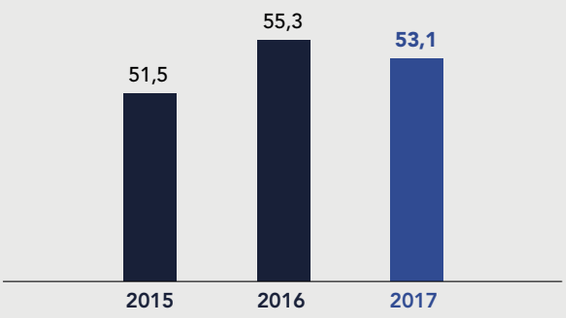
A Mob é um dos maiores e mais prestigiados fabricantes portugueses de mobiliário de cozinha, estando presente em diversos mercados. O seu estatuto de referência no mercado fundamenta-se no rigor de fabrico, que cumpre os mais elevados padrões de qualidade e na cuidadosa e diversificada seleção de materiais. A sofisticação dos seus produtos está associada a um design contemporâneo e às melhores soluções técnicas, que privilegiam o espaço e a ergonomia. A participação na feira Tektónica em Lisboa, com um aumento significativo do número de visitantes, foi uma montra para a apresentação de novos produtos e soluções, bem como para a projeção da Mob como principal player do setor em Portugal.
O reforço do posicionamento da empresa através dos seus produtos no segmento premium, onde se posiciona, é um marco do exercício, quer a nível nacional quer na sua expressão multinacional. Este ano fica como principal registo a presença das cozinhas premium, que foram instaladas, por exemplo, em projetos imobiliários de referência quer em Portugal, quer no exterior, em que se realçam os projetos concretizados em Luanda e Abu Dhabi, entre outros.
De facto, o ano de 2017 foi um ano de consolidação da posição da empresa, quer a nível nacional, quer a nível internacional. No mercado nacional, a Mob registou um crescimento significativo fruto do fornecimento de cozinhas para projetos imobiliários, do estabelecimento de parcerias com empresas ligadas ao setor imobiliário e do desenvolvimento da rede de agentes. A adjudicação de 33 cozinhas de 5 tipologias à empresa Vilamoura World, na sequência da segunda fase do projeto habitacional Orangerie foi um dos projetos que se evidenciou em 2017.
Nos Emiratos Árabes Unidos foi realizado um acordo para o fornecimento de 18 tipologias de cozinhas para um empreendimento composto por 1315 moradias de luxo em Abu Dhabi. Paralelamente, a empresa continuou a realizar o fornecimento e montagem de cozinhas para o projeto Hidd Al Saadyiat, tendo o mesmo transitado para 2018.
A aposta no mercado internacional e no desenvolvimento de novos mercados, como o Líbano e o Gana, materializou-se, já no início de 2018, com a adjudicação de 37 cozinhas para o projeto Vineyards, no Gana.
No exercício de 2017, a Mob registou um volume de negócios no montante de 6,4 milhões de euros, impactado pela derrapagem da construção de algumas das principais obras da carteira de encomendas da empresa.
No seguimento do sucedido em 2016, o mercado nacional representou a maioria das vendas fixando-se em 69,1%.
A presença no mercado externo foi reforçada, tendo ascendido a um volume de negócios no montante de 1,8 milhões de euros. A empresa terminou o exercício com um resultado operacional de 1,2 milhões de euros, tendo registado um resultado líquido de 967 milhares de euros.

MOB

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



AUTONOMIA FINANCEIRA (valores em percentagem)

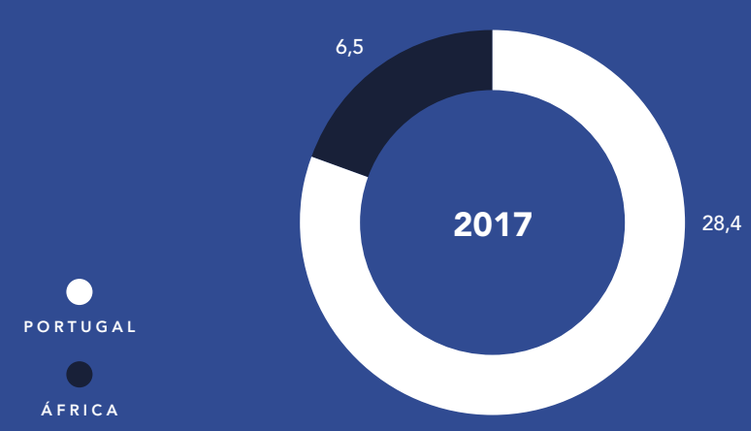


VISABEIRA TURISMO

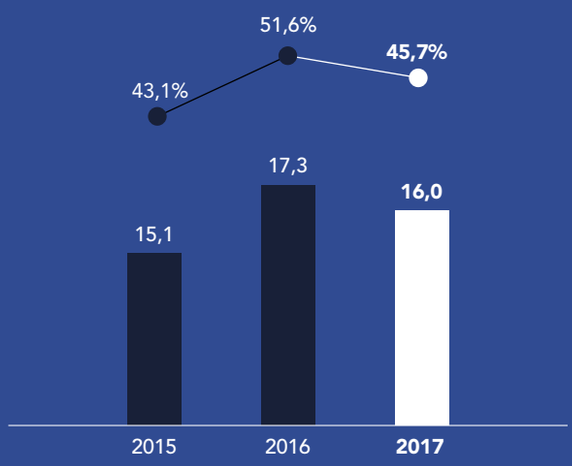
INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)			
	2017	**2016**	**Var YoY**
Volume de negócios	34,9	33,4	4%
EBITDA	16,0	17,3	-8%
Margem EBITDA	45,7%	51,6%	-5,9 pp
Resultado operacional recorrente*	11,5	13,1	-13%
Margem operacional	32,9%	39,3%	-6,4 pp
Resultado líquido	4,3	6,9	-37%
Investimento líquido	4,9	13,2	-137%
Dívida	133,9	67,7	98%
Inventários	2,2	1,8	19%
Ativos fixos (incluindo "goodwill")	124	124	0%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



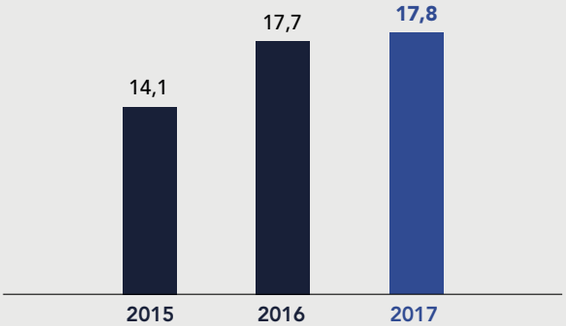
A Visabeira Turismo articula as capacidades do Grupo neste setor, constituindo ofertas turísticas transversais nos segmentos da Hotelaria e Restauração, Entretenimento e Lazer e Desporto e Bem-estar nos dois destinos em que está presente: Portugal e Moçambique. O ano de 2017 fica marcado por um incremento da sua atividade, em boa parte fruto de uma notoriedade cada vez mais crescente da marca Montebelo e da qualidade da oferta hoteleira e gastronómica das unidades que a integram e da área shopping, onde associa a oferta comercial ao desporto e bem-estar. Neste contetxo, o segmento do turismo registou em 2017 um aumento de 4% no volume de faturação consolidado, face ao período homólogo, atingindo os 34,9 milhões de euros. O mercado externo (Moçambique) manteve a sua contribuição em 18,5%, enquanto o mercado nacional registou um aumento face ao ano anterior na ordem dos 5,5%. O EBITDA situou-se nos 16 milhões de euros, sendo a Movida aquela que mais contribuiu, com 10,6 milhões de euros. O resultado operacional e o resultado líquido ascenderam a 11,5 e 4,3 milhões de euros, respetivamente.

Hotelaria – Portugal

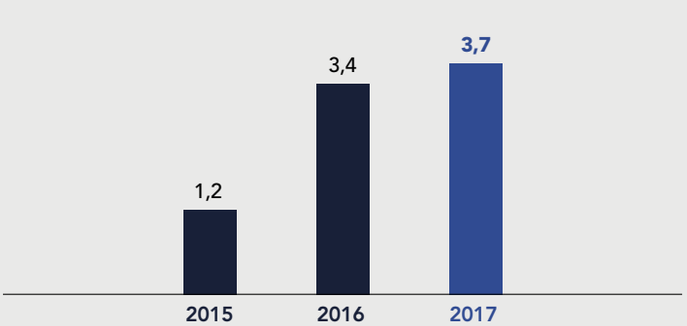
Em 2017, o negócio corporate voltou a ser uma componente relevante nas operações hoteleiras, invertendo o ciclo negativo que se vinha verificando nos últimos anos. A procura das unidades hoteleiras para a realização de reuniões, congressos e outros eventos registou resultados com uma evolução muito positiva.
De salientar a mais recente unidade cinco estrelas da cadeia Montebelo Hotels & Resorts – o Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, que reforçou este ano os excelentes indicadores já dados em 2016, tendo sido uma vez mais eleito para acolher diversos eventos, como é exemplo o lançamento dos novos modelos da marca Skoda Octavia. Esta operação, à escala mundial trouxe ao hotel mais de 650 jornalistas de 42 nacionalidades que utilizaram os serviços e valências desta unidade do Grupo Visabeira.
Destaque também para o Montebelo Viseu Congress Hotel, unidade que dispõe de inúmeras e funcionais salas multimodulares que permitem a realização de eventos com capacidade até 600 pessoas e que acolheu ao longo do ano vários congressos médicos, encontros de empresas farmacêuticas, iniciativas empresariais e políticas, equipas desportivas, entre outros.
O Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, reconhecido como a referência mundial enquanto centro de treinos na área da canoagem, fruto não só das condições naturais que apresenta mas principalmente pelas infraestruturas de qualidade superior e serviços que proporciona aos atletas, acolheu a cerimónia dos "World Paddle Awards", considerados os "óscares" da canoagem a nível mundial. A iniciativa, que decorreu pela primeira vez em Portugal, reuniu na unidade do Grupo Visabeira, mais de três centenas de atletas oriundos de vários países. Ao longo do ano, o resort de cinco estrelas, com 152 habitações, continuou igualmente a merecer a preferência de muitas famílias para momentos de lazer e consolidou a sua posição como resort de referência para o período estival, na zona Centro/Norte do país.
O Parador Casa da Ínsua manteve bons resultados, continuando a atrair o mercado espanhol, fruto da integração na rede dos Paradores de Turismo. Com um total de 35 quartos, salões históricos e jardins, a Casa da Ínsua inclui ainda na sua propriedade, um museu, vinhas, uma queijaria e uma atividade agrícola bastante ativa com a produção de azeite, queijo, compotas e vinhos, premiados em 2017, nacional e internacionalmente, com medalhas de ouro e prata.
O crescimento registado e expectável para os Empreendimentos Turísticos Montebelo e a aposta na expansão da marca estiveram na génese dos projetos de expansão da marca, já em curso, de que destacamos o Montebelo Mosteiro Alcobaça Hotel, promovendo o turismo sociocultural em articulação com o património, e a ampliação do Montebelo Vista Alegre Ilhavo Hotel, recuperando as vivendas que fazem parte do Bairro Operário da Vista Alegre, integrando-as com a restante oferta que já tornou o lugar da Vista Alegre uma referência no setor.
Em 2017 o volume de negócios foi de 17,8 milhões de euros e o EBITDA melhorou em 14,7% face ao período homólogo, cifrando-se em 3,7 milhões de euros.

MONTEBELO

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)

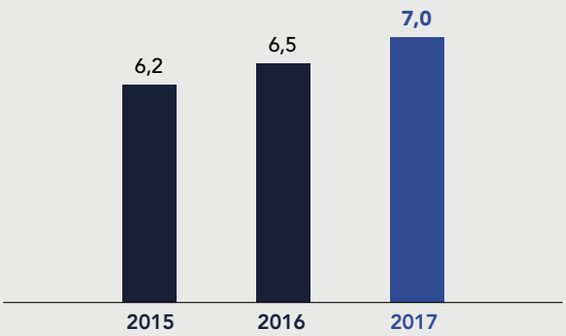


Hotelaria – Moçambique

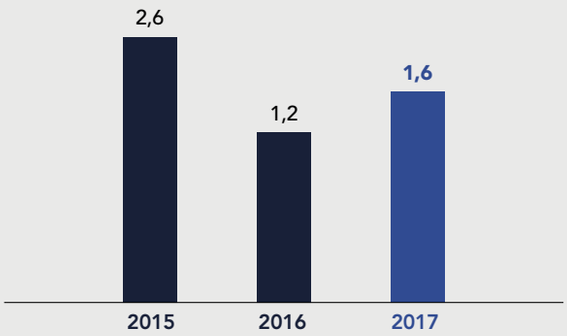
Em relação à atividade da Visabeira Turismo em Moçambique, as seis unidades hoteleiras distribuídas ao longo do país, com localizações em Maputo, Gorongosa, Lichinga, Nampula e Songo, terminaram o ano com nota positiva, tendo sido diversas vezes escolhidas para a realização de eventos, festas e reuniões, para além da fidelização do público da atividade hoteleira corrente.
Destaque para o Montebelo Girassol Maputo Hotel, que foi classificado como "Fabuloso" pela Booking. A plataforma online reconheceu e galardoou a unidade do Grupo Visabeira em Moçambique, com o prémio "Guest Review Award", fruto dos comentários e pontuação dada pelos clientes via booking, que depois da estadia respondem a diversas questões relativas à qualidade das instalações e serviços prestados, passando pela restauração e outras valências da unidade.
Em linha com o ano anterior, o desempenho da Turvisa, em 2017, traduziu-se num volume de negócios que se fixou nos 7,0 milhões de euros (501 milhões de meticais), com o resultado operacional a ascender a 655 mil euros (46,9 milhões de meticais) e a margem bruta a fixar-se nos 71,7%.

TURVISA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



MONTEBELO GORONGOSA LODGE & SAFARI
Lodge integrado no Parque Nacional da Gorongosa, na província moçambicana de Sofala.

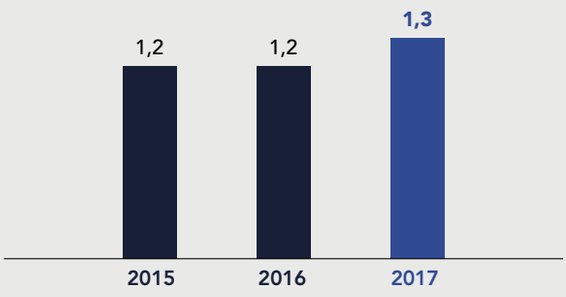
ZAMBEZE RESTAURANTE
Referência gastronómica no centro histórico de Lisboa, com uma vista privilegiada sobre a Baixa e o Tejo.

Restauração

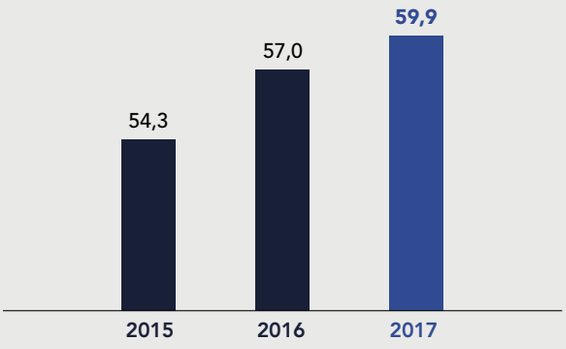
No segmento da restauração, vários restaurantes da Visabeira Turismo foram distinguidos pela AHRESP, pelo Turismo Centro de Portugal e pela CIM Viseu Dão Lafões. Os restaurantes do Montebelo Viseu Congress Hotel, Parador Casa da Ínsua, Forno da Mimi & Rodízio Real, Rodízio do Gelo e Cervejaria Antártida passaram a ostentar o selo do "Programa Seleção Gastronomia e Vinhos", ao cumprir uma seleção de requisitos como a qualidade das matérias-primas utilizadas na confeção gastronómica, empratamento, tempos de espera, ementa, oferta de vinhos, entre outros.
O Zambeze, em Lisboa, continua a ser o embaixador da marca na capital do país. Durante o ano de 2017, o Zambeze foi palco de diversos eventos corporativos e sociais, criando uma identidade própria, que cada vez mais o tem distinguido no setor, tendo sido visitado por várias figuras públicas e captando ao longo de todo o ano o interesse e a atenção de variadíssimos meios de comunicação social em Portugal e no estrangeiro.
O Zambeze registou, em 2017, um volume de negócios de 1,3 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 8,9% face ao valor registado no ano anterior. A empresa apresentou um resultado operacional de 33,8 mil euros, superior 6,3% face ao exercício de 2016. Os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade total, no valor de 38,7% e 63,1%, respetivamente, são demonstrativos do bom desempenho da empresa.

ZAMBEZE

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhares de euros)



Shopping

Em 2017, o Palácio do Gelo Shopping aumentou o seu já alargado e eclético leque de lojas. Neste domínio destaca-se, neste exercício, a abertura das lojas Lacoste e Ana Sousa e a renovação e ampliação da loja H&M. Também a Eureka Shoes e a Flormar passaram a integrar a oferta disponível no centro comercial, tornando a sua atratividade cada vez mais eclética.

De destacar o arranque da campanha Ice + Ice Baby, inserida na ação de marketing territorial "2017, ano oficial para visitar Viseu", que proporciona duas experiências inéditas no Palácio do Gelo Shopping. A iniciativa, apadrinhada pelo ator Fernando Mendes, foi apresentada na BTL – Feira de Turismo de Lisboa, e convida o público a viajar até Viseu para viver a dupla experiência do gelo, através da ida ao Bar de Gelo e da prática de patinagem na única Pista de Gelo permanente no país.

Na vertente desportiva, o clube de desporto e bem-estar ForLife, uma das principais atrações do Palácio do Gelo Shopping, reforçou a sua posição de liderança no mercado de Viseu, sendo um espaço muito visitado e uma das lojas âncora do Shopping, atraindo centenas de pessoas diariamente.

O ForLife concretizou, ao longo do ano, várias iniciativas orientadas para a captação de novos públicos, de que são exemplo os vários "open days" concretizados ao longo de 2017. O ano fica igualmente marcado por ações que o Forlife leva fora de portas, e das quais se destacam de forma especial o Seven On The Road, no Complexo Desportivo Príncipe Perfeito, e o Schwinn Cycling Experience Ride, no Montebelo Aguieira, eventos que, em 2017, atraíram milhares de pessoas a estas unidades da Visabeira Turismo.

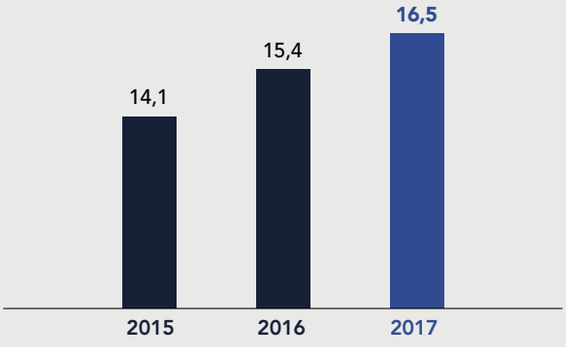
O bom desempenho demonstrado ao longo de 2017 potenciou o aumento do volume de negócios da Movida em 7,6%, fixando-se nos 16,5 milhões de euros, que comparam com os 15,4 milhões de euros de 2016.

O EBITDA registou um crescimento de 15% ascendendo aos 10 milhões de euros.

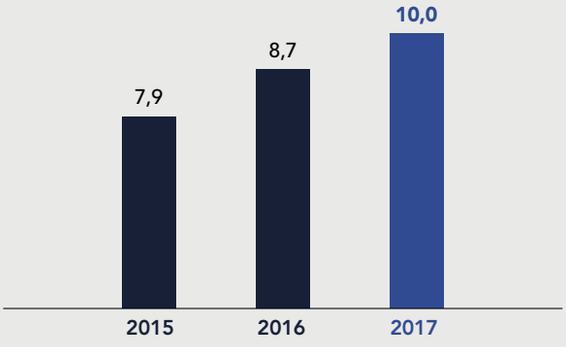
O resultado operacional do período registou um aumento de cerca de 30,5%, passando de 4,8 milhões de euros em 2016, para 6,2 milhões de euros em 2017. Ao nível da estrutura financeira, destaca-se a manutenção dos principais indicadores de curto e médio prazo, fixando uma autonomia financeira de 28,0% e uma solvabilidade de 38,9%.

MOVIDA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



PALÁCIO DO GELO SHOPPING
Centro comercial que integra, num mesmo espaço, equipamentos complementares nas áreas do desporto, saúde, entretenimento, comércio e serviços.

VISABEIRA IMOBILIÁRIA

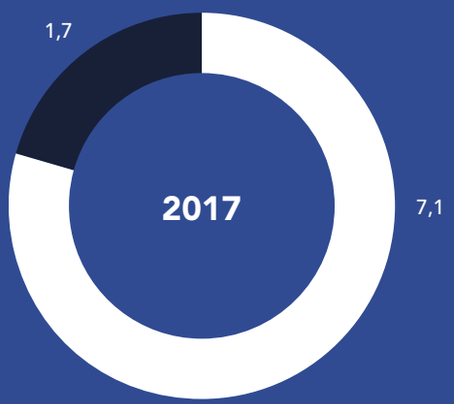
INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)			
	2017	**2016**	**Var YoY**
Volume de negócios	8,8	5,9	49%
EBITDA	1,4	2,3	-40%
Margem EBITDA	16,1%	39,6%	-23,5 pp
Resultado operacional recorrente*	0,9	2,8	-68%
Margem operacional	10,4%	48,1%	-37,9 pp
Resultado líquido	-1,6	0,0	32427%
Investimento líquido	1,4	2,5	-46%
Dívida	8,2	6,8	21%
Inventários	47,5	53,8	-12%
Ativos fixos (incluindo "goodwill")	16	16	-2%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

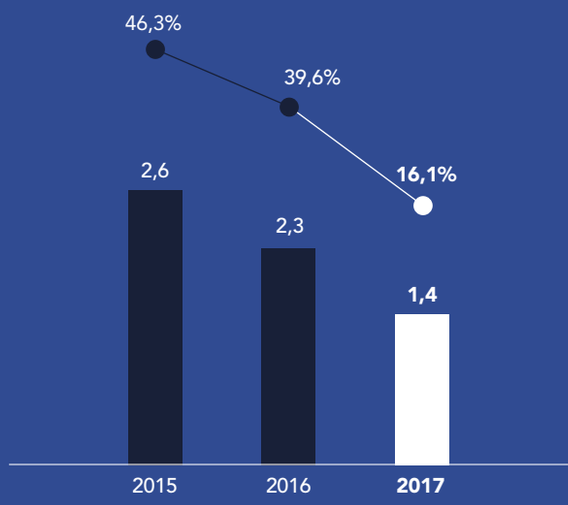
PORTUGAL

ÁFRICA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



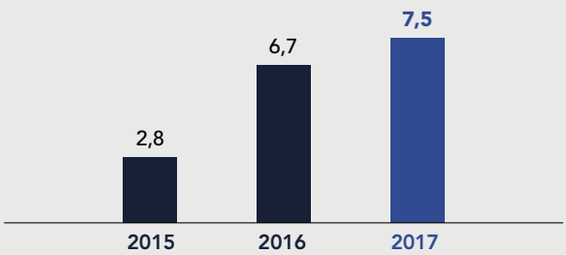
A Visabeira Imobiliária manteve em 2017 a sua posição de referência no setor, com especial enfoque na quota substancial de oferta que disponibiliza ao mercado na cidade de Viseu, a que acresce uma cada vez mais atrativa carteira de oferta geograficamente aberta. A empresa reforçou o seu posicionamento que permite ser percecionada pela qualidade dos seus produtos e pela distinção das suas localizações. Neste contexto, o segmento imobiliário registou, em 2017, um incremento de 49% no volume de faturação consolidado, face ao período homólogo, atingindo os 8,8 milhões de euros.

Visabeira Imobiliária

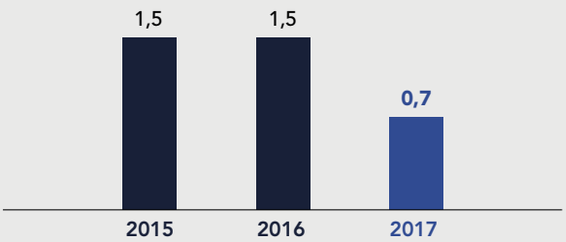
A Visabeira Imobiliária garante uma atuação dinâmica que é muito valorizada por parte dos clientes, que apreciam o binómio que a empresa tem como principal desígnio: oferecer um produto de qualidade com um serviço de excelência. Dando continuidade à estratégia que tem vindo a ser implementada em sintonia com a abrangência dos mercados, a Visabeira Imobiliária destaca-se cada vez mais pelo seu posicionamento ecléctico, associando a transação dos imóveis à sua gestão, criando pacotes atrativos para vários segmentos, incluindo o arrendamento. O segmento da venda associada a investimento é outra área em que a empresa tem apostado com uma visão de longo prazo e que se maximiza com a capacidade de gestão de imóveis que está associada às competências da Visabeira Imobiliária. Outro pilar do desempenho da sua atividade foi a disseminação da imagem Visabeirahouse, marca que se perspetiva traga uma mais-valia na visibilidade e notoriedade da ação da empresa, criando uma perceção mais forte e uma atratividade acrescida para a sua oferta. Associada a esta maior aproximação ao mercado esteve também o incremento da equipa comercial, a sua melhor capacitação e, em sintonia com essa política, a expansão dos pontos de venda, mais próximos dos produtos e dos potenciais clientes. Outro facto de relevante importância na dinâmica positiva que caracterizou este exercício foi o reforço da posição da empresa nas redes sociais e nos vários canais digitais, uma aposta estratégica que se tem provado muito acertada. Como corolário, o melhor desempenho do setor, potenciado pelas políticas de atuação da empresa, alavancou a atividade da Visabeira Imobiliária para um desempenho muito positivo face ao seu histórico mais recente.
Em 2017, o volume de negócios ascendeu aos 7,5 milhões de euros correspondendo a um crescimento de 12%.

VISABEIRA IMOBILIÁRIA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



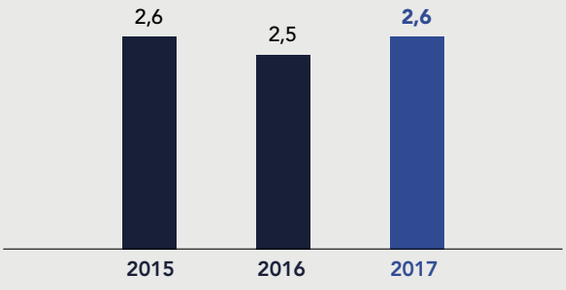
Imovisa

No exercício de 2017, a Imovisa manteve o focus no desenvolvimento da sua atividade nos segmentos da gestão de imóveis, manutenção, higiene e limpeza de instalações, consolidando a sua aposta na gestão integrada de ativos imobiliários. No seu portefólio de principais clientes destacam-se o Banco de Moçambique, Mozal, Standard Bank, Mstar, Coca-cola, Visabeira Moçambique, Turvisa e TV Cabo.

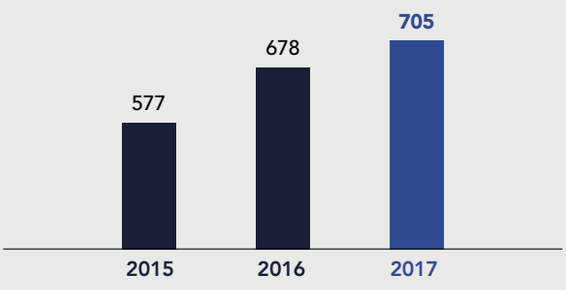
O volume de negócios de 2017 teve uma variação positiva de 3,9% face ao exercício de 2016, representando um aumento de 96 mil euros (6,9 milhões de meticais) situando-se nos 2,6 mihões de euros (184 milhões de meticais). O EBITDA ascendeu a 705 mil euros (50,2 milhões de meticais), registando um crescimento de 3,6% face ao ano anterior, no qual se cifrou em 678 mil euros (48,5 milhões de meticais).

IMOVISA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhares de euros)



IMOVISA
Gestão integrada de ativos imobiliários, incluindo a atividade comercial, exploração corrente, manutenção e limpeza.

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

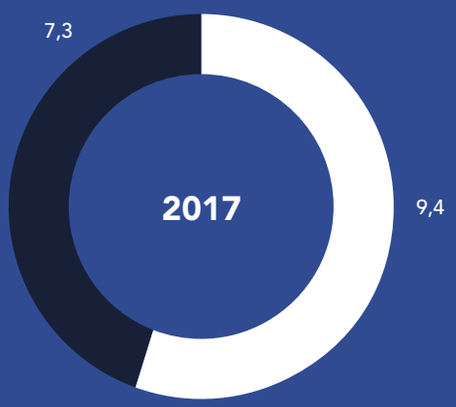
INDICADORES CONSOLIDADOS (valores em milhões de euros)			
	2017	**2016**	**Var YoY**
Volume de negócios	16,7	18,8	-11%
EBITDA	6,0	9,2	-35%
Margem EBITDA	36,1%	49,0%	-12,9 pp
Resultado operacional recorrente*	4,0	5,8	-31%
Margem operacional	23,8%	30,8%	-7,0 pp
Resultado líquido	24,9	-4,5	-648%
Investimento líquido	-80,1	5,3	-1597%
Dívida	303	521	-42%
Inventários	4,2	3,4	21%
Ativos fixos (incluindo "goodwill")	55	50	8%

*Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das previsões e perdas por imparidade.

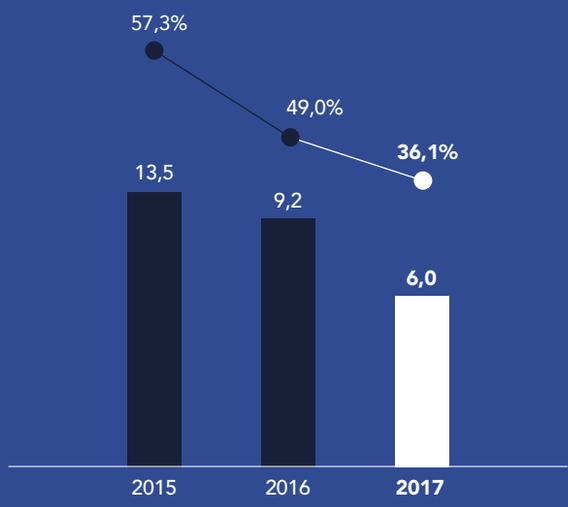
PORTUGAL

ÁFRICA

VOLUME DE NEGÓCIOS (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e **MARGEM** (%)



Participações

A Visabeira Participações é a holding que integra as participações das empresas do Grupo associadas aos setores do comércio e dos serviços e também os investimentos financeiros do Grupo em carteira de ações. Em 2017, o volume de negócios da Visabeira Participações alcançou os 16,7 milhões de euros e o EBITDA cifrou-se em 6,0 milhões de euros. O resultado líquido fixou-se em 24,9 milhões de euros, devido aos ganhos na alienação da carteira de ações da NOS e EDP, evidenciando uma franca melhoria face aos 4,5 milhões de euros negativos registados em 2016. Está ainda integrada na estrutura desta sub-holding a prestação de serviços, núcleo onde se incluem os serviços partilhados do próprio Grupo, que se concentram na Visabeita Pro estudos e investimentos. Neste domínio disponibiliza-se uma vasta plêiada de serviços partilhados e competências que passam por diversas áreas como Análise de Investimentos e Projetos; Consultoria; Contabilidade; Área Financeira; Apoio à gestão das empresas; Sistemas de informação; Serviços Jurídicos; Procurement e Compras; Recursos Humanos; Marketing e Comunicação; entre outras. Em 2017, as empresas de trading, responsáveis pela importação e exportação de produtos em vários segmentos, apresentaram um volume de negócios de 1,3 milhões de euros.

A Visauto, empresa que comercializa camiões para o mercado angolano, apresentou um volume de negócios no valor de 6,4 milhões de euros (1.186 milhões de kwanzas), assegurando um resultado operacional que ascendeu a 662 mil euros (123 milhões de kwanzas).
Na área da saúde, o ano de 2017 foi um ano de consolidação do negócio, assinalado não só pela celebração de novos contratos, acordos e protocolos, mas sobretudo pela maturidade dos existentes, o que permitiu aumentar substancialmente o volume de serviços prestados assim como os resultados obtidos.
A Porto Salus Azeitão, residências assistidas, terminou 2017 com uma taxa de ocupação de 96% e um crescimento do volume de negócios de 40,4% face a 2016 situando-se nos 2,2 milhões de euros.
O Hospital Nossa Senhora da Arrábida, unidade de cuidados continuados, alargou as valências disponibilizadas, através do aumento dos recursos humanos, nomeadamente médicos de especialidade que potenciaram o ambulatório. O volume de negócios fixou-se nos 4,1 milhões de euros e o resultado operacional ascendeu a 342 mil euros, representando um aumento de cerca de 10% face ao ano de 2016.

Compromisso com a sociedade

Ambiente, Qualidade e Segurança

A sustentabilidade dos negócios é uma preocupação que tem pautado, de forma consistente, a atuação do Grupo Visabeira, em particular numa época em que a globalização assume um papel crescente e determinante na criação e na afirmação de valores.
O atual contexto económico caracteriza-se por uma postura dos clientes voltada para a expetativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.
Neste contexto, no Grupo Visabeira, a gestão apoia-se num conjunto de procedimentos, normas e práticas, que colocam a Qualidade como desígnio interiorizado por toda a organização e orientadas para a utilização dos recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando impactos irreversíveis. Esta conceção traz uma preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e gestão sustentável dos recursos naturais.
Também no âmbito da Segurança e Saúde no trabalho, a obtenção da certificação dos principais Sistemas de Gestão das empresas, conjugada com as diversas ações de prevenção da sinistralidade e com a contínua aposta na formação e sensibilização dos colaboradores, permitiu uma otimização das condições de trabalho e do desempenho profissional, melhorando significativamente os índices nestas áreas.
Desta forma, na sequência destas linhas de orientação, em 2017 destacam-se um conjunto de atividades, no âmbito da melhoria contínua nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, que se sintetizam de seguida.
- aprofundamento da implementação da metodologia Kaizen na Cerutil e na Bordallo Pinheiro, que tem vindo a permitir um maior envolvimento dos colaboradores nos processos da empresa e a otimização da produção.
- continuação da aposta na formação e sensibilização para a segurança, num programa que envolveu um total de 2.409 colaboradores, sendo de destacar a temática da segurança e saúde no trabalho, que representou 66% dos formandos;
- reforço da monitorização contínua das boas práticas nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, através da realização de visitas, auditorias e inspeções, com especial ênfase nas áreas da Visabeira Global;
- monitorização contínua das boas práticas nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, através da realização de visitas e inspeções AQS nas áreas das telecomunicações, energia e construção. Foram realizadas 560 visitas e/ou inspeções, tendo sido envolvidos mais de 2.000 colaboradores;
- melhoria da capacidade de resposta em situações de emergência ambiental, através da realização de exercícios de acidente de natureza ambiental. Com estes exercícios, perspetiva-se que os colaboradores envolvidos sejam capazes de cumprir os procedimentos ambientais definidos pela organização, minimizando os impactes ambientais negativos associados aos eventuais acidentes de natureza ambiental;
- monitorização contínua das boas práticas de higiene e segurança alimentar, na prossecução de um programa de controlo e auditoria que integrou entre outras ações mais de 250 análises microbiológicas nas várias unidades da Visabeira Turismo;
- continuidade do programa de monitorização da flora (zooplâncton) e da qualidade da água na área do ancoradouro da Aguieira, com o objetivo de controlar o impacto das atividades do ancoradouro na comunidade zooplatónica da albufeira;
- monitorização contínua dos aspetos ambientais, cálculo dos respetivos impactos ambientais introduzidos no meio ambiente e controlo e reavaliação permanente das medidas de mitigação e minimização implementadas;
- acompanhamento da implementação e otimização do sistema de geolocalização nas viaturas, que tem vindo a permitir uma mais eficiente gestão dos técnicos nas suas diferentes atividades diárias. Este sistema representa um passo importante na sustentabilidade da empresa, uma vez que permite ganhos evidentes quer na vertente económica e otimização de recursos, quer sobretudo na vertente ambiental;
- orientação na aquisição de equipamentos de trabalho, relevando cada vez mais as preocupações ambientais, com o objetivo de priorizar aqueles que se traduzem em melhor operacionalidade com menores impactos ambientais e que simultaneamente permitem garantir mais eficazmente a segurança dos utilizadores;
- o alargamento da certificação SBP (Sustainable Biomass Partnership) na Pinewells, para o Standard 1, permite garantir que a biomassa utilizada na produção é não só legal mas também sustentável. Este sistema desenvolve ferramentas para demonstrar que a biomassa utilizada na produção dos pellets é económica, ambiental e socialmente sustentável e que que contribui para uma economia de baixo consumo de carbono, passando a existir a possibilidade de comercializar pellet SBP Compliant;
O Grupo Visabeira, em linha com a orientação estratégica definida, enquanto membro ativo do Global Compact das Nações Unidas, elaborou o seu quinto relatório de Comunicação de Progresso (COP), reafirmando uma vez mais o seu compromisso em continuar a fazer do Pacto Global e dos seus princípios, parte integrante da estratégia, da cultura e das operações diárias da organização.
No que respeita à implementação e certificação de sistemas de gestão, o ano de 2017 fica também marcado pela implementação e certificação de mais três empresas do Grupo Visabeira, nomeadamente: Bordallo Pinheiro (Qualidade ISO 9001), Constructel Belgium, SA (Qualidade ISO 9001) e Constructel GmbH (Qualidade ISO 9001, Ambiente ISO 14001 e Segurança OHSAS 18001). Para 2018, o foco ao nível dos sistemas de gestão estará centrado na transição para os novos referenciais normativos da qualidade (ISO 9001:2015) e ambiente (ISO 14001:2015). Prevê-se ainda a continuidade do programa de certificação de empresas, no qual estará em primeira linha a Constructel Dinamarca.

As Pessoas

O Grupo Visabeira reconhece que privilegia como vetores fundamentais do seu posicionamento, o triângulo virtuoso que articula a qualidade dos seus serviços e produtos, a expansão geográfica das suas atividades e a dinâmica e rigor da sua atuação.
As pessoas, as suas competências, a sua valorização profissional e as suas capacidades, flexibilidade, mobilidade e adaptabilidade são peças chave que confluem no rigor e exigência como atitude individual.

Neste enquadramento a política de recursos humanos está orientada para a permanente melhoria contínua da produtividade e da satisfação do cliente. Na base desta atuação está o constante reforço na qualificação dos Colaboradores, na sua valorização profissional e no desenvolvimento das suas competências.
Em 2017, o Grupo Visabeira cresceu de um total de colaboradores de 9.674, em 2016, para 10.073 em 31 de dezembro de 2017.

PESSOAS

	2017	2016	2015	2014
Visabeira Global	5.285	4.945	4.932	4.826
Visabeira Indústria	2.611	2.444	2.442	2.504
Visabeira Turismo	914	889	883	845
Visabeira Imobiliária	494	593	594	616
Visabeira Participações Financeiras	769	803	801	762
TOTAL	**10.073**	**9.674**	**9.652**	**9.553**

Formação Profissional

Num contexto profissional em constante mutação, a formação, nas suas diversas vertentes, é cada vez mais uma necessidade sentida pelos profissionais e fomentada pelas empresas do Grupo para valorização das suas competências e capacidades. Estamos perante novas necessidades cada vez mais diversificadas e flexíveis para dar resposta às solicitações que a Visabeira Potencial Humano identifica e que as diversas empresas lhe requerem.
A perspetiva do aprofundamento de conhecimentos e especialização em determinadas matérias é uma preocupação crescente e uma mais-valia crucial nos mercados competitivos de hoje em dia.
A organização tem como principal meta a promoção de projetos de formação inovadores, de qualidade e de valor sustentável, que contribuam eficientemente para a maximização do potencial humano, suportando uma estratégia inequívoca de maximização dos padrões de serviço e de qualidade dos produtos.
Neste enquadramento, o ano de 2017 foi uma vez mais de consolidação da formação dedicada às diversas áreas das empresas do Grupo Visabeira e que se afirma como pilar fundamental do sucesso de cada uma das suas actividades.
Do conjunto de realizações concretizadas em 2017, destacam-se as 297 ações de formação, envolvendo 2.409 formandos realizadas maioritariamente na Academia de Formação em Viseu. Neste contexto, foram certificados 99% dos participantes (2.385), segmentados pelas várias áreas de formação ministradas pela Visabeira Pro.
Concretizaram-se 6.501 horas de formação, que representaram um volume de formação de 55.628 horas, correspondendo a uma média, de 1,25 ações de formação certificada por dia, envolvendo 10 formandos/dia.

Comunicação

O Grupo Visabeira e as suas empresas são responsáveis por diversas realizações ao longo do ano, sendo a comunicação um corolário primordial da sua estratégia ao assumir um papel importante no desenvolvimento sustentado de todas as suas áreas de negócio, na consolidação e reforço de notoriedade das suas marcas e na sua afirmação nos mercados nacional e internacional.

A Visabeira Turismo, com uma visibilidade regular e sustentada ao longo dos meses, conseguiu elevar os níveis de notoriedade e a perceção junto dos mercados, ancorados não apenas nas características do seu património hoteleiro, de restauração e de lazer, mas também nas iniciativas inovadoras que foi materializando ao longo do ano.

Um dos exemplos mais marcantes deste posicionamento diferenciador foi a realização do evento solidário "The Day After – Uma Noite por Todos", uma iniciativa de cariz solidário, que se destinou a ajudar a região Centro, fustigada pelos incêndios de outubro de 2017. O evento, que mobilizou a sociedade civil da região e angariou mais de 66 mil euros para a comunidade, teve uma ampla difusão mediática que ultrapassou largamente a centena de notícias. Os meios generalistas, as revistas sociais e a televisão, como é o caso da TVI, Porto Canal e Correio da Manhã assumiram de forma reiterada, a divulgação e o sucesso desta iniciativa que reabriu, de forma excecional, uma das mais míticas discotecas do país. Também algumas figuras públicas como Catarina Furtado, Diogo Infante e Rui Reininho, se juntaram à iniciativa, divulgando nas suas redes sociais a realização do evento.

Em matéria de eventos, importa também referir a cerimónia dos "World Paddle Awards", considerados os óscares da canoagem, que se realizou pela primeira vez em Portugal, no Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa. O prestigiado evento que visa reconhecer pessoas ligadas à modalidade, homenageando assim o trabalho de excelência desenvolvido ao longo do ano, captou a atenção dos órgãos de comunicação social e mereceu uma alargada reportagem televisiva pela CM TV.

O Montebelo Aguieira foi, a par do Parador Casa da Ínsua, uma das unidades mais mediatizadas ao longo de 2017, não só pelos eventos ali realizados, de que é exemplo o Schwinn Cycling Experience Ride, mas também pelas características únicas do resort e das suas atividades náuticas, que mereceram várias vezes, ao longo ano, destaque nas revistas Evasões, Visão e Time Out, entre outros meios de lifestyle e turismo. O programa Imagens de Marca, da SIC Notícias e o canal generalista SIC também deu ampla cobertura mediática a esta unidade cinco estrelas.

Durante o ano de 2017 a Visabeira Turismo assumiu de forma clara e inequívoca um posicionamento vocacionado para a promoção das suas valências associadas ao território, enquanto destino turístico de eleição. Neste contexto, foi lançada na Bolsa de Turismo de Lisboa, a campanha "ICE+ICE Baby", que integrada na promoção da cidade de Viseu "2017, Ano Oficial para Visitar Viseu", se destinou a divulgar o Bar de Gelo e a Pista de Gelo, do Palácio do Gelo Shopping, que mereceu particular atenção dos meios da especialidade.

Ainda nesta filosofia integrada com o marketing territorial foram promovidas ações ancoradas nos produtos endógenos da região, como é o caso dos vinhos do Dão (medalhas conquistadas pelos vinhos Casa da Ínsua) e do queijo Serra da Estrela, ambos disponíveis no Parador Casa da Ínsua.

Esta unidade de charme é uma das mais apetecíveis em termos editoriais junto dos meios de comunicação social, tendo sido mais do que uma vez tema de capa nas revistas Evasões e Visão.

As unidades da Visabeira Turismo, em particular as que ostentam cinco estrelas, são presença assídua nas páginas dos jornais nacionais, nomeadamente através da promoção dos programas de alojamento associados a datas festivas ou iniciativas temáticas.

As visitas de jornalistas e bloggers às unidades também têm surtido retorno mediático, como por exemplo o destaque concedido pela revista Elle e pelo blog Viaje Comigo ao Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel ou a Up Magazine ao Montebelo Viseu Congress Hotel e ao Hotel Palácio dos Melos. O Guia Boa Cama Boa Mesa continua a ser um parceiro regular de comunicação da Visabeira Turismo, meio no qual a cadeia Montebelo Hotels & Resorts tem mantido a sua presença, com excelente classificação.

O Palácio do Gelo Shopping também registou um elevado fluxo noticioso, com particular ênfase para a comemoração do nono aniversário do Palácio do Gelo Shopping, celebrado com um grande desfile de moda que mobilizou a imprensa nacional generalista e as revistas sociais. Este acontecimento posiciona-se como o maior evento de moda da Região Centro e foi mais uma vez apresentado por Catarina Furtado, com a presença de modelos e figuras mediáticas e atuação dos D.A.M.A, e teve honras mediáticas nas principais revistas e jornais.

O programa Fama Show, da SIC, efetuou a cobertura do desfile, a que se juntou a CMTV, a TVI e o regional Viseu Now. A renovação do mix comercial do centro comercial, com a abertura de novas e atrativas lojas, resultou na publicação de dezenas de notícias nos principais meios da região, da especialidade e de lifestyle.

A 21ª edição da festa "Os Melhores Anos" voltou a captar a atenção dos media, com uma cobertura a ultrapassar as duas dezenas de notícias, divulgadas na imprensa local, regional e pela CM TV.

No plano das empresas que mais diretamente contactam com o consumidor final, a Vista Alegre foi uma das que mais impacto teve junto dos órgãos de comunicação social. A divulgação dos resultados do primeiro semestre de atividade conquistou atenção mediática, uma vez que a empresa atingiu resultados históricos. Os lucros de 1,3 milhões de euros foram noticiados em diversos meios de imprensa escrita e online, de que são exemplo o Jornal Económico, Dinheiro Vivo, Negócios, Público, RTP Online, Correio da Manhã, entre outros. Presença continuada que culminou no mês de dezembro com várias referências à Vista Alegre, de que é exemplo a inauguração da Exposição de Mesas de Natal e a árvore de Natal da Vista Alegre, no Museu da Misericórdia do Porto, que gerou mais de 50 notícias. Ainda no decorrer do mês as revistas mensais e semanais incluíram nas suas sugestões de presentes de natal, artigos Vista Alegre e Bordallo Pinheiro.

De referir a emissão do programa da RTP, "Aqui Portugal", a partir do Terreira da Vista Alegre, em Ílhavo, onde foi dado destaque ao mítico lugar da Vista Alegre, espaço que integra a fábrica de porcelanas Vista Alegre, a capela de Nossa Senhora da Penha de França, o Teatro, o Museu, a antiga creche – agora serviço educativo do Museu, lojas da marca e o Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel. Durante as seis horas de direto, foram para o ar entrevistas a vários colaboradores da empresa centenária, e foi possível conhecer de perto as fases de fabrico de peças Vista

Alegre, desde a modelagem até à pintura, a sua história de quase 200 anos e a força de uma marca mundial. O programa revelou ainda a unidade cinco estrelas integrada no complexo e apresentou uma sugestão gastronómica assinada pela equipa de cozinha do Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel.
Também as iniciativas realizadas pela Bordallo Pinheiro mereceram uma atenção especial por parte da comunicação social, de que podemos destacar a publicação de um elevado número de notícias da peça "Figo", resultado da parceria com a artista Paula Rego.
Em 2017, as marcas Vista Alegre e Bordallo Pinheiro começaram a explorar e a investir mais em e-influencers, através do estabelecimento de parcerias com bloggers com um elevado número de seguidores que, ao partilharem conteúdos das marcas, impactam muita gente. Exemplo dessas ações foram a apresentação do novo catálogo da marca centenária, o lançamento da peça do Mestre Martins Correia e a inauguração da exposição de mesas de natal e árvore de natal, com pratos e travessas Vista Alegre. Destaque ainda para a presença da Bordallo Pinheiro e Vista Alegre no mercado brasileiro, onde a "postagem" de notícias acerca de produtos e novidades das duas marcas, por parte de "bloggers" da especialidade é uma constante.
Outro dos eventos que despertou o interesse dos media foi o consórcio formado pela Constructel França e Orange (France Telecom) que irá construir a rede de FTTH no departamento ultramarinho francês da Martinica. O projeto avaliado em mais de 100 milhões de euros foi divulgado no Jornal Económico, Jornal de Negócios, Diário de Notícias, entre outros.
A inauguração da nova loja Mob na Avenida da República, em Lisboa, e a comemoração dos 25 anos da fábrica Cerutil foram igualmente tema de notícia em vários órgãos de comunicação.
Em suma, ao longo de 2017, as atividades do Grupo Visabeira, bem como das dezenas de empresas que integram as suas sub-holdings, foram divulgadas com muita regularidade em meios como o Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Público, Expresso, Jornal Económico, Negócios, SIC, TVI, Porto Canal, CM TV, Diários de Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria, Jornal do Centro, Via rápida, revistas Flash, VIP, Visão, Sábado, entre outros de tiragem nacional, regional e local.

Comunicação interna

NEWSLETTER
A newsletter MyVisabeira é difundida em suporte digital para todos os colaboradores do Grupo em Portugal e nos países onde existem empresas da Visabeira. Com vários anos de existência, a newsletter garante o acesso a notícias sobre a atividade do Grupo, revelando-se um excelente veículo de divulgação interna. Em 2017 foi alvo de um processo de renovação de imagem, apresentando agora um design mais atual e apelativo.

INTRANET
A intranet do Grupo Visabeira continua a ser um espaço de comunicação direto com os colaboradores, incorporando diversas plataformas que fazem parte de uma política de gestão operacional online. A intranet dá a conhecer vários programas internos, benefícios para colaboradores e protocolos, entre outras informações e ferramentas de trabalho.

Responsabilidade social

Numa atitude pró-ativa, o Grupo Visabeira e o conjunto das suas empresas tem adotado, desde há vários anos, uma postura permanente de consubstanciado apoio às iniciativas mais relevantes no âmbito da responsabilidade social. As ações desenvolvidas assumem-se no apoio a pólos dinamizadores de atividades culturais, educativas, sociais, lúdicas, de lazer, bem-estar e desportivas, mantendo uma frutífera ligação com as entidades promotoras.
No ano de 2017, o Grupo Visabeira continuou a patrocinar e a apoiar em toda a linha as duas creches e a pré-primária (Infantinhos da Vilabeira e Infantinhos da Quinta do Bosque), estando a gestão destas unidades confiada à Fundação Visabeira, que cumpre também uma função social, dando apoio às famílias dos colaboradores das empresas do Grupo e recebendo várias crianças oriundas das duas áreas geográficas da cidade.
A nível interno, o Grupo Visabeira realizou, uma vez mais, um conjunto de iniciativas destinadas aos seus colaboradores. Os encontros de Verão e na época natalícia juntam milhares de colaboradores das mais variadas empresas do Grupo, em Portugal, em Moçambique e um pouco por todos os países onde a companhia está presente.
Ao nível externo, em primeira linha de colaboração e na parceria na realização de importantes ações, estiveram a APPACDM – Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu, os Bombeiros Voluntários de Viseu, o Regimento de Infantaria 14, o Instituto Politécnico de Viseu e a Universidade Católica Portuguesa, a AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu e a Cruz Vermelha Portuguesa, entre outros. Outro dos apoios concedidos pelo Grupo Visabeira diz respeito à Gala "Viver a Vida", uma iniciativa promovida pelo jornal Correio da Manhã (CM) e pela CMTV, que se realizou em Viseu pela quinta vez.
A nível social, tal como tem acontecido há alguns anos a esta parte, o Grupo Visabeira solidarizou-se mais uma vez com o Bazar Internacional do Corpo Diplomático, uma iniciativa promovida pela Associação das Famílias dos Diplomatas Portugueses.
O produto da venda de mais um bazar, onde foi possível encontrar peças da Bordallo Pinheiro e da Vista Alegre, em porcelana e cristal, reverteu para instituições particulares de solidariedade social.
Na vertente cultural, o Grupo Visabeira continuou a colaborar com o Museu Nacional Grão Vasco e com o Teatro Viriato, instituição que detém no piso 1 do Palácio do Gelo Shopping uma galeria de exposições temporárias onde promove as suas atividades através de exposições de fotografias, cartazes, vídeos, documentários e espetáculos.
No tocante ao setor da saúde, o Grupo Visabeira, através da Montebelo Hotels & Resorts, continua a sua ligação às missões humanitárias que a ONG portuguesa Heath4Moz vem realizando desde há vários anos em Moçambique, na área da formação pré e pós graduada. A 10.ª missão, desencadeada pelo grupo de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, em regime de voluntariado, decorreu em várias cidades moçambicanas, com destaque para Nampula e Beira, tendo estado ligada, fundamentalmente à saúde oral e materno-infantil. No decorrer de 2017 teve também lugar mais uma missão, em Maputo e na cidade da Beira, desta vez sob a temática da diabetes.
Esta missão da Learn4Moz teve a participação em regime de voluntariado dos médicos portugueses, Paula Freitas e André

Carvalho, que deram formação a 35 médicos moçambicanos. As ações de formação tiveram lugar no Montebelo Indy Maputo Congress Hotel.
Ainda em Moçambique, foi firmado um acordo de parceria com a sociedade de advogados VdA Partners, que irá permitir a transformação dos estabelecimentos de ensino e a consequente melhoria das condições de estudo das crianças e jovens que as frequentam. As escolas situam-se na designada Zona de Desenvolvimento Humano do Parque Nacional da Gorongosa, servindo este apoio igualmente para uma maior sensibilização relativa à sustentabilidade ambiental e à importância da preservação do parque, onde se localiza o Montebelo Gorongosa Lodge & Safari. Por sua vez a TV Cabo Moçambique, numa das suas iniciativas, doou 500 pastas escolares à Escola Primária Amílcar Cabral, localizada nos arredores de Maputo. Originais no design e únicas no nome, as pastas escolares resultam do aproveitamento das telas publicitárias que a TV Cabo usa no suporte visual às suas campanhas. Após o período de vida útil dessas mesmas telas, a operadora procedeu à sua recolha e armazenamento sugerindo, posteriormente, o seu aproveitamento que graças à reciclagem e transformação, resultou no fabrico das capas escolares do programa "Telinha". O projeto "Telinha" começou por presentear as crianças de Maputo, mas existe a ambição de fazê-lo chegar a todas as crianças do país.
Na Índia, de referir o patrocínio da 28ª edição do Bazar Internacional da DCWA – Delhi CommonWealth Women's Association, realizado em Nova Deli, traduzido na oferta de peças de porcelana Vista Alegre. A iniciativa, a que está associada a Embaixada de Portugal em Nova Deli, tinha como objetivo a angariação de fundos para a continuação de projetos e ações para a correção das assimetrias no acesso a oportunidades sociais, educativas e culturais da população indiana mais carenciada.
Em Portugal, merecem referência duas ações solidárias levadas a cabo pelo Palácio do Gelo e pela discoteca The Day After, no âmbito dos incêndios que afetaram a região. Numa ação conjunta com a Cruz Vermelha Portuguesa, o Palácio do Gelo promoveu uma campanha solidária de recolha de bens (vestuário, mobiliário, eletrodomésticos, alimentos não perecíveis…) para apoiar as vítimas dos incêndios que assolaram a região Centro. O balanço da campanha foi bastante positivo, com a entrega de mais de tonelada e meia de bens à Cruz Vermelha Portuguesa e 10 mil garrafas de água aos Bombeiros Municipais e aos Voluntários de Viseu. Já a discoteca The Day After reabriu portas por uma noite, em que o valor de 10 euros, correspondente a cada entrada reverteu para a causa. Marcaram presença 4600 pessoas, tendo sido gerada uma receita de 66.084 euros, dividida em frações. 20.000 euros provenientes de uma doação da Associação Mutualista Montepio foram entregues diretamente à Cáritas Diocesana de Viseu, 37.854 euros foram depositados na conta solidária da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os restantes 8.230 euros de IVA para pagamento ao Estado, provenientes da venda de bilhetes.

Na vertente de lazer e bem-estar, dando seguimento à sua política de responsabilidade social, o ginásio ForLife promoveu uma maratona de Schwinn Cycling, intitulada "Schwinn for Alzeimer's: Pedalar para lembrar". O evento reuniu 90 atletas que pedalaram com o objetivo de alertar a comunidade para os desafios da doença de Alzeimer e outras formas de demência, bem como angariar fundos para o Centro de Apoio ao Alzheimer de Viseu, destinados a apoiar a associação, assim como as famílias e cuidadores dos doentes. Tal como vem acontecendo há vários anos, o ginásio ForLife continuou a promover ao longo do ano vários Open Days, dando a conhecer e experimentar, gratuitamente, algumas das modalidades disponíveis.
No que respeita a ações que visam informar e atrair a população para práticas saudáveis, destaque para a realização da Feira da Saúde, iniciativa que contou com workshops, avaliações de risco de várias patologias e ações de sensibilização e diagnóstico precoce. Realizado no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde, o evento teve o intuito de aproximar o Hospital CUF Viseu à comunidade, tendo proporcionado de forma gratuita, várias demonstrações e avaliações desenvolvidas por uma equipa multidisciplinar de enfermeiros, nutricionistas e técnicos de saúde que estiveram ao dispor da população para dar conselhos e esclarecer dúvidas. De referir ainda no Palácio do Gelo Shopping, a comemoração do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, com a realização de um concerto musical intitulado "Consertar para a Vida" e uma exposição fotográfica "Da emoção à reabilitação". No que toca a exposições, o Palácio do Gelo Shopping continuou a acolher ao longo do ano várias entidades, com diversas mostras, de que é exemplo a exposição anual do Regimento de Infantaria de Viseu, com a exposição "Pedaços e Despedaços da Grande Guerra – 1914-1918". Menção ainda para a exposição de viaturas antigas que anualmente participam no passeio organizado pela Casa de Pessoal do Hospital de S. Teotónio de Viseu, mostras de pintura e de aviões ultraleves (Aeroclube de Viseu), entre outros.
Em 2017, o Grupo Visabeira através do Palácio do Gelo Shopping e da cadeia Montebelo Hotels & Resorts, renovou os patrocínios ao Académico de Viseu e Clube Desportivo de Tondela, dois dos clubes mais importantes do distrito. O logotipo do Palácio do Gelo está estampado na frente das camisolas da equipa profissional de futebol do Académico de Viseu, da liga Ledman, tendo igualmente visibilidade na publicidade estática no Estádio Municipal do Fontelo. Já o Clube Desportivo de Tondela, da primeira liga, tem publicidade às marcas do Grupo, no Estádio João Cardoso, bem como no painel de fundo das conferências de imprensa.
A Vista Alegre apoiou algumas realizações de carácter cultural, desportivo e social, com oferta, por exemplo de peças do seu portefólio e troféus. Estão neste âmbito os prémios para o Carro do Ano/Troféu Essilor Volante de Cristal, iniciativa do Expresso e Sic Notícias, a competição Açores Ladies Open, prova de golfe feminino realizada na ilha de São Miguel e a "Taça Portugal Solidário", uma iniciativa da Golfcom com o alto patrocínio do Presidente da República. Neste domínio de realçar ainda que a Vista Alegre foi convidada a desenvolver e produzir o troféu em cristal para o Festival RTP da Canção de 2018.

RESPONSABILIDADE SOCIAL
O evento solidário "Uma Noite por Todos" reuniu quase 5.000 pessoas no mítico espaço The Day After.

Perspetivas futuras

O cenário macroeconómico para o futuro próximo, quer para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), quer para o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresenta-se com uma visão otimista, estimando aquelas instituições que a economia mundial cresça 3,9% em 2018 e 2019, mais 0,2 pontos percentuais do que estimou anteriormente, influenciado pelo "bom momento" vivido em 2017.
As estimativas de crescimento da zona euro foram revistas em 0,3 pontos percentuais para 2018 e 2019, estimando agora que a economia do conjunto dos países da moeda única europeia cresça 2,2% e 2% respetivamente.
É expectável que o processo de expansão da economia portuguesa se mantenha nos próximos anos com a atividade económica a continuar a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020).
O Grupo Visabeira enfrenta com confiança os desafios de 2018, em linha com a evolução dos mercados internacionais, o Grupo volta a apostar no seu crescimento e expansão de negócios para outros países, de modo a internacionalizar-se cada vez mais através de variados investimentos nas diversas sub-holdings e de uma cada vez mais alargada presença dos produtos do Grupo nas várias geografias.

Visabeira Global

Em 2018 a Visabeira Global reforçará o rumo que vem sendo trilhado, consolidando a sua posição no mercado, com a realização de um investimentos maioritariamente a realizar pela Constructel no reforço da sua posição na Europa central.
No segmento dos serviços CATV em Angola, o investimento previsto na TV CABO Angola destina-se essencialmente à melhoria da oferta e ao crescimento da rede. Inclui a aquisição de equipamento e a expansão da rede nas áreas onde a empresa já atua, com destaque para as cidades de Luanda, Benguela e Lubango. Com um cenário semelhante e com especial enfoque na melhoria do serviço prestado, a TV CABO Moçambique prevê um investimento, destinado à expansão de rede na cidade de Maputo.
O plano de investimento definido constitui uma forte aposta no incremento da capacidade e da qualidade dos serviços prestados, potenciando igualmente a notoriedade da Visabeira Global em termos internacionais.
Para o mercado nacional, estima-se um investimento de reposição, a realizar pela Viatel e pela PDT, no setor das telecomunicações e pela Visabeira, no setor das energias. Ambos os setores visam aumentar a qualidade dos serviços prestados nos segmentos em que atuam, bem como dar resposta ao desenvolvimento de novos projetos.

Visabeira Indústria

O setor da indústria, no Grupo Visabeira, assumiu desde sempre ter como seu foco primordial a inovação e a investigação e desenvolvimento tecnológico dos vários setores onde intervém, com o objetivo de incrementar os seus níveis de competitividade e a notoriedade dos seus produtos. O Grupo acredita que, só com recurso a inovação (processos e/ou produtos) é que conseguirá dar a sustentação necessária ao posicionamento das suas indústrias no mercado nacional, e granjear-lhes maior reconhecimento nos mercados internacionais.
Desta forma, a Visabeira Indústria perspetiva como fator relevante de diferenciação continuar a desenvolver novos projetos para investir nas suas indústrias de modo a modernizar as suas fábricas. Para tal irá recorrer a equipamentos de ponta e a um maior controlo e monitorização da produção, que permitam desenvolver novos processos e produtos, com vista à melhoria das eficiências produtivas e reforço da sua posição nos mercados internacionais.
Para o ano de 2018, destacam-se a modernização da fábrica Cerutil, com vista à ampliação das suas capacidades produtivas e à criação de condições para uma maior flexibilidade produtiva e para o desenvolvimento de produtos inovadores e diferenciadores. Pretende-se melhorar os atuais processos produtivos, os quais ainda geram ineficiências significativas, fomentando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novos produtos, nomeadamente peças de geometrias assimétricas, de maiores dimensões e com introdução de antiaderente, criando uma carteira de linhas mais eclética e distintiva, perspetivando alcançar novos mercados.
Neste sector, destaca-se igualmente o projeto de aumento de capacidade da RiaStone, com a ampliação do edifício fabril e das infraestruturas de apoio e equipamentos de última geração, com o intuito de introduzir uma terceira linha de fabrico, dedicada à produção de grés de mesa para o cliente IKEA. Este projecto permitiu desde já o alargamento do contrato com o IKEA até 2026, isto é, para mais 5 anos de fornecimento de peças de louça de mesa em grés, com introdução de um novo produto inovador – o grés de mesa decorado produzido em monocozedura.
Neste enquadramento, o Grupo Vista Alegre irá continuar a apostar na disseminação da marca Vista Alegre pelos diversos canais de distribuição que possui, e na realização de parcerias com entidades de renome internacional, bem como apostar em melhorias na produtividade e eficiência operacional, para que possa continuar a oferecer produtos de qualidade superior (premium) nos mercados nacional e internacionais.
Ainda no segmento da cerâmica, os investimentos na fábrica Bordallo Pinheiro, respeitando o calendário

definido vão ser intensificados em 2018, com vista à conclusão das obras de ampliação desta unidade fabril. Com esta ampliação a empresa vai garantir um aumento de capacidade e uma melhor resposta ao mercado com o objetivo de aumentar a afirmação da marca e do ADN Bordallo no mundo.
Todos estes projetos nas várias unidades fabris do Grupo perspetivam um crescimento do volume de negócios global a par do incremento da componente internacional, com vista à melhoria da competitividade das empresas e sua afirmação nos mercados.
Os incrementos de capacidade e de qualidade que estes investimentos irão potenciar, aliados à forte aposta no desenvolvimento e no design, a par da estratégia comercial definida, permitem antecipar como positivo o próximo exercício, com um reforço da visibilidade e notoriedade dos produtos da Visabeira Indústria.

Visabeira Turismo

Em linha com a tendência positiva do setor, 2017 foi um ano em que se registou um significativo crescimento na área do turismo, fruto da notoriedade crescente da marca Montebelo e da qualidade da oferta hoteleira e gastronómica das unidades que a integram.
Em função da crescente exposição e promoção nacional e internacional será previsível uma evolução positiva dos negócios da Visabeira Turismo. É neste enquadramento que a cadeia Montebelo Hotels & Resorts vai alargar a sua atuação, com novos projetos de unidades hoteleiras e de restauração.
No segmento hoteleiro, a cadeia Montebelo irá promover a reabilitação de um edifício histórico na baixa Pombalina em Lisboa, mais popriamente na zona do Chiado, para instalação de um Hotel de 5 estrelas, com 49 unidades de alojamento. Paralelamente e igualmente na capital, irá proceder à reabilitação de um imóvel histórico, classificado de traça pombalina, localizado entre a Rua da Prata e a Rua da Vitória, com vista à sua exploração através da modalidade de alojamento local.
A Visabeira Turismo prevê também investimentos em mais dois projetos, na reabilitação de dois edifícios históricos, um deles situado em Alcobaça, mais propriamente nos claustros do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o qual será transformado numa unidade hoteleira de 5 estrelas, com 81 unidades de alojamento e o outro, nas Caldas da Rainha, nos Edifícios dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, com 107 unidades de alojamento, configurando-se igualmente numa unidade de 5 estrelas.
Ainda no que respeita à oferta turística nacional, um outro projeto vai concretizar a reabilitação do antigo Bairro Operário da Vista Alegre, com vista à ampliação do Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel

Deste modo, perspetiva-se que a Visabeira Turismo se afirme no cenário nacional e reforce o seu posicionamentio com unidades de alojamento e de restauração ímpares.

Visabeira Imobiliária

Na área imobiliária, destaque para a Visabeira Imobiliária SA, a qual perspectiva que o ano de 2018, seja de continuidade no rumo definido no ano anterior, o qual se pautou por um crescimento sustentado, com efeito no incremento do volume de negócios, muito induzida pelo clima económico e pela adoção de uma política de vendas mais agressiva através do reforço da equipa comercial, com o intuito de potenciar a revitalização do mercado imobiliário. Neste enquadramento e tendo em conta o crescimento que se tem verificado no mercado imobiliário, o Grupo prevê aumentar o seu volume de negócios nesta área.

Visabeira Participações

A Visabeira Participações procurará manter o rumo que a tem distinguido pela eficácia e eficiência dos seus serviços e continuará a manter a forte aposta numa postura contínua de inovação ativa e orientada para os resultados.
Tendo como seu desígnio o permanente focus na criação de mais-valias para os seus clientes, a empresa continuará embuída do seu propósito de oferecer soluções globais e antecipar as necessidades dos clientes.
O desempenho que continua a ser percetível no mercado em que a empresa se posiciona permite projetar um novo período em que a posição da empresa se irá reforçar e terá oportunidade de crescer na sua carteira e na expansão a novos segmentos.

GRUPO VISABEIRA
Escritórios da sede
do Grupo Visabeira
localizados no Palácio
do Gelo Shopping, em Viseu.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se as posições acionistas detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e as operações efetuadas durante o exercício de 2017.

ACIONISTA/MEMBRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	Número de ações em 31 de dezembro de 2017	%	Número de ações em 31 de dezembro de 2016	%	Movimentos em 2017
Fernando Campos Nunes *	22.899.601	99,45%	19.287.580	83,77%	3.612.021
Caixa Capital	0	0,00%	496,315	2,17%	-496.315
Grupo Visabeira (ações próprias)	0	0,00%	2.302.512	10,00%	-2 302.512
Portugal Capital Ventures	0	0,00%	813.194	3,53%	-813.194
TOTAL	**22.899.601**	**99,45%**	**22.899.601**	**99,45%**	**0**

*Percentagem detida por via da NCFGEST, SGPS, S.A

Viseu, 12 de março de 2018

O Contabilista Certificado

CC membro nº 77089

O Conselho de Administração

Documentos de prestação de contas consolidadas

03

Demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Notas	2017	2016
Operações continuadas			
Vendas		148.226.657	143.939.231
Prestações de serviços		490.044.435	457.317.637
Volume de negócios	10	**638.271.092**	**601.256.868**
Custo das vendas e das prestações de serviços		-102.443.170	-122.196.174
Margem bruta		**535.827.922**	**479.060.694**
Trabalhos para a própria empresa	11	4.833.554	5.361.214
Outros proveitos	12	27.618.438	18.064.381
Fornecimentos e serviços externos	13	-261.451.055	-232.964.018
Gastos com o pessoal	14	-171.141.351	-149.529.566
Outros custos	12	-12.136.467	-8.765.479
Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)		**123.551.041**	**111.227.226**
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	23	-498.428	2.535.283
Amortizações	15	-39.820.010	-31.224.770
Provisões e perdas por imparidade	16	-2.135.021	-887.759
Resultado operacional		**81.097.581**	**81.649.981**
Juros suportados, líquidos	17	-34.186.577	-31.378.840
Ganhos/(perdas) em ações cotadas	18	34.880.542	-3.955.330
Outros gastos financeiros, líquidos	19	-22.369.594	-6.671.793
Ganhos/(perdas) em associadas	6	360.592	-1.005.340
Resultado financeiro		**-21.315.037**	**-43.011.303**
Resultado antes de imposto		**59.782.544**	**38.638.678**
Imposto sobre o rendimento corrente	20	-16.998.647	-9.124.072
Imposto sobre o rendimento diferido	20	7.309.813	2.526.788
Imposto sobre o rendimento do exercício		**-9.688.833**	**-6.597.284**
Resultado líquido antes de operações descontinuadas		**50.093.710**	**32.041.394**
Operações descontinuadas			
Resultado de operações descontinuadas líquido de imposto	9	0	-3.751.043
Resultado líquido		**50.093.710**	**28.290.351**
Atribuível:			
Acionistas		45.657.109	24.383.960
Interesses que não controlam	36	4.436.601	3.906.390
Resultados por ação:			
Básico	34	1,98	1,06
Diluído	34	1,98	1,06

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	2017	2016
Resultado líquido consolidado do período (a)	**50.093.710**	**28.290.351**
Outro rendimento integral:		
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Ajustamentos conversão cambial		
Conversão de operações em moeda estrangeira	58.913.889	-28.628.539
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros		
Variação no valor de mercado	23.732	348.023
Efeito fiscal	-5.340	-78.305
Imparidades de ativos		
Variação da reserva do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-32.596.416	-16.938.954
Efeito fiscal	7.334.193	3.811.265
Outros ajustamentos reconhecidos diretamente em capital próprio, líquidos		
Outros ajustamentos	-2.482.234	56.480
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Benefícios de reforma		
Ganhos/(perdas) atuariais	43.129	-163.193
Efeito fiscal	-12.519	36.718
Outro rendimento integral do período (b):	**31.218.436**	**-41.556.505**
Rendimento integral total do período (a) + (b)	**81.312.146**	**-13.266.154**
Rendimento integral total atribuível a:		
Interesses que não controlam	28.794.784	-3.539.853
Acionistas	**52.517.362**	**-9.726.301**

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada de rendimento integral

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	21	537.743.170	421.541.706
"Goodwill"	22	38.471.229	32.741.242
Propriedades de investimento	23	331.050.555	341.946.050
Ativos intangíveis	24	101.235.499	83.234.343
Investimentos em empresas associadas	6	32.209.169	31.795.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	25	4.016.760	85.008.317
Outros investimentos financeiros	7	56.620.166	59.357.748
Ativos por impostos diferidos	20	47.765.031	45.782.749
Outros devedores	27	6.541.371	0
Total de ativos não correntes		**1.155.652.951**	**1.101.408.087**
Ativos correntes			
Inventários	26	127.622.533	138.856.046
Clientes e outros devedores	27	109.370.063	129.813.084
Estado e outros entes públicos	28	1.996.090	3.376.622
Outros ativos correntes	29	135.606.367	146.115.132
Ativos financeiros detidos para negociação	30	703.519	203.980
Caixa e equivalentes de caixa	31	46.018.726	46.537.101
Total de ativos correntes		**421.317.297**	**464.901.965**
Total do ativo		**1.576.970.248**	**1.566.310.052**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	32	115.125.630	115.125.630
Ações próprias	33	0	-33.468.381
Prémios de emissão de ações		44.493.578	44.493.578
Outras reservas	35	16.262.328	32.030.319
Resultados retidos	35	127.408.263	129.736.087
Capital próprio atribuível aos acionistas		**303.289.798**	**287.917.233**
Interesses que não controlam	36	69.855.298	44.176.368
Total do capital próprio		**373.145.096**	**332.093.602**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários de médio e longo prazo	37	475.648.468	498.704.788
Outros passivos não correntes	39	104.961.864	75.021.755
Passivos por impostos diferidos	20	108.282.050	95.960.518
Provisões para outros riscos e encargos	43	14.341.270	6.834.189
Total do passivo não corrente		**703.233.653**	**676.521.250**
Passivo corrente			
Empréstimos bancários de curto prazo	37	119.182.929	187.641.468
Fornecedores e outros credores	38	112.126.518	115.540.725
Estado e outros entes públicos	28	19.971.718	13.580.920
Outros passivos correntes	39	249.310.334	240.932.088
Total do passivo corrente		**500.591.499**	**557.695.200**
Total do passivo		**1.203.825.152**	**1.234.216.450**
Total do capital próprio e do passivo		**1.576.970.248**	**1.566.310.052**

As notas fazem parte integrante desta demonstração da posição financeira consolidada

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Capital	Ações próprias	Prémios de emissão	Reserva de justo valor de ativos financeiros (nota 25)	Resultados retidos e outras reservas (nota 35)	Subtotal	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
A 1 de janeiro de 2016	**115.125.630**	**-33.468.381**	**44.493.578**	**37.316.736**	**134.513.125**	**297.980.687**	**48.508.334**	**346.489.021**
Rendimento integral do período	0	0	0	-13.127.689	3.401.389	-9.726.301	-3.539.853	-13.266.154
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0	-664.375	-664.375
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	-337.153	-337.153	-127.738	-464.891
A 31 de dezembro de 2016	**115.125.630**	**-33.468.381**	**44.493.578**	**24.189.046**	**137.577.360**	**287.917.233**	**44.176.368**	**332.093.602**
A 1 de janeiro de 2017	**115.125.630**	**-33.468.381**	**44.493.578**	**24.189.046**	**137.577.360**	**287.917.233**	**44.176.368**	**332.093.602**
Rendimento integral do período	0	0	0	-23.653.612	76.170.974	52.517.362	28.794.784	81.312.146
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	-63.400.000	-63.400.000	-804.124	-64.204.124
Alienação de ações próprias	0	33.468.381	0	0	0	33.468.381	0	33.468.381
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	-7.213.179	-7.213.179	-2.311.730	-9.524.908
A 31 de dezembro de 2017	**115.125.630**	**0**	**44.493.578**	**535.434**	**143.135.156**	**303.289.798**	**69.855.298**	**373.145.096**

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	766.915.363	744.892.200
Pagamentos a fornecedores	-464.816.787	-463.714.380
Pagamentos ao pessoal	-170.186.402	-146.066.156
Fluxo gerado pelas operações	**131.912.174**	**135.111.664**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-6.614.466	-4.340.513
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade	-3.567.262	-8.366.488
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	**121.730.446**	**122.404.663**
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	**121.730.446**	**122.404.663**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	83.231.491	3.022.657
Ativos fixos tangíveis	0	24.086.728
Subsídios ao investimento	2.318.867	1.291.010
Juros e proveitos similares	0	615.484
Empréstimos concedidos	49.582.000	813.922
Dividendos	4.451.055	5.152.090
	139.583.413	**34.981.891**
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-625.925	-416.000
Aquisições de subsidiárias	-4.515.981	0
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-61.697.908	-56.766.543
Empréstimos concedidos	-60.285.350	-12.140.686
	-127.125.164	**-69.323.229**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	**12.458.250**	**-34.341.338**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	692.980.263	757.896.283
Aumentos de capital realizados por interesses que não controlam	647.410	0
	693.627.673	**757.896.283**
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-776.618.767	-791.185.080
Amortizações de contratos de locação financeira	-8.064.370	-5.192.579
Juros e custos similares	-43.345.354	-46.494.460
Dividendos	-347.164	0
	-828.375.655	**-842.872.120**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	**-134.747.982**	**-84.975.837**
Variação de caixa e equivalentes de caixa (1) + (2) + (3)	-559.286	3.087.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	42.786.708	39.540.502
Efeitos da alteração do perímetro	3.011.704	-158.718
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**39.215.719**	**42.786.708**

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

1. Aquisição ou alienação de empresas	Preço	Receb. / Pagam.
a1) Aquisições/reforços no exercício corrente		
Electrotec	425.925	425.925
Pinewells	200.000	200.000
Ieme	3.343.000	3.343.000
Modal	626.094	626.094
Cabling	546.887	546.887
	5.141.906	5.141.906
a2) Alienações no exercício corrente		
EDP	46.979.389	46.979.389
PHAROL	1.446.948	1.446.948
NOS	34.805.155	34.805.155
	83.231.491	83.231.491

2. Discriminação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa:	2017	2016
Para as empresas do perímetro de consolidação		
a) Caixa		
- Numerário	388.744	400.549
- Depósitos bancários	40.966.341	44.461.409
- Descobertos bancários	-4.494.823	-4.113.091
b) Equivalentes a caixa		
c) Outras disponibilidades		
- Títulos negociáveis	2.355.456	2.037.841
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**39.215.719**	**42.786.708**
- Descobertos bancários	4.494.823	4.113.091
Por alterações ao perímetro ocorridas durante o ano		
a) Caixa		
- Depósitos bancários	3.011.704	-158.718
Caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço*	**46.722.245**	**46.741.081**

* inclui ativos financeiros disponíveis para negociação

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 (montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Grupo Visabeira tem a sua génese no ano de 1980, quando a sua primeira empresa inicia as operações nos setores de telecomunicações e eletricidade. A companhia nasceu com um perfil orientado para a inovação e, fruto de uma aposta concertada nos recursos humanos, num sistema integrado de informação e logística, numa rede própria de transportes e num parque de instalações estrategicamente localizadas, rapidamente estendeu a sua atuação a todo o território nacional e transformou-se no maior empregador da região centro do país.
O indelével contributo para a modernização e desenvolvimento das telecomunicações, através da oferta de soluções integradas e globais, granjeou-lhe a liderança de mercado no setor da engenharia de redes de telecomunicações, posição que mantém há quase quatro décadas.
O Grupo, apostando, desde a primeira hora, na diversificação das suas atividades evoluiu para um modelo de estruturação das suas operações em sub-holdings setoriais, de forma a potenciar cada um dos seus negócios e a dinamizar as capacidades de realização do Grupo.
Agrega nesse modelo uma área global em que organiza as suas principais atividades: telecomunicações, energias, tecnologia e construção, que são ainda hoje os pilares da sua principal área de negócio.
A matriz foi enriquecendo com o crescimento da área indústria, em setores como a cerâmica e cristalaria, o fabrico de cozinhas, os biocombustíveis e energia térmica e os recursos naturais, ao mesmo tempo que consolidava uma área de turismo de rica complementaridade, com hotelaria, restauração, entretenimento e lazer e ainda desporto e bem-estar. Também na área imobiliária congregou competências que tornaram a empresa uma referência no mercado em segmentos que vão do residencial ao comercial, passando pelos escritórios e turismo.
O portefólio de negócios é completado com uma área de participações que integra um conjunto de valências muito diversificado e que integra ainda os serviços partilhados.
Em paralelo, e tendo por base a confiança granjeada no mercado, definiu e consolidou uma arrojada estratégia de internacionalização que consolidou as capacidades e a dinâmica do Grupo em duas frentes de presença pluricontinental.
Por um lado, expandiu e consolidou o seu modelo de atuação no exterior como extensão natural dos mercados, quer em países de economias emergentes quer em países evoluídos de elevada competitividade, através de uma política de investimento em parceria ou de criação de empresas locais que posiciona a sua marca em quase duas dezenas de países, onde as empresas ali constituídas se vêm distinguindo por uma forte dinâmica de concretização e de uma ímpar capacidade para oferecer soluções globais de elevada competência.
Por outra via, concretizou uma estratégia de presença dos seus produtos e serviços que assumiram uma vocação multinacional, levando hoje as suas marcas a mais de sete dezenas de países, nos quatro cantos do mundo.
O motor da sua estratégia de desenvolvimento continua a assentar num modelo de gestão baseado em sistemas de informação globais, interligando todas as unidades de negócios e integrando todas as valências do Grupo para potenciar as oportunidades que as suas múltiplas competências tornam diferenciadoras.
Neste contexto, o Grupo Visabeira mantém uma forte aposta no crescimento externo como a sua principal via de desenvolvimento, alavancada pela sua matriz multissetorial e pluricontinental que é potenciada por uma atitude de constante atualização tecnológica e de permanente inovação.
Com esta estratégia, o Grupo continuará a potenciar as suas competências distintivas e o dinamismo empreendedor que sempre o caracterizaram, operando de forma integrada em cenários cada vez mais globais, maximizando recursos e expandindo os seus mercados de forma sustentada.
Numa visão transversal toda a estrutura está orientada para os resultados, perspetivando sempre a liderança nos seus negócios estratégicos e tendo como objetivo primordial a criação de valor para clientes e acionistas.

Em 31 de dezembro de 2017, o volume de negócios atingiu o valor de 638.271.092 euros. O capital próprio atingiu o montante de 373.145.096 euros, dos quais 69.855.298 euros são interesses não controlados pelo Grupo.
O Grupo Visabeira teve ao seu serviço, durante 2017, um número médio de 9.719 colaboradores (2016: 9.754).
As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em reunião de Conselho de Administração, realizada em 12 de março de 2017, estando pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.
O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras vão ser aprovadas sem quaisquer modificações.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na determinação dos resultados do exercício e na apresentação da posição financeira são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting

Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2017.
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira SGPS utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados na Nota 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 5 e 6), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nas respetivas jurisdições em Portugal e ajustados, no processo de consolidação e quando aplicável, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas sejam apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, sendo respeitado o princípio do custo histórico, exceto no caso das propriedades de investimentos, instrumentos financeiros derivados, investimentos detidos para negociação e investimentos disponíveis para venda, os quais foram mensurados ao justo valor.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem informação comparativa relativa a exercícios económicos anteriores.
Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.2 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2017, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo Visabeira e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas nas Notas 5 e 6.
Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

(a) Poder sobre a investida;
(b) Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
(c) A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

(a) Acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
(b) Direitos provenientes de outros acordos contratuais;
(c) Os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.
Os saldos e transações intergrupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.
As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.
Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo "goodwill"), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados.
O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.
Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.
Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.
Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

Alteração do perímetro
Durante o ano de 2017, a alteração do perímetro (ver nota 8) mais significativa foi a entrada da Ieme e do Grupo Modal.

Classificação de Angola como país com economia hiperinflacionária
No ano de 2017, a economia Angolana foi classificada como hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.
De acordo com este normativo as demonstrações financeiras preparadas na moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da preparação das demonstrações financeiras.
Em consequência, tal como se encontra definido nas IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, os principais pontos a ter em consideração são os seguintes:

- Os ativos e passivos monetários não sofrem alterações dado que já se encontram atualizados à unidade corrente à data das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos não monetários (que não estejam já expressos à unidade corrente à data das demonstrações financeiras) são reexpressos pela aplicação de um índice;
- O efeito da inflação na posição monetária líquida das empresas participadas encontra-se refletido na demonstração de resultados como uma perda na posição monetária líquida.

O coeficiente de conversão utilizado na Correção monetária – IAS 29 Angola foi o índice de preços ao consumidor (IPC), publicado pelo Banco Nacional de Angola.
Os principais impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são assim discriminados:

	Milhões de euros
Ativo fixo tangível	82,1
Imposto diferido passivo	24,7
Capital atribuível aos acionistas	33,7
Interesses que não controlam	26,7
Resultado líquido	-0,3

2.3 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS E "GOODWILL"

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias do Grupo aquando da respetiva aquisição.

Aquisições posteriores a 2010:
No método de aquisição a diferença entre: (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como "goodwill", se positiva ou como ganho, se for negativa.
A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do "goodwill"/ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.
A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IAS 39 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.
Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do "goodwill"/ganho da aquisição, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.
Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.
Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.
A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.
Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os "interesses que não controlam" ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de "goodwill" a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do "goodwill".
Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospetivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.
Considera-se que o "goodwill" tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade.
Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o "goodwill" é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada unidade geradora de caixa é alienada, o "goodwill" alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.
O "goodwill" relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

Aquisições anteriores a 2010:
Comparativamente ao tratamento acima descrito aplicável a partir de 1 de janeiro de 2010, existem as seguintes diferenças principais:

- O custo de uma aquisição incluía os custos diretamente atribuíveis à aquisição pelo que afetavam a determinação do "goodwill";
- Os "interesses que não controlam" da adquirida (anteriormente designados "interesses minoritários") eram mensurados apenas na sua quota-parte nos ativos líquidos identificáveis da adquirida mas não entravam para a determinação do "goodwill"/ganho da concentração;
- Quando a concentração de atividades empresariais era efetuada em várias fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos não era remensurado na data da obtenção de controlo pelo que o "goodwill" anteriormente reconhecido permanecia inalterado;

- Qualquer valor de aquisição contingente era reconhecido apenas se o Grupo tivesse uma obrigação presente, o ex-fluxo fosse provável e a estimativa fosse fiavelmente determinável; alterações subsequentes neste valor eram reconhecidas como contrapartida de "goodwill";

2.4 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE (JOINT-VENTURES)

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo Visabeira exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.
A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes. O Grupo não possui qualquer interesse em operações controladas conjuntamente, tal como definidas na IFRS 11.20.
A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.
Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.
A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.
Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como "goodwill", o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.
Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.
As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha "Ganhos/Perdas em associadas e empreendimento conjuntos" da demonstração de resultados.
Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto, o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 RECONHECIMENTO DO RÉDITO

a) Vendas e prestação de serviços
Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no exercício e os serviços totais contratados.
Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.
É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como inventários, custos diferidos ou outros.
Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.
O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada.
As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.
Os proveitos decorrentes das vendas e prestação de serviços não são reconhecidos se existirem dúvidas quanto à cobrabilidade do produto da venda ou da prestação de serviços.

Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período do arrendamento e são apresentados como "prestações de serviços", devido à sua natureza operacional. Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.

b) Subsídios
Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas.
Os subsídios ao investimento são incluídos na rubrica de Outros passivos não correntes e o proveito subjacente é reconhecido em quotas constantes ao longo da vida útil estimada dos ativos associados.

c) Resultados financeiros líquidos
Os resultados financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos deduzidos de juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais.
Os custos e proveitos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.
Os ganhos/(perdas) em ações cotadas são discriminados na demonstração de resultados, englobando os dividendos recebidos os custos financeiros diretamente associados aos financiamentos incorridos para a aquisição das ações cotadas.

d) Dividendos
Estes proveitos são reconhecidos quando o direito de recebimento do acionista é estabelecido.

e) Trabalhos para a própria empresa
Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis e inventários são objeto de capitalização, apenas quando preenchidas as seguintes condições:
(i) os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável;
(ii) existe forte probabilidade de que venham a gerar benefícios económicos futuros.
Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

f) Especialização de exercícios
Genericamente, os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.
As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", respetivamente.

2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê direito a um ativo financeiro por parte de uma entidade e um passivo financeiros ou instrumento de capital próprio de outra entidade.
Todas as compras e vendas destes instrumentos são reconhecidas à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

2.6.1 Ativos financeiros
No momento inicial, os ativos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados.
Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros classificam-se como segue, dependendo da intenção do Conselho de Administração na sua aquisição:
a) Empréstimos e contas a receber;
b) Investimentos detidos até à maturidade;
c) Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação);
d) Ativos financeiros disponíveis para venda.

a) Empréstimos e contas a receber
Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja significativo, sendo nesse caso o efeito financeiro reconhecido como ganho financeiro), deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido, e são apresentadas na linha de "Provisões e perdas por imparidade" no caso das contas a receber e nos "Outros custos financeiros, líquidos" no caso dos empréstimos.
Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

b) Investimentos detidos até à maturidade
Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados e são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros detidos para negociação, e os ativos designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial; e são apresentados como ativos correntes.
Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:
- Adquirido ou incorrido principalmente para a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo;

- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados do período (resultados financeiros).

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros, não derivados, que o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou são assim designados no momento da aquisição, ou não se enquadram nas restantes categorias de classificação dos ativos financeiros. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos, relativamente às quais o Grupo não assegura uma influência significativa sobre a sua atividade, que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade e são apresentados na Demonstração da posição financeira como "Outros investimentos financeiros".

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reservas, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados. Esta decisão requer julgamento. Para fazer este julgamento, o Grupo Visabeira avalia, entre outros fatores, as variações das cotações das ações e o tempo/duração em que o valor de mercado das ações é inferior ao custo de aquisição.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem, e classificam-se como segue:

a) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;
b) Empréstimos bancários;
c) Contas a pagar.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, e no caso dos empréstimos bancários e das contas a pagar, deduzidos de custos diretos com a transação.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita ou cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo mutuário com termos substancialmente diferentes ou os termos de uma obrigação existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação deve ser contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro. A diferença gerada na troca ou modificação é reconhecida nos resultados financeiros do exercício em que ocorre.

a) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Incluem-se nesta categoria os passivos financeiros detidos para negociação, e os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados do período.

b) Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente e não corrente (neste último caso quando a sua maturidade ultrapassa os 12 meses após a data do balanço).

c) Contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja significativo).

2.6.3 Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas ocorridas na sua alienação das ações próprias são registados em "Outras reservas", não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.6.4 Derivados e contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2017 encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respetivas implicações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respetivo justo valor à data de Balanço.

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. Uma relação de cobertura existe quando:
- à data da contratação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser medida com fiabilidade;
- a cobertura é avaliada continuadamente e mostra-se altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação a uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do período.
As variações no justo valor dos instrumentos derivados, designados como de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidas no capital próprio, na sua componente efetiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efetiva.
Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados no momento em que o item coberto tiver também efeitos no resultado.
Quando os instrumentos financeiros derivados, embora contratados para efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não respeitam todas as condições estipuladas na IAS 39 para a sua qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como derivados detidos para negociação, sendo as respetivas variações de justo valor registadas nos resultados do período.
Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

2.6.5 Caixa e equivalentes de caixa
A rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.
Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Empréstimos bancários", e os ativos financeiros detidos para negociação.

2.6.6 Custos de empréstimos
O Grupo capitaliza os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.7 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.
Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.
Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

Amortizações
Os terrenos não são amortizados, exceto os afetos à atividade extrativa, sendo as amortizações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal.
As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.
Os valores residuais dos bens e as suas vidas úteis são reavaliados, e ajustados caso necessário, à data de cada balanço.
As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	2017	2016
Terrenos e recursos naturais	2,50%	2,50%
Edifícios	2,00% – 5,00%	2,00% – 5,00%
Outras construções	2,00% – 10,00%	2,00% – 10,00%
Equipamento básico	6,67% – 33,33%	6,67% – 33,33%
Equipamento de transporte	16,66% – 25,00%	16,66% – 25,00%
Ferramentas e utensílios	4,00% – 25,00%	4,00% – 25,00%
Equipamento administrativo	4,00% – 10,00%	4,00% – 10,00%

2.8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios.
Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado por entidades independentes devidamente credenciadas e segundo as metodologias recomendadas internacionalmente.
Ganhos ou perdas resultantes de alterações do justo valor das propriedades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados no ano em que são geradas.
As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados nesse ano.
Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam.
A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.
Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo deve utilizar os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.
Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício.
Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de vendê-lo, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.9 LOCAÇÕES

A classificação sobre se um acordo é (ou contém) uma locação é baseada na substância e não da forma do acordo na data do início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo. O acordo é (ou contém) uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que tal não esteja explicitamente indicado no acordo.
A locação por referência à data de início do acordo é classificada como financeira ou operacional.
Os contratos de locação relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.
Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.
As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital de modo a determinar uma taxa de juro constante sobre o passivo remanescente.
Os custos financeiros são imputados aos gastos financeiros na demonstração de resultados.
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.10 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.
As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil (geralmente 3 anos)
Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados em resultados do exercício na medida em que são incorridos.
As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

2.11 IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida, estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável.
Uma perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo excede a sua quantia recuperável.
A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um ativo (justo valor – custos de venda) e o seu valor de uso, o qual decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo(s) em causa.
Para a determinação do valor recuperável, os ativos são analisados individualmente ou agrupados aos mais baixos níveis para os quais são identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos

que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.
Sempre que o valor contabilístico do ativo é superior ao seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Se esta perda for subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado em conformidade mas nunca poder-se-á tornar superior ao valor que estaria reconhecido caso a perda por imparidade não tivesse sido registada. A reversão da imparidade é também reconhecida na demonstração de resultados do período a que se refere.

2.12 ATIVOS DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação.
Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.
Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda. A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio.
Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:
a) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
b) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
c) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada. Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

2.13 INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor, de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados para terminar a produção do bem e correspondentes custos de venda.
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo – Inclui terrenos para futuros empreendimentos imobiliários que se encontram valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra, o qual é inferior ao respetivo preço de mercado. As restantes matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra até à armazenagem.
Produtos acabados e em curso – Quando correspondem a frações de edifícios para venda em empreendimentos concluídos e os produtos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta e indireta, subcontratos, outros custos variáveis e fixos e encargos financeiros. Os encargos financeiros considerados correspondem aos custos reais dos empréstimos incorridos em contratos de financiamento que referem explicitamente o empreendimento, até ao ponto em que seja razoável face a nível da aplicação.
Os restantes produtos acabados e em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, no qual se incluem todos os custos diretos e encargos gerais de fabrico.
As mercadorias estão valorizadas ao preço médio de aquisição, incluindo custos de transporte e armazenagem.

2.14 PROVISÕES

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigido para liquidar a obrigação.

- Reestruturação: Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação, e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais não devem ser considerados no valor da provisão.
- Contratos onerosos: Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação imposta por este.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade. O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de "juros líquidos".
Um passivo contingente reconhecido no âmbito de uma combinação de negócios é inicialmente reconhecido ao justo valor. Após o reconhecimento inicial e até o passivo ser liquidado, cancelado ou expirar, é mensurado um passivo contingente reconhecido numa concentração de atividades empresariais pelo valor mais alto entre a quantia que seria reconhecida de acordo com a IAS 37 e a quantia inicialmente reconhecida menos, quando apropriado, a amortização cumulativa reconhecida de acordo com a IAS 18 Rédito.

As provisões são revistas e atualizadas na data de balanço, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes (fora do âmbito de uma combinação de negócios) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de um ex-fluxo de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.
O Grupo Visabeira encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).
A partir de 2014, as subsidiárias do denominado Grupo VAA são incluídas no perímetro fiscal do Grupo Visabeira.
As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.
O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.
São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros contra os quais a reversão de diferenças temporárias dedutíveis existentes, os prejuízos fiscais e os créditos fiscais podem ser usados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.
Não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de consolidação e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando as mesmas não afetam o resultado contabilístico, nem o fiscal.
Também não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal substancialmente implementadas na data de demonstrações financeiras consolidadas.
O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido que resulte das transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.
Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, consideramos a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos ou passivos por impostos diferidos.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

2.17.1 Provisões para pensões de reforma – plano de benefícios definidos

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. O grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do grupo e outros a cargo do Futuro Grupo Montepio.
O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.
Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem, não sendo reclassificados nos resultados subsequentemente.
Os custos financeiros líquidos e os rendimentos decorrentes dos ativos do plano são reconhecidos nos resultados.
Os custos financeiros são calculados aplicando a taxa de desconto ao passivo de benefício definido ou ativo.
O Grupo reconhece os custos de serviços correntes, passados, os ganhos e perdas nos corte e ou liquidações, bem como os custos financeiros líquidos na rubrica de "Gastos com o Pessoal".
Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.
Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos

são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.17.2 Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) uma provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

2.17.3 Férias, subsídio de férias e prémios

Em Portugal, de acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de "Contas a pagar e outras".

2.17.4 Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) – Portugal

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entrou em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados

2.18 A MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

O Grupo mensura parte dos seus ativos financeiros, como os ativos financeiros disponíveis para venda e para negociação, e parte dos seus ativos não financeiros, como as propriedades de investimento, ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras.

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.

A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer:

- No mercado principal do ativo e do passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo.

A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

Nível 1 – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;

Nível 2 – Técnicas de valorização que utilizam inputs que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3 – Técnicas de valorização que utilizam inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar pelo justo valor na medida em que não existam dados observáveis relevantes, permitindo assim contemplar situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado no que respeita ao ativo ou passivo à data da mensuração. No entanto, o objetivo da mensuração pelo justo valor permanece o mesmo, ou seja, um preço de saída à data da mensuração na perspetiva de um participante no mercado que é detentor do ativo ou devedor do passivo. Assim, os dados não observáveis devem refletir os pressupostos que os participantes no mercado considerariam ao apreçar o ativo ou passivo, incluindo pressupostos sobre o risco.

A mensuração do justo valor é classificada integralmente no nível mais baixo (dados não observáveis) da hierarquia do justo valor correspondente ao input que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.19 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmento de negócio
Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio. A organização interna e a estrutura de gestão, bem como o sistema de relato, estão orientados para a análise do desempenho do negócio por atividade.

Segmento geográfico
Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. O Grupo possui subsidiárias em Angola, Moçambique, França, Espanha, Bélgica, Itália, Brasil, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Rússia, pelo que aqueles países são identificados como segmentos geográficos.

2.20 TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DO EURO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. As empresas sediadas em Angola e Moçambique têm moedas funcionais diversas, sendo as suas demonstrações financeiras transpostas para o euro utilizando as cross rates kwanza e metical versus dólar americano e deste para o euro.
Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertíveis para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, exceto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos que na prática se constituam como uma extensão de investimentos financeiros no estrangeiro e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, as quais são registadas no capital próprio, até à alienação do investimento, momento em que são transferidos para os resultados do exercício.
Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que foram adquiridos.
Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.
A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:
- Taxa de câmbio vigente à data do balanço para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);

O "goodwill" relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.
As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica de "Reservas de conversão cambial".
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio:

Taxa câmbio de fecho

2017	2016	Código	Designação
185,40	185,38	AON	Kwanza Angolano
70,44	74,54	MT	Metical Moçambicano
3,95	3,42	BRL	Real Brasileiro

Nos exercícios de 2017 e 2016, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio:

Taxa câmbio média

2017	2016	Código	Designação
185,39	183,49	AON	Kwanza Angolano
71,53	69,79	MT	Metical Moçambicano
3,63	3,88	BRL	Real Brasileiro

Ver na nota 2.2 a referência à economia angolana como hiperinflacionária.

2.21 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira SGPS utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Análise de imparidade do "goodwill"
O Grupo testa anualmente o "goodwill" com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

b) Valorização e vida útil de ativos intangíveis
O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.

c) Reconhecimento de provisões e ajustamentos
O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 42). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.
A política do Grupo relativamente à atribuição de plafonds à concessão de crédito, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, é feita através de recurso a empresas especializadas em cobertura de risco de crédito.
Excluindo os organismos estatais e os clientes com notação de risco nacional e internacional superior, refira-se que a exposição média de risco interno ascende a 20%. Porém, uma análise detalhada à variação das provisões anuais demonstra claramente, a quase inexistência de risco de cobrança. Acresce que o Grupo possui acesso às principais bases de dados do mercado que juntamente com o seu corpo de análise técnica lhe permitem ajuizar e minimizar claramente o risco creditício.

d) Justo valor das propriedades de investimento
O Grupo recorre a entidades externas para proceder ao cálculo do justo valor das propriedades de investimento. Na nota 23 são descritos os pressupostos utilizados bem como a respetiva análise de sensibilidade. Uma avaliação é uma previsão do valor de mercado mas não é uma garantia do valor que seria obtido numa transação. Adicionalmente, outros avaliadores podem legitimamente calcular um valor de mercado diferente.
Embora com sinais de recuperação, as transações no mercado têm sido raras e as cotações de mercado têm-se mostrado instáveis, pelo que foi utilizado o método dos cash-flows descontados para determinar o justo valor das propriedades de investimento. Esta valorização está muito dependente do valor das rendas futuras e da taxa de ocupação de longo prazo.

e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros
O Grupo escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

f) Impostos
São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.
Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:
- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego
A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo ao abrigo de planos de benefícios definidos é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios aos empregados são atribuídos e incluem, entre outros:
- Taxas de desconto baseadas nas taxas dos "corporate bonds" do respetivo país com um rating AAA ou AA;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público do respetivo país;
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas para o respetivo país.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que,

não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

h) Entidades incluídas no perímetro de consolidação
Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).
A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.
Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

4 Alterações de políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017. As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.
Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.
As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.
Durante o exercício de 2017 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.
Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

4.1 Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pelo Grupo a partir de 1 de janeiro de 2017:

- **IAS 7 – Iniciativa de divulgação**
  As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade.
  As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

- **IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas:**
  O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico

Da aplicação destas normas e interpretações não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

4.2 As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2018 ou posteriores e que o Grupo Visabeira não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**
  Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 – Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 – Transferências de ativos de clientes e SIC 31 – Receitas – Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).
  Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.
  Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.
  A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".
Clarificações à IFRS 15: em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma.
Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".
O Grupo Visabeira está a analisar os impactos da aplicação desta norma. Haverá um acréscimo das divulgações a respeito das vendas e das prestações de serviços.

- **IFRS 9 – Instrumentos financeiros**
  A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018 e vem substituir a IAS 39.

  Classificação e mensuração de ativos financeiros
  Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo justo valor através de resultados (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS -15 Rédito de contratos com clientes.
  Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos.

  Classificação e mensuração de passivos financeiros
  Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no justo valor desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito da entidade deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. O remanescente da alteração no justo valor deve ser apresentado nos resultados, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
  Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

  Imparidade
  Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito, que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

  Contabilidade de cobertura
  Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% – 125%. Mantém-se os três tipos de coberturas previstos na IAS 39 mas um maior número de estratégias de cobertura serão elegíveis para a contabilidade de cobertura.
  O Grupo Visabeira não espera um impacto relevante decorrente da apliação desta normal.

- **IFRS 16 – Locações**
  O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor. A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso –"right-of-use" ou ROU).
  Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.
  Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.
  A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.
  A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a "full retrospective approach" ou a "modified retrospective approach".
  O Grupo Visabeira está avaliar os impactos que resultarão da adoção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adoção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras do Grupo, em resultado das locações operacionais em que o Grupo é locatário. (Ver nota 40)

- **Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4**
  As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.
  É aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.
  Não é aplicável no Grupo Visabeira.

4.3 As normas e Interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não endossadas pela União Europeia
Em 31 de dezembro de 2017, as seguintes Normas, revisões, alterações e melhorias das Normas e Interpretações, emitidas pela IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após:
junho 2016	IFRS 2: Classificação e mensuração de transações de Pagamento com base em ações	1 janeiro 2018
dezembro 2016	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1 janeiro 2018
dezembro 2016	IFRIC 22: Efeitos de alterações cambiais (novo)	1 janeiro 2018
dezembro 2016	IAS 40: Transferência de Propriedade de Investimento (alterações)	1 janeiro 2018
maio 2017	IFRS 17 Contrato de seguro (novo)	1 janeiro 2021
junho 2017	IFRIC 23 Incerteza no tratamento de imposto sobre o rendimento (novo)	1 janeiro 2019
outubro 2017	IFRS 9: Recursos de pré-pagamentos com compensação negativa (alterações)	1 janeiro 2019
outubro 2017	IAS 28: Investimento de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (alterações)	1 janeiro 2019
dezembro 2017	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1 janeiro 2019

O impacto da adoção destas normas ou alterações está a ser analisado pelo Grupo, contudo não se anteveem impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

5. Empresas do Grupo incluídas na consolidação

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2017	% de capital detido 2016
GRUPO VISABEIRA, SGPS, SA		**Viseu**	**Mãe**	**Mãe**
Visabeira Global				
Aeroprotechnik – Aerial Engineering, Lda		Viseu	51,00%	51,00%
Cabling Station Data, SA	c)	Mont-Sur-Marchienne	60,00%	-
Cass Constructel, Ltd	b)	Londres	-	50,00%
Comatel Infraestruturas, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Constructel – Contructions et Telecomunications Belgique		Mons	99,28%	99,28%
Constructel – Contructions et Telecomunications, SARL		Valence	99,28%	99,28%
Constructel África, SA		Maputo	100,00%	100,00%
Constructel BAU GmbH		Berlim	99,46%	99,46%
Constructel Denmark, ApS		Copenhaga	99,73%	99,73%
Constructel Energie, SA		Clermont-Ferrant	99,46%	99,46%
Constructel Itália, SRL		Galliate	99,64%	-
Constructel Infra-Structures, SAS		Santo Domingo	99,86%	99,86%
Constructel GmbH		Berlim	99,46%	99,46%
Constructel LLC		Moscovo	100,00%	100,00%
Constructel Sweden AB		Estocolmo	99,73%	99,73%
Constructel UK, Ltd		Londres	99,73%	99,73%
Edivisa – Empresa de Construção Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Edivisa – Empresa de Construções, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Electrovisa, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Field Force Atlântico, SA (ex Visagreen)		Viseu	100,00%	100,00%
Gatel, SAS		Domessin	99,28%	99,28%
Hidroáfrica – Comércio e Indústria, SARL		Maputo	96,10%	92,07%
Ieme, SRL		Cesena	59,57%	-
Intelvisa, Gestão de Participações, SA		Maputo	100,00%	50,00%
Modal Installation, SA	c)	Marchienne-Au-Port	60,00%	-
Mascaux 800, SA	c)	Flemalle	60,00%	-
Naturenergia – Agro-Energias, SA		Viseu	100,00%	100,00%
PDT – Projectos e Telecomunicações, SA		Lisboa	99,29%	99,29%
PTC – Serviços de Telecomunicações, SA		Lisboa	99,29%	99,29%
Real Life – Tecnologias de Informação, SA		Algés	65,00%	65,00%
Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
Real Life Technologies MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
SCI Constructel		Valence	99,28%	99,28%
Selfenergy Moçambique, SA		Maputo	60,00%	60,00%
Sogitel – Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda		Maputo	90,00%	90,00%
Televisa – Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
Televisa Marrocos, SA		Casablanca	99,89%	99,89%
TV Cabo – Comunicações Multimédia, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
TV Cabo Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Viatel – Tecnologia de Comunicações, SA		Viseu	99,29%	99,29%
Visabeira – Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda		Viseu	60,00%	60,00%
Visabeira Global, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visacasa – Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA		Cacém	100,00%	100,00%
Visaqua – Gestão de Infra-estruturas e Serviços, Ambientais, SA		Maputo	50,60%	25,30%

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2017	% de capital detido 2016
Visabeira Indústria				
Agrovisa – Agricultura e Pecuária, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Álamo – Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Ambitermo – Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA		Cantanhede	51,00%	51,00%
Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL		Casablanca	51,00%	51,00%
Bordalgest, SA		Lisboa	100,00%	56,00%
Celmoque – Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL		Maputo	85,19%	70,38%
Cerexport – Cerâmica de Exportação, SA*		Aveiro	94,12%	81,79%
Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, SA		Sátão	100,00%	100,00%
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, Lda		Caldas da Rainha	83,99%	47,01%
Faianças da Capôa – Industria de Cerâmica, SA*		Aveiro	94,12%	81,79%
Granbeira – Soc. de Exploração e Com. de Granitos, SA		Viseu	98,75%	98,75%
Granbeira II – Rochas Ornamentais, SA		Vouzela	100,00%	100,00%
Marmonte – Mármores de Moçambique, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Mob – Indústria de Mobiliário, SA		Viseu	97,77%	97,77%
Mob Cuisines, SASU		Paris	97,77%	97,77%
Pinewells, SA		Arganil	100,00%	63,53%
Ria Stone – Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA*		Ílhavo	94,12%	81,79%
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited*		Ílhavo	47,06%	40,90%
Tubangol – Tubos de Angola, Lda		Luanda	99,95%	99,95%
Visabeira Indústria, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visaconstroi – Construção e Gestão Imobiliária, Lda		Luanda	99,95%	99,95%
Vista Alegre Atlantis, SA*		Lisboa	94,12%	81,79%
Vista Alegre Atlantis Brasil – Comércio, Importação e Exportação, SA*		Vitória	84,63%	72,52%
Vista Alegre Atlantis Imobiliária e Investimento, SA*		Ilhavo	94,12%	81,79%
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda*		Maputo	94,12%	81,79%
Vista Alegre Atlantis, SGPS SA		Ilhavo	94,12%	81,79%
Vista Alegre Atlantis UK LTD*		Londres	94,12%	81,79%
Vista Alegre Atlantis USA*		Nova Iorque	94,12%	81,79%
Vista Alegre España, SA*		Madrid	94,12%	81,79%
Vista Alegre France, SAS*		Paris	94,12%	-
Vista Alegre Grupo – Vista Alegre Participações, SA*		Lisboa	93,46%	81,22%
Visabeira Turismo				
Empreendimentos Turísticos Montebelo – Sociedade de Turismo e Recreio, SA		Viseu	99,83%	99,83%
Imobiliária Panorama, Lda		Maputo	70,00%	70,00%
Inhambane Empreendimentos, Lda		Maputo	80,00%	80,00%
Milibangalala, SA		Maputo	70,00%	70,00%
Movida – Empreendimentos Turísticos, SA		Viseu	99,96%	99,96%
Mundicor – Viagens e Turismo, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Soginveste Empreendimentos, Lda		Maputo	70,00%	70,00%
Turvisa – Empreendimentos Turísticos, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
VAA – Empreedimentos Turisticos, SA		Ílhavo	99,68%	98,12%
Visabeira Turismo, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Zambeze – Restauração, SA	a)	Lisboa	50,00%	50,00%
Zambeze Village, Lda		Maputo	63,00%	63,00%

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2017	% de capital detido 2016
Visabeira Imobiliária				
Ifervisa – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Imovisa – Imobiliária de Moçambique, Lda	a)	Maputo	49,00%	49,00%
Visabeira Imobiliária, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Imobiliária, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeirahouse, SA (ex-Visabeira Turismo e Imobiliária, SGPS, SA)		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Participações Financeiras				
2 Logical -Serviços de Consultoria Farmacêutica , SA		Lisboa	51,00%	51,00%
Agrovisa – Agricultura e Pecuária, Lda		Luanda	99,00%	99,00%
Ambitermo Angola, Lda		Luanda	99,00%	99,00%
Angovisa, Lda		Luanda	70,00%	70,00%
Autovisa – Serviços Auto, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Benetrónica – International Commerce, Imp. e Exportação, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Catari Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Combustíveis do Songo, SA		Songo	99,00%	99,00%
Convisa Engenharia, Lda	a)	Luanda	49,50%	49,50%
Convisa Turismo, Lda	a)	Luanda	49,50%	49,50%
Iutel – Infocomunicações, SA	a)	Viseu	50,00%	50,00%
Hospital Nossa Senhora da Arrábida, SA		Viseu	80,00%	80,00%
Mercury Comercial, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Mercury Comercial, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Mercury South Africa, Lda		Joanesburgo	100,00%	100,00%
PDA – Parque Desportivo de Aveiro, SA		Aveiro	54,57%	54,57%
Porto Salus		Azeitão	79,50%	79,50%
Rentingvisa, Unipessoal Lda		Viseu	100,00%	100,00%
Telesp Telecomunicaciones, Electricidad y Gás de España, SA		Madrid	98,81%	98,81%
Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas SA		Maputo	64,43%	64,43%
Visabeira Angola – Investimento e Participações, Lda		Luanda	99,90%	99,90%
Visabeira Espanha, SA		Madrid	99,53%	99,53%
Visabeira Estudos e Investimentos, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Knowledge and Research, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Moçambique, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Visabeira Participações Financeiras, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Saúde, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visasecil – Prestação de Serviços, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visatur – Empreendimentos Turísticos, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visauto – Reparações Auto, Lda		Luanda	100,00%	100,00%

* Consolidadas pela VAA, SGPS, SA, empresa cotada.

a) As empresas acima indicadas são consideradas subsidiárias e consolidadas pelo método integral, porque o Grupo Visabeira tem o poder de controlar as participadas e nessa capacidade está exposto a resultados variáveis. Na avaliação da existência de controlo, foi tido em consideração aspetos particulares como sejam a detenção da maioria dos direitos de voto, acordos de gestão e representatividade nos órgãos de gestão.
No caso específico da TVCABO Angola, detida em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela Angola Telecom, que beneficia do "know-how" e competência técnica que a marca Visabeira garante com 36 anos de atividade no domínio das Telecomunicações, o Grupo possui o controlo de todas as atividades relevantes: construção, financiamento (dependente da manutenção do Management and Technical Assistance Agreement (MTAA) da TVCABO com a Visabeira); conteúdos; apoio tecnológico e seleção de recursos humanos, incluindo o Diretor-geral.
No caso específico da TVCABO Moçambique e da Televisa, ambas detidas em 50% pelo Grupo Visabeira e 50%

pela TDM, a situação é idêntica à da TVCABO Angola. Os dados destas entidades são os seguintes:

Valores em euros	TVCABO Angola	TVCABO Moçambique	Televisa
Ativos líquidos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	180.402.294	24.849.061	1.890.164
Outros ativos	13.738.439	3.887.519	22.289.289
Caixa e equivalentes de caixa	26.778.253	749.633	97.617
Empréstimos bancários	-17.439.076	-7.659.943	-4.474.967
Outros passivos	-73.187.479	-14.484.090	-19.291.976
TOTAL DE ATIVOS LÍQUIDOS	**130.292.432**	**7.342.181**	**510.128**

b) Empresa dissolvida
c) Empresas do denominado Grupo Modal, adquirido em 2017

6. Investimentos em empresas associadas

		Participação		Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico		Efeito do MEP no resultado	
	Sede social	2017	2016	2017	2017	2017	2016	2017	2016
Visabeira Global									
Aceec, ACE	Viseu	50,00%	50,00%	51.397	-714	19.643	20.000	-357	0
Beiragás, SA	Viseu	23,55%	23,55%	44.130.703	2.451.862	10.725.121	10.614.826	577.456	756.949
Birla Visabeira Private Limited	Nova Deli	49,00%	49,00%	1.233.197	17.980	721.113	812.659	8.810	612
Domingos da Silva Teixeira/Visabeira, ACE	Lisboa	50,00%	50,00%	-9.271	0	0	0	0	0
Electrotec – Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	212.938	-507.274	428.860	260.728	-248.564	-304.979
Electrotec Engenharia, SA	Maputo	39,20%	39,20%	0	0	0	0	0	0
Ventos de Inhambane	Inhambane	32,50%	32,50%	150.000	0	48.751	48.751	0	0
Vista Power, Lda	Luanda	50,00%	50,00%	382.000	0	191.000	191.000	0	0
Yetech, SA	Cancun	30,00%	30,00%	105.000	0	52.500	52.500	0	0
Visabeira Turismo									
Doutibelo, Lda	Viseu	19,97%	19,97%	2.057.950	424.221	3.061.912	3.010.621	84.717	44.227
Doutibelo, Lda – empréstimos						2.871.497	2.864.147	-	-
Lipilichi Holdings, Lda	Port-Louis	15,00%	15,00%	-2.943.293	0	0	0	0	0
Mtdendele Holdings, Lda	Port-Louis	25,00%	25,00%	1.518	0	0	0	0	0
Sem Amarras, SA	Viseu	19,97%	19,97%	1.996.982	183.596	2.280.555	2.260.189	36.664	17.686
Sem Amarras, SA – empréstimos				-	-	5.176.575	5.186.575	-	-
Visabeira Participações Financeiras									
Build Down & Build Up Moçambique, Lda	Maputo	50,00%	50,00%	-220.043	16.205	1.716	0	8.102	-28.196
Gevisar, SA	Stª Mª da Feira	30,00%	30,00%	19.317.278	1.840.040	5.773.697	5.266.274	552.012	-1.042.978
Imensis – Soc. Gestão Empreen. Imobiliários, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	297.628	0	66.629	66.629	0	0
Martifer Amal, SA	Maputo	35,00%	35,00%	-397.644	-1.024.303	-925.734	-574.040	-358.506	-450.462
Martifer Amal, SA – empréstimos				-	-	1.181.705	1.181.705	-	-
Predibeira – Compra e Venda de Propriedades, Lda	Viseu	50,00%	50,00%	217.452	515	108.726	108.468	258	1.800
Turvisa, Lda	Lubango	30,00%	30,00%	42.355	0	41.109	41.109	0	0
Twin City Maputo, Lda	Maputo	39,00%	39,00%	28.770	0	383.794	383.794	0	0
Diferenças de estimativas de resultados								-300.000	
TOTAL						**32.209.169**	**31.795.934**	**360.592**	**-1.005.340**

O quadro que se segue evidencia a informação resumida das associadas mais significativas:

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Visabeira Global					
Beiragás, SA	2016	81.990.071	38.327.679	16.988.052	13.774.067
	2017	79.780.115	35.649.412	15.405.603	12.953.741
Electrotec – Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda	2016	9.551.088	9.672.944	3.359.614	3.966.879
	2017	9.127.360	8.917.682	2.707.435	3.214.708
Visabeira Turismo					
Doutibelo, Lda	2016	7.702.405	6.068.676	730.653	676.566
	2017	7.607.764	5.549.814	979.282	555.061
Sem Amarras, SA	2016	9.451.482	7.638.096	395.499	388.550
	2017	9.471.613	7.474.632	665.122	481.526
Visabeira Participações Financeiras					
Gevisar, SA	2016	29.539.359	12.062.120	962.867	4.588.089
	2017	30.558.980	11.241.701	2.631.374	791.334
Martifer Amal, SA	2016	9.867.287	10.258.943	4.792.745	6.048.471
	2017	9.640.305	10.031.862	6.076.140	7.100.443
Total 2016		**148.101.692**	**84.028.458**	**27.229.430**	**29.442.622**
TOTAL 2017		**146.186.137**	**78.865.103**	**28.464.956**	**25.096.813**

7. Outros investimentos financeiros

Participações no capital	Sede Social	%	Valor de Balanço 2017	%	Valor de Balanço 2016
Narrownet	Lisboa	10,00%	750.000	10,00%	750.000
Parque de Ciência e Inovação (PCI)	Ílhavo	5,00%	375.000	5,00%	375.000
Fundação Visabeira, ISS	Viseu	85,09%	360.000	85,09%	360.000
Caetano Fórmula	Maputo	21,00%	332.436	21,00%	332.436
Transcom – S. F. C. Auditoria T. Comunicações, SARL	Maputo	22,00%	193.174	22,00%	193.174
TF Turismo Fundos – SGFII, SA	Lisboa	2,50%	137.574	2,50%	137.574
Moçambique Companhia de Seguros, SARL	Maputo	5,00%	97.382	5,00%	97.382
Duofil, Lda	Pedrógrão Grande	3,17%	75.000	3,17%	75.000
Imersys Ceramic	Maputo	n.d.	44.000	n.d.	44.000
Lusitânia Gás – Companhia de Gás do Centro, SA	Aveiro	0,04%	30.174	0,04%	30.155
Centro Venture – Soc. Capital de Risco, SA	Coimbra	3,33%	25.000	3,33%	25.000
Associação Inov Paredes	Paredes	10,00%	25.000	10,00%	25.000
Caixa Crédito Agrícola Mútuo Costa Azul		n.d.	15.000	n.d.	15.000
Lisgarante		n.d.	11.263	n.d.	11.263
Garval		n.d.	11.263	n.d.	11.263
Itexample, ACE	Santarém	1,54%	10.000	1,54%	10.000
Oeirasexpo, SA	Oeiras	12,75%	8.500	12,75%	8.500
Norgarante		n.d.	7.600	n.d.	7.350
Fundo de Compensação do Trabalho	Viseu	n.d.	3.989	n.d.	3.989
Base Force, Lda	Viseu	20,00%	1.000	20,00%	1.000
Açor Pensões	Ponta Delgada	5,00%	0	5,00%	49.880
Outras participações			636.172		489.851
			3.149.527		**3.052.817**
Empréstimos a acionistas			53.470.639		56.304.931
TOTAL			**56.620.166**		**59.357.748**

No final de 2017, o Grupo mantém um saldo de 53,5 milhões de euros relativo a um empréstimo concedido ao acionista maioritário. Estes empréstimos são remunerados a uma taxa de mercado ajustada em função das alterações no custo de financiamento do Grupo.

8. Alterações ao perímetro de consolidação

Aquisições / Constituições		% Detida	Data	Valor
Ieme, SRL	Aquisição	60,00%	01/01/2017	3.988.015
Vista Alegre France	Constituição	100,00%	13/07/2017	30.000
Constructel Itália	Constituição	100,00%	15/03/2017	10.000
Modal Installation	Aquisição	60,00%	01/05/2017	3.756.565
Cabling Station Data	Aquisição	60,00%	01/05/2017	3.281.323
Mascaux 800	Aquisição	60,00%	01/05/2017	652.112
TOTAL				**11.718.015**

Dissoluções		% Alienada	Data	Valor
Cass Constructel	Dissolução	50,00%	24/01/2017	13.486
TOTAL				**13.486**

As alterações do perímetro mais relevantes e com impacto nas contas consolidadas, ocorridas durante o ano de 2017, foram as seguintes:

Firma	Sede Social	Alteração perímetro	Data	Percentagem de capital detido	
				Antes da aquisição	Após a aquisição
Ieme	Cesena	Entrada	01/01/2017	0,00%	60,00%
Vista Alegre France	Paris	Entrada	13/07/2017	0,00%	93,46%
Constructel Itália	Galliate	Entrada	15/03/2017	0,00%	99,64%
Modal Installation	Marchienne-Au-Port	Entrada	01/05/2017	0,00%	60,00%
Cabling Station Data	Mont-Sur-Marchienne	Entrada	01/05/2017	0,00%	60,00%
Mascaux 800	Flemalle	Entrada	01/05/2017	0,00%	60,00%

Durante o ano de 2017, o Grupo Visabeira constituiu e adquiriu várias empresas, em especial no mercado europeu. De forma a expandir e consolidar a sua posição na área das telecomunicações, o Grupo, através da Constructel, adquiriu na Bélgica, o grupo Modal, constituído por 3 empresas (Modal Installation, Cabling Station e Mascaux 800), com contratos com a Belgacom há mais de 25 anos, passando assim a ser o maior prestador de serviços para esta entidade. Merece igual destaque a aquisição, em Itália, da empresa Ieme, que atua na área da energia, com contratos com a ENEL há mais de 50 anos.
No quadro seguinte, pode ser analisado o efeito das alterações mais relevantes do perímetro:

Valores em euros	Ieme		Modal	
	Valor da posição antes da aquisição	De 1 de janeiro a 31 de dezembro 2017	Valor da posição antes da aquisição	De 1 de maio a 31 de dezembro 2017
Ativos líquidos				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.820.707	2.645.333	221.507	103.156
Outros ativos	5.843.843	8.017.262	4.469.119	3.829.266
Caixa e equivalentes de caixa	781.856	696.005	477.914	730.350
Outros passivos	-4.905.167	-6.781.779	-3.594.777	-2.822.729
Total de ativos líquidos	**4.541.242**	**4.576.820**	**1.573.763**	**1.840.044**
Interesses que não controlam (nota 36)	-	1.830.728	-	736.017

Valores em euros	Cabling		Mascaux	
	Valor da posição antes da aquisição	De 1 de maio a 31 de dezembro 2017	Valor da posição antes da aquisição	De 1 de maio a 31 de dezembro 2017
Ativos líquidos				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	93.117	86.265	21.389	18.720
Outros ativos	2.159.903	1.892.484	235.087	114.265
Caixa e equivalentes de caixa	1.195.933	1.336.168	332.981	246.492
Outros passivos	-2.086.036	-1.572.236	-153.998	-99.089
Total de ativos líquidos	**1.362.917**	**1.742.681**	**435.458**	**280.387**
Interesses que não controlam (nota 36)	-	697.072	-	112.155

9. Atividades descontinuadas

Em 2016, o Grupo Visabeira alienou a empresa Fibroglobal, sendo o resultado reconhecido relativo a atividades descontinuadas até à data de alienação, negativos de 3,8 milhões de euros.
Durante o ano de 2017, não se registaram atividades descontinuadas. De igual forma desde 31 de dezembro de 2017 até à presente data não existem decisões para descontinuar atividades operacionais.

10. Principais indicadores por segmentos

a) Por área de atividade	Anos	Global	Indústria	Turismo	Imobiliária	Participações Financeiras	Total
Volume de negócios	2016	430.239.147	112.868.253	33.431.330	5.913.891	18.804.247	**601.256.868**
	2017	450.729.360	127.082.062	34.907.379	8.809.326	16.742.965	**638.271.092**
EBITDA	2016	67.550.359	14.857.867	17.266.181	2.341.021	9.211.799	**111.227.226**
	2017	77.916.184	22.220.659	15.952.269	1.417.841	6.044.088	**123.551.041**
Resultado operacional	2016	52.663.263	6.406.313	12.212.133	1.837.235	6.883.513	**80.002.456**
recorrente *	2017	54.325.135	13.021.457	11.483.389	918.670	3.982.379	**83.731.031**
Resultado líquido	2016	25.922.769	13.505	6.893.291	-4.990	-4.534.225	**28.290.351**
	2017	20.428.822	2.084.780	4.333.814	-1.622.994	24.869.288	**50.093.710**
Ativos tangíveis/intangíveis	2016	124.401.439	196.510.848	119.830.096	14.266.854	49.766.813	**504.776.048**
	2017	256.107.774	199.064.168	120.438.256	13.987.114	49.381.356	**638.978.669**
Inventários	2016	36.248.045	43.552.280	1.824.683	53.782.789	3.448.248	**138.856.046**
	2017	31.146.231	42.639.676	2.171.642	47.481.464	4.183.520	**127.622.533**

b) Por país	Anos	Portugal	França	Angola	Moçambique	Bélgica	Itália	Espanha	Outros	Total
Volume de negócios	2016	316.486.001	143.382.382	76.244.378	38.934.806	7.855.042	0	6.710.952	11.643.306	**601.256.868**
	2017	295.057.146	162.464.511	83.519.172	40.725.883	22.856.311	11.478.153	6.647.359	15.522.558	**638.271.092**
EBITDA	2016	67.103.659	6.521.138	26.251.357	9.627.554	602.670	0	430.990	689.858	**111.227.226**
	2017	62.023.011	14.249.423	31.339.240	12.059.245	2.106.061	815.767	756.518	201.775	**123.551.041**
Resultado operacional	2016	49.061.206	4.617.592	19.351.569	6.097.220	396.905	0	232.109	245.855	**80.002.456**
recorrente *	2017	44.642.454	8.690.499	19.404.392	8.212.141	1.819.394	269.483	564.660	128.007	**83.731.031**
Resultado líquido	2016	15.519.785	2.679.225	9.039.466	532.963	185.038	0	146.821	187.054	**28.290.351**
	2017	45.860.580	5.820.654	270.239	-2.441.933	750.064	35.579	536.793	-738.265	**50.093.710**
Ativos tangíveis/intangíveis	2016	365.745.175	4.847.594	74.840.418	55.179.841	1.202.519	0	1.244.790	1.715.712	**504.776.048**
	2017	364.039.848	13.865.610	191.548.583	61.981.167	1.342.372	2.645.333	1.056.342	2.499.415	**638.978.669**
Inventários	2016	118.029.101	445.531	7.742.286	4.565.637	107.021	0	763.947	7.202.523	**138.856.046**
	2017	107.085.177	346.110	8.608.846	4.448.383	774.054	0	906.642	5.453.321	**127.622.533**

* Excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento, das provisões e perdas por imparidade

11. Trabalhos para a própria empresa

	2017	2016
Construção de novas células da TV Cabo em Moçambique	1.520.531	1.487.342
Remodelação dos Hotéis da Turvisa	1.426.792	1.265.825
Projeto de aumento da capacidade produtiva do forno e louça grés – Vista Alegre	613.628	950.611
Projetos de devenvolvimento das garrafas de cristal – Vista Alegre	499.424	0
Construção de novas células da TV Cabo em Angola	273.212	489.687
Remodelação de fornalha e otimização do sistema produtivo da Pinewells	245.276	340.304
Obras de ampliação Hotel Girassol em Maputo	189.962	241.428
Projeto e-commerce Vista Alegre	34.460	0
Mobiliário de exposição	29.356	67.406
Obras de remodelação de instalações da Constructel Bélgica	914	53.999
Obras de reabilitação do Palácio Vista Alegre (Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel)	0	225.908
Obras de remodelação e reabilitação na Aguieira	0	107.470
Obras de remodelação da fábrica da Cerutil	0	85.012
Remodelação do edifício Girassol Nampula	0	46.221
TOTAL	**4.833.554**	**5.361.214**

12. Outros proveitos e outros custos operacionais

	2017	2016
Outros Proveitos		
Proveitos suplementares	25.980.020	16.009.277
Correções relativas a períodos anteriores	0	8.369
Subsídios ao investimento	1.638.418	2.046.735
TOTAL	**27.618.438**	**18.064.381**
Outros Custos		
Impostos	4.432.426	5.032.418
Perdas com imobilizações corpóreas	3.426.516	283.196
Dívidas incobráveis	0	273.261
Outros	4.277.525	3.176.604
TOTAL	**12.136.467**	**8.765.479**

A rubrica de proveitos suplementares inclui indemnizações de seguros, rendas e ganhos com alienação de imobilizações corpóreas.

13. Fornecimentos e serviços externos

	2017	Peso %	2016	Peso %
Subcontratos	158.753.892	61%	142.988.317	61%
Rendas e alugueres	21.655.595	8%	18.651.968	8%
Trabalhos especializados	16.566.792	6%	15.588.471	7%
Combustíveis	11.984.774	5%	9.396.225	4%
Eletricidade	9.647.209	4%	7.577.371	3%
Conservação e reparação	7.430.343	3%	4.705.766	2%
Seguros	4.623.595	2%	4.466.049	2%
Comunicação	4.023.765	2%	3.580.024	2%
Deslocações e estadas	3.629.882	1%	3.537.922	2%
Transporte de mercadorias	3.438.127	1%	3.553.030	2%
Publicidade	3.189.194	1%	3.684.035	2%
Comissões	2.558.712	1%	3.284.761	1%
Limpeza, higiene e conforto	2.452.306	1%	2.219.457	1%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.401.007	1%	1.898.120	1%
Vigilância e segurança	2.104.207	1%	2.147.628	1%
Honorários	1.316.465	1%	1.174.810	1%
Material de escritório	702.931	0%	491.768	0%
Despesas de representação	565.448	0%	311.243	0%
Outros	4.406.813	2%	3.707.053	2%
TOTAL	**261.451.055**	**100%**	**232.964.018**	**100%**

Em 2017, os subcontratos tiveram um aumento de 15,7 milhões de euros justificado essencialmente pelas entradas no perímetro das empresas Ieme, Modal, Cabling e Mascaux e pelo impacto de cerca de 3 millhões de euros resultante da correção monetária – IAS 29 Angola.

14. Gastos com o pessoal

	2017	2016
Remunerações do pessoal	136.439.987	119.840.637
Contribuições para a segurança social	28.058.379	24.847.480
Prémios para remunerações	1.294.645	1.163.489
Órgãos sociais	1.692.014	1.217.091
Seguros	1.127.227	1.130.167
Custos de ação social	960.086	864.666
Pessoal eventual e avençado	429.466	256.975
Outros	1.139.547	209.061
TOTAL	**171.141.351**	**149.529.566**

As remunerações do pessoal sofreram um acréscimo face ao ano anterior devido à entrada no perímetro de consolidação das empresas Ieme e Grupo Modal que representa cerca de 32,1% do aumento verificado.
O número médio de colaboradores, ao longo do ano de 2017, ao serviço do Grupo foi de 9.719 empregados (2016: 9.754), com a seguinte distribuição por setor de atividade e país:

Número médio de colaboradores por áreas de negócio	2017	2016
Global	5.028	5.032
Indústria	2.487	2.467
Turismo	928	866
Participações Financeiras	770	782
Imobiliária	506	607
TOTAL	**9.719**	**9.754**

Número médio de colaboradores por país	2017	2016
Portugal	4.521	4.415
Moçambique	2.065	2.320
França	1.644	1.394
Angola	1.091	1.286
Alemanha	106	106
Bélgica	100	110
Itália	93	0
Espanha	55	57
Dinamarca	27	49
Brasil	14	14
E.U.A.	3	3
TOTAL	**9.719**	**9.754**

A remuneração do "pessoal-chave de gerência" (nos termos da IAS 24) é essencialmente de natureza fixa e não incluiu benefícios pós-emprego nem benefícios de cessação de emprego. No exercício de 2017 ascendeu a 1,7 milhões de euros (2016: 1,2 milhões de euros).

15. Amortizações

	2017	2016
Amortizações intangíveis		
Projetos de desenvolvimento	462.078	225.311
Programas de computador	316.064	371.554
Propriedade industrial e outros direitos	207	209
Outros	1.912.449	587.421
Total amortizações intangíveis	**2.690.797**	**1.184.495**
Amortizações tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	459.596	253.405
Edifícios e outras construções	17.428.064	12.004.524
Equipamento básico	9.661.987	9.184.707
Equipamento de transporte	3.348.324	2.993.741
Equipamento administrativo	1.783.080	1.619.215
Outros	4.448.163	3.984.684
Total amortizações tangíveis	**37.129.214**	**30.040.275**
TOTAL	**39.820.010**	**31.224.770**

O aumento das amortizações do ativo tangível, em 2017, deve-se, em grande medida, à classificação da economia angolana como hiperinflacionária, tendo um impacto no valor de 3,3 milhões de euros.
De referir, ainda, o aumento das amortizações do ativo intangível (1,5 milhões de euros) devido à amortização realizada a partir de setembro de 2017 da aquisição do direito irrevogável de utilização (IRU) de conectividade de tráfego internacional de internet efetuada pela TVCABO Angola.

16. Provisões e perdas por imparidade

	2017	2016
Aumentos nas provisões e ajustamentos	3.008.567	3.797.338
Reduções nas provisões e ajustamentos	-873.545	-2.909.579
TOTAL	2.135.021	887.759

Em 2017, nos "aumentos nas provisões e ajustamentos" destacam-se as provisões constituídas para, essencialmente, cobertura de riscos de cobranças de clientes, e o reforço de provisões para cobrir outras perdas estimadas.

17. Juros suportados, líquidos

	2017	2016
Juros suportados		
Empréstimos obtidos	-39.723.243	-34.979.366
	-39.723.243	**-34.979.366**
Juros obtidos		
Empréstimos concedidos	5.536.666	3.600.526
	5.536.666	**3.600.526**
TOTAL	**-34.186.577**	**-31.378.840**

18. Ganhos/(perdas) em ações cotadas

	2017	2016
Ativos financeiros detidos para negociação (Ver nota 30)	275.344	-383.215
Ativos financeiros disponíveis para venda (Ver nota 25)	0	-1.304.825
Mais/(menos) valias na alienação	34.324.707	-377.667
Dividendos	3.980.020	4.681.754
Juros dos empréstimos relacionados com os ativos financeiros	-3.699.529	-6.571.378
TOTAL	**34.880.542**	**-3.955.330**

Em 2017, registou-se uma mais valia com a alienação das ações da NOS, EDP e PHAROL no montante de 34,3 milhões de euros.
A renegociação das maturidades dos papéis comerciais (ver nota 37.1), aliada a amortizações antecipadas de dívida, originou uma diminuição dos juros suportados relacionados com as ações cotadas de cerca de 2,8 milhões de euros.
Os dividendos recebidos detalham-se da seguinte forma:

	2017	2016
EDP	2.686.636	3.010.960
NOS	1.293.384	1.034.707
Pharol	0	636.087
TOTAL	**3.980.020**	**4.681.754**

19. Outros custos financeiros, líquidos

	2017	2016
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-27.958.441	-13.614.200
Outros custos	-11.259.683	-4.291.414
Descontos de pronto pagamento concedidos	-140.007	-147.933
Diferenças de câmbio favoráveis	15.690.800	11.229.935
Descontos de pronto pagamento obtidos	32.708	13.104
Outros proveitos	564.412	138.714
Correção monetária (IAS 29 – Angola)	700.617	0
TOTAL	**-22.369.594**	**-6.671.793**

As operações em Moçambique contribuíram positivamente em 573 mil euros (2016: positivamente com 733 mil euros) para o saldo líquido das diferenças de câmbio, enquanto as operações de Angola contribuíram negativamente com 12,2 milhões de euros (2016: negativamente em 2,5 milhões de euros).

20. Imposto sobre o rendimento

	2017	2016
Imposto corrente	-16.998.647	-9.124.072
Imposto diferido	7.309.813	2.526.788
Imposto sobre o rendimento do exercício	**-9.688.833**	**-6.597.284**
Ativo por imposto diferido		
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	41.493.341	35.917.840
Prejuízos fiscais	3.119.489	5.301.788
Variações cambiais não aceites fiscalmente	1.062.322	2.120.887
Créditos fiscais	811.608	1.161.862
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	675.745	677.846
Ajustamento fiscal de transição "snc"	602.526	602.526
Total ativo por imposto diferido	**47.765.031**	**45.782.749**
Passivo por imposto diferido		
Diferença para o justo valor de propriedades investimento	51.304.071	51.062.302
Correção monetária (IAS 29 – Angola)	24.635.774	0
Diferença para o justo valor de ativos intangíveis	16.292.640	16.292.640
Reservas de reavaliação livres (anteriores "poc")	14.352.261	14.474.385
Ajustamento fiscal de transição "snc"	1.155.393	1.155.393
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	344.228	11.591.826
Variações cambiais não aceites fiscalmente	197.683	1.383.972
Total passivo por imposto diferido	**108.282.050**	**95.960.518**
Demonstração dos Resultados		
Resultado consolidado antes de imposto	59.782.544	38.638.678
Imposto corrente sobre os resultados do exercício	-16.998.647	-9.124.072
Imposto diferido		
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	15.026.519	2.153.948
Variações cambiais não aceites fiscalmente	545.466	322.441
Reservas de reavaliação livres (anteriores "poc")	257.124	86.562
Correção monetária (IAS 29 – Angola)	82.136	0
Ajustamento fiscal de transição "snc"	0	-9.917
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	-2.101	-3.047
Prejuízos fiscais	-158.811	936.320
Diferença para o justo valor de propriedades investimento	-241.770	-745.294
Créditos fiscais	-198.750	-214.223
Imposto diferido	**15.309.813**	**2.526.788**
Provisões para contigências fiscais de IRC	-8.000.000	0
Imposto sobre o rendimento do exercício	**-9.688.833**	**-6.597.284**

21. Ativos tangíveis

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2016	**31.154.304**	**310.382.596**	**106.622.990**	**20.439.093**	**4.918.511**
Aumentos	331.409	10.017.432	4.619.263	1.104.601	715.450
Alienações/transferências	-1.488.450	-6.158.035	-6.989.237	-3.223.575	9.362.727
Alterações ao perímetro	0	-52.209.626	0	0	-570
Efeito cambial	-155.244	-20.901.192	-10.108.605	-1.879.733	-628.770
Imparidade		193.884	-1.387	-13.976	-74
Amortizações do exercício	-253.405	-12.004.524	-9.184.707	-2.993.741	-1.619.215
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	**29.588.613**	**229.320.535**	**84.958.317**	**13.432.670**	**12.748.059**
A 31 de dezembro de 2016					
Custos de aquisição	31.349.083	335.659.458	221.118.402	40.926.006	31.311.167
Amortizações acumuladas	1.710.950	106.318.561	136.151.211	27.479.360	18.563.034
Perdas de imparidade	49.519	20.362	8.874	13.976	74
Ativos tangíveis	**29.588.613**	**229.320.535**	**84.958.317**	**13.432.670**	**12.748.059**
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2017	**29.588.613**	**229.320.535**	**84.958.317**	**13.432.670**	**12.748.059**
Aumentos	552.899	3.583.760	4.254.350	3.792.905	330.922
Alienações/transferências	850.279	44.350.873	4.546.507	7.603.794	-645.869
Alterações ao perímetro	473.420	1.241.285	294.483	710.204	35.540
Correção Monetária	923.995	59.552.825	8.387.326	2.047.552	592.266
Efeito cambial	-65	1.433.624	-1.700.628	132.910	47.576
Imparidade	0	-4.945.285	23	-36.832	1
Amortizações do exercício	-459.596	-17.428.064	-9.661.987	-3.348.324	-1.783.080
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	**31.929.547**	**317.109.552**	**91.078.391**	**24.334.879**	**11.325.416**
A 31 de dezembro de 2017					
Custos de aquisição	36.006.961	472.470.641	247.497.009	63.759.112	31.953.363
Amortizações acumuladas	4.027.894	150.395.441	156.409.767	39.373.425	20.627.875
Perdas de imparidade	49.519	4.965.647	8.851	50.808	73
Ativos tangíveis	**31.929.547**	**317.109.552**	**91.078.391**	**24.334.879**	**11.325.416**

	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2016	**967.719**	**46.010.840**	**225.213**	**520.721.265**
Aumentos	1.053.028	29.033.990	0	46.875.172
Alienações/transferências	13.757.475	-26.202.847	-27.000	-20.968.942
Alterações ao perímetro	0	-552.331	0	-52.762.527
Efeito cambial	-3.593.858	-5.194.033	0	-42.461.436
Imparidade	0	0	0	178.447
Amortizações do exercício	-3.984.684	0	0	-30.040.275
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	**8.199.680**	**43.095.619**	**198.213**	**421.541.706**
A 31 de dezembro de 2016				
Custos de aquisição	38.814.607	43.095.619	198.213	742.472.554
Amortizações acumuladas	30.614.478	0	0	320.837.595
Perdas de imparidade	448	0	0	93.253
Ativos tangíveis	**8.199.680**	**43.095.619**	**198.213**	**421.541.706**
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2017	**8.199.680**	**43.095.619**	**198.213**	**421.541.706**
Aumentos	2.289.666	30.422.906	400.000	45.627.409
Alienações/transferências	1.301.597	-31.042.414	0	26.964.767
Alterações ao perimetro	90.657	0	0	2.845.589
Correção Monetária	10.489.671	123.252	0	82.116.887
Efeito cambial	23.889	820.812	0	758.119
Imparidade		0	0	-4.982.093
Amortizações do exercício	-4.448.163	0	0	-37.129.214
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	**17.946.997**	**43.420.175**	**598.213**	**537.743.171**
A 31 de dezembro de 2017				
Custos de aquisição	57.670.698	43.420.175	598.213	953.376.171
Amortizações acumuladas	39.723.253	0	0	410.557.655
Perdas de imparidade	448	0	0	5.075.346
Ativos tangíveis	**17.946.997**	**43.420.175**	**598.213**	**537.743.170**

Em 2017 dos ativos tangíveis em curso destacam-se as seguintes obras: expansão na rede de cobertura pela TVCABO Angola (2,6 milhões de euros) e TVCABO Moçambique (2,0 milhões de euros) e ainda a remodelação das diversas unidades hoteleiras de Moçambique por parte da Turvisa (7,7 milhões de euros). Destaque para o investimento da PDA (Aveiro) ainda em curso (20 milhões de euros).

22. "Goodwill"

	Ano de aquisição	Valor do "goodwill" 2017	Valor do "goodwill" 2016
Viatel – Tecnologia de Comunicações, SA	1997, 2002	14.997.178	14.997.178
Visabeira Moçambique, SARL	2001, 2002	3.390.676	3.390.676
Granbeira – Soc. Expl. Com. Granitos, SA	1992, 1998, 2002	3.116.383	3.116.383
Modal	2017	2.812.307	0
Empreendimentos Turíst. Montebelo, SA	1998, 2002	2.768.845	2.768.845
Cabling Station	2017	2.463.573	0
Granbeira II – Rochas Ornamentais, SA	1992, 1998, 2001, 2002	905.101	2.105.101
Mob – Indústria de Mobiliário, SA	1998, 2002	1.320.221	1.320.221
Ieme	2017	1.263.270	0
PDA – Parque Desportivo de Aveiro, SA	2008	894.659	894.659
Edivisa – Empresa de Construções, SA	1993, 2002	888.354	888.354
Gatel, SAS	2008	869.778	869.778
Hospital Nossa Senhora da Arrábida, SA	2015	456.740	456.740
Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, SA	1993, 2002	401.130	401.130
Mascaux	2017	390.837	0
Outros		1.532.175	1.532.175
TOTAL		**38.471.229**	**32.741.242**

Para efeitos da análise da imparidade, o "goodwill" foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo o "goodwill", não excede o seu valor recuperável, sendo de realçar relativamente ao valor do "goodwill" mais elevado alocado ao negócio desenvolvido pela Viatel, o EBITDA desta empresa em 2017 foi de 11,0 milhões de euros (2016: 8,9 milhões de euros).

A variação do "goodwill" deve-se a aquisição de 60% da participação do capital social das empresas Ieme, Modal, Cabling e Mascaux e foi assim apurado:

	Modal	Cabling	Mascaux	Ieme
Ativos líquidos e passivos assumidos na data de aquisição	1.573.763	1.362.917	435.458	4.541.242
Custo de aquisição	3.756.565	3.281.323	652.112	3.988.015
% participação adquirida	60%	60%	60%	60%
"GOODWILL"	**2.812.307**	**2.463.573**	**390.837**	**1.263.270**

23. Propriedades de investimento

	2017	2016
	Nível 3*	**Nível 3***
Saldo inicial	341.946.050	328.898.759
Transferência para ativo fixo tangível	-11.396.894	-2.300.000
Aquisições	2.240.293	14.145.858
Reservas de conversão cambial	-1.240.464	286.149
Alienação	0	-1.620.000
Alteração no justo valor	-498.428	2.535.284
TOTAL	**331.050.555**	**341.946.050**

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 (não aplicável a propriedades de investimento mensuradas ao custo de aquisição)

	2017	2016
Palácio do Gelo Shopping	146.366.000	146.600.000
Projeto Golfe Montebelo Resort	64.374.614	64.484.614
Projeto Urbeira	33.500.000	33.500.000
Edifício hospitalar	26.879.269	26.810.187
Edifícios Vista Alegre Atlantis	19.013.000	24.585.908
Projeto Santa Luzia	12.900.000	12.900.000
Empreendimento Condomínio de Belo Horizonte (Moçambique)	8.497.290	10.267.147
Terrenos para valorização	6.999.734	6.337.244
Projeto Alagoa II	6.875.000	5.310.000
Espaço comercial Quinta do Bosque	5.598.701	5.648.701
Espólio de peças de coleçao Vista Alegre	0	5.457.886
Agrovisa (Terreno Xinavane)	46.948	44.363
TOTAL	**331.050.555**	**341.946.050**

As propriedades de investimento em uso estão mensuradas ao justo valor, determinado pela utilização do "discounted cash flow" (DCF) e as propriedades em desenvolvimento ou para valorização estão mensuradas ao justo valor, determinado pelo método do DFC, método dos comparativos ou método dos custos. Nos casos em que o justo valor não pode ser determinado fiavelmente, as propriedades de investimento são mantidas a custo.
De acordo com o método de DFC, o justo valor de um imóvel é estimado com base no valor atual dos fluxos de caixa que se espera que o imóvel venha a gerar no futuro, com base nas projeções financeiras relativas ao negócio desenvolvido ou a desenvolver (arrendamento). Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa de desconto a qual reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos associados aos "cash flows".
O método comparativo tem por referência os valores de imóveis similares e pretende estimar o valor presumível de venda.
O método dos custos considera que o valor do bem é o somatório dos custos de aquisição do terreno, construção, projetos, licenciamentos, encargos financeiros, encargos com a comercialização e lucro estimado para o projeto.
No caso das propriedades de investimento que não estão a gerar rendimentos, foram descontados, nomeadamente, os custos estimados com a construção e desenvolvimento do projeto.
As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes acreditados (PricewaterhouseCoopers Assessoria de Gestão, Lda, Figueira Center Imobiliária, J. Curvelo e J.F, Lda) com a qualificação e experiência necessária em avaliações de imóveis.
Os modelos de avaliação usados são consistentes com princípios preconizados pela IFRS 13.
No exercício de 2017, não existiram alterações na técnica de valorização das propriedades de investimento. As propriedades de investimento incluem um conjunto de terrenos adquiridos há vários anos para desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária do Grupo, mas que, no atual contexto financeiro, estão detidos para valorização futura.
No decorrer de 2017, a "Fábrica" Quinta Nova, cujo espaço passou a ser utilizado como armazém, e o espólio de peças de coleção Vista Alegre foram transferidas para Ativo fixo tangível.
Considera-se na determinação do justo valor das propriedades de investimento a sua melhor utilização possível (highest and best use).

PALÁCIO DO GELO SHOPPING
A avaliação do Palácio do Gelo teve como base os seguintes pressupostos:

	2017	2016
Taxa de desconto	7,56% a 7,55%	7.04% a 7.03%
Taxa de desconto da perpetuidade	7,03%	7,0%
Taxa de ocupação	96%	98%
Taxa de crescimento das vendas	0% a 7%	0% a 7%
Taxa de crescimento de rendas de perpetuidade	2,4%	1,7%

Uma descida de 1 p.p. na taxa de ocupação das lojas reduziria o valor da avaliação para 145 milhões de euros. Esta variação na taxa de ocupação, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 133 milhões de euros (14 p.p. na ocupação e mais 0,5 p.p. na taxa de desconto) e num valor máximo de 162 milhões de euros (manutenção da ocupação e menos 0,5 p.p. na taxa de desconto).
O crescimento das rendas variáveis associado apenas a 80% das vendas dos lojistas, previstas no cenário base, traduzir-se-ia num valor de 145 milhões de euros e um aumento da taxa de crescimento das rendas variáveis associado a 105% das vendas dos lojistas traduzir-se-ia num valor de 147 milhões de euros, conjugada com o aumento da taxa de desconto de 0,5 p.p. seria de 133 milhões de euros. O crescimento das rendas variáveis associado a 105% das vendas dos lojistas conjugado com a diminuição da taxa de desconto em 0,5 p.p. aumentaria o valor de avaliação para 162 milhões de euros.

Durante o exercício de 2017, o valor das rendas dos espaços comerciais do Palácio do Gelo atingiu cerca de 10,5 milhões de euros (2016: 10 milhões de euros). O número de visitantes voltou a crescer em 2017, registando-se o melhor ano desde a inauguração do Shopping. Desde abril de 2008 até à data, o número de visitantes no Palácio do Gelo supera já os 86 milhões. A taxa de ocupação manteve-se nos 86%, em linha com o valor registado em 2016.

PROJETO GOLFE MONTEBELO RESORT

O Projeto Golfe Montebelo Resort visa colmatar as carências e potenciar as características do Campo de Golfe de 27 buracos, existente no local há largos anos. Além de valorizar e revitalizar a área do Golfe, irá permitir a sua dinamização e o reconhecimento daquela área como um lugar urbano e parte articulada da cidade, criando um núcleo desportivo-turístico de prestígio numa única unidade.
São cerca de 168.421 m^2 de construção, dividido por moradias (68.913 m^2), apartamentos (70.506 m^2) e Hotel de 5 estrelas (29.003 m^2). A intervenção distingue-se em 3 áreas diferenciadas; a primeira destinada à rede imobiliária, de pequena expressão e que não colide com a área de Resort. O projeto prevê também uma área comum de serviços, equipamento e comércio.

Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2017	2016
Terreno para moradias	68.913 m^2	45.480.000	45.500.000
Terrenos para apartamentos	70.506 m^2	16.100.000	16.220.000
Terreno para hotel	29.003 m^2	1.910.000	1.880.000
Adições por construção de infra-estruturas		884.614	884.614
TOTAL	**168.421 m^2**	**64.374.614**	**64.484.614**

PROJETO URBEIRA

O denominado terreno "Urbeira", que é uma propriedade com cerca de 279.860 m^2 situada a sudoeste da Cidade de Viseu e que se encontra a uma distância de apenas 3 Km do centro da Cidade, tem um projeto imobiliário aprovado com uma viabilidade de construção de 137.421 m^2 divididos por habitação, comércio e serviços.
O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m^2 de 119 euros.

EDIFICIO HOSPITALAR

Em dezembro de 2014, o Grupo celebrou um acordo com o Grupo José de Mello Saúde para a construção do hospital CUF – Viseu e posterior arrendamento. O imóvel está arrendado à José de Mello Saúde por um período inicial de 25 anos, prorrogável por mais 10 anos. Este imóvel com uma área de construção de 20.234 m^2 abriu em junho de 2016, sendo oficialmente inaugurado a 29 de novembro de 2016.
O justo valor foi determinado através do método dos DFC, com base nas rendas negociadas.

EDIFÍCIOS VISTA ALEGRE ATLANTIS

Tratam-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do grupo, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinados a venda.
A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado.
Relativamente às propriedades de investimento arrendadas, existem contratos de arrendamento de duração limitada, normalmente de cinco anos, renováveis automaticamente por períodos de um ano se não denunciados.

O justo valor foi determinado pela J. Curvelo como se segue:

Edifícios Vista Alegre Atlantis	Justo valor (euros)	Técnica de avaliação	Avaliador	Localização	Pressupostos	Intervalos (média em euros)
"Fábrica" Angolana	465.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Marinha Grande	preço por m²	22,61
Pinhais	970.000	Método dos custos	J. Curvelo	Alcobaça	preço por m²	26,17
L. Barão Quintela	5.400.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m²	1.431,36
Imóveis diversos	2.592.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	182,70
Terrenos rústicos	19.300	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	1,90
Terrenos Vale do Ílhavo	140.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	70,00
R. Neves Ferreira	370.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m²	513,89
Terrenos RAN	130.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	2,45
Urbanização I	1.517.700	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	239,57
Urbanização II:						
Loteamento Bairro e terr. anexos	4.853.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	75,01
Loteamento da Murteira	1.096.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	34,23
Loteamento da Rua Fáb. VA	1.460.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m²	84,87
TOTAL	**19.013.000**					

PROJETO SANTA LUZIA
O denominado "Terreno Santa Luzia", que tem 27.978 m² de área de implantação e 38.519 m² de área de construção, é, sem dúvida, considerando a sua localização de excelência, uma das melhores ofertas imobiliárias da cidade, fundamentalmente pela sua proximidade face às novas vias estruturantes da cidade e pela proximidade do grande polo comercial e de serviços que constitui o Palácio do Gelo, o Hospital da CUF e o Centro Escolar Viseu Estrela.
O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 461 euros.

EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DE BELO HORIZONTE (MOÇAMBIQUE)
O terreno do Condomínio do Belo Horizonte, localizado em Matola, está integrado numa zona residencial constituída predominantemente por moradias isoladas do segmento médio/alto.
O terreno do Condomínio Belo Horizonte está integrado numa zona residencial consolidada, constituída por moradias isoladas de qualidade média/alta, e é constituído por 69 lotes, com uma área total de 67.667 m². O seu justo valor apurado por uma entidade independente especializada, após obtenção de licença de construção em 16 de dezembro de 2013, é de 9 milhões de euros, registando uma diminuição face ao ano transato.

TERRENOS PARA VALORIZAÇÃO
A 31 de dezembro de 2017, alguns imóveis em valorização foram mantidos ao custo de aquisição, pelo facto do seu justo valor não ser fiavelmente mensurado em consequência por exemplo de ausência de projetos aprovados pelas entidades oficiais. Dentre os ativos nestas condições destaca-se o terreno Quinta dos Areais.

PROJETO ALAGOA II
Este terreno, propriedade da Movida, tem cerca de 6.769 m² e uma área de construção de 13.929 m². Situa-se em zona localizada entre o Palácio do Gelo e o Hospital CUF Viseu.
O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, mais o método do custo de reposição, com um preço médio por m² de 1015 euros.

ESPAÇO COMERCIAL QUINTA DO BOSQUE
O denominado "Espaço comercial Quinta do Bosque", que tem 14.787 m² de área de construção, está localizado na cidade, junto ao Hotel Montebelo, numa zona predominantemente residencial. Destina-se à construção de um espaço de comércio e serviços no sentido de ampliar a oferta na região centro.
O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 2.765 euros, aparentemente elevado, mas que se justifica pelo facto da área do lote em análise ser muita pequena comparativamente à área de construção prevista.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DADAS EM GARANTIA E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS
A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 apenas o Palácio do Gelo foi dado como garantia a empréstimos bancários.
A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, não existem obrigações contratuais de comprar, construir ou desenvolver as propriedades de investimento.

24. Ativos intangíveis

	Projetos de desenvolvimento e programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	**1.217.673**	**79.448.418**	**75.094**	**80.741.185**
Aumentos	348.049	2.623.539	423.389	3.394.978
Alienações/transferências	-29.828	647.798	-153.003	464.967
Efeito cambial	-100.532	-56.323	-25.438	-182.292
Amortizações do exercício	-596.865	-587.630	0	-1.184.495
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	**838.497**	**82.075.803**	**320.043**	**83.234.343**
A 31 de dezembro de 2016				
Custos de aquisição	4.507.340	84.483.565	320.043	89.310.947
Amortizações acumuladas	3.668.843	2.407.761	0	6.076.604
Ativos intangíveis	**838.497**	**82.075.803**	**320.043**	**83.234.343**
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	**838.497**	**82.075.803**	**320.043**	**83.234.343**
Aumentos	1.009.010	19.186.636	58.518	20.254.164
Alienações/transferências	-259.346	685.060	-158.647	267.068
Alterações ao perímetro	3.313	4.762	0	8.075
Efeito cambial	48	152.352	10.246	162.647
Amortizações do exercício	-778.141	-1.912.655	0	-2.690.797
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	**813.381**	**100.191.958**	**230.161**	**101.235.499**
A 31 de dezembro de 2017				
Custos de aquisição	5.554.380	103.916.137	230.161	109.700.677
Amortizações acumuladas	4.740.999	3.724.179	0	8.465.178
Ativos intangíveis	**813.381**	**100.191.958**	**230.161**	**101.235.499**

Na rubrica de "Outros ativos Intangíveis" destaca-se o valor da marca Vista Alegre (cerca de 80 milhões de euros), atribuída por uma entidade independente especializada, aquando da aquisição do Grupo Vista Alegre Atlantis.
Para efeitos de teste de imparidade, o valor da marca foi alocado às unidades geradoras de caixa correspondentes (segmentos porcelana e cristal da Vista Alegre), tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 7% (2016: 7%).
Simultaneamente, o valor da marca é regularmente validado através de uma avaliação realizada pela Brand Practice cuja última avaliação por referência a 31 de dezembro de 2016 suporta o valor de balanço da marca.
Para além disso, destaca-se o valor da aquisição do direito irrevogável de utilização (IRU) de conectividade de tráfego internacional de internet (cerca de 19 milhões de euros), adquirido em 2017 pela TVCABO Angola.

25. Ativos financeiros disponíveis para venda

Participações no capital	Reserva justo valor 2016	Valor de balanço 2016	Reserva justo valor 2017	Valor de balanço 2017
PHAROL, SGPS, SA	0	4.220.292	535.434	4.016.760
EDP – Energias de Portugal, SA	7.935.515	44.329.215	0	0
NOS, SGPS, SA	16.253.531	36.458.809	0	0
TOTAL	**24.189.046**	**85.008.317**	**535.434**	**4.016.760**

Durante o ano 2017, o Grupo Visabeira vendeu todas as ações que detinha da EDP e da NOS. As ações da PHAROL tiveram uma valorização positiva de cerca de 690 mil euros.
À data de 31 de dezembro, o valor acumulado de desvalorização das ações ainda detidas ascende a 162,3 milhões de euros.
Os valores apresentados como "Reserva justo valor" encontram-se líquidos do respetivo efeito fiscal.

26. Inventários

	Matérias-primas	Mercadorias	Produtos acabados	Produtos e trabalhos em curso	Total
31 de dezembro de 2016					
Custo	23.565.768	22.222.529	98.612.810	21.158.457	165.559.564
Ajustamentos	-3.189.030	-3.128.813	-18.839.278	-1.546.397	-26.703.518
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	**20.376.738**	**19.093.716**	**79.773.533**	**19.612.059**	**138.856.046**
31 de dezembro de 2017					
Custo	20.734.033	22.973.164	91.269.723	20.143.675	155.120.595
Ajustamentos	-3.200.445	-3.696.383	-19.582.479	-1.018.756	-27.498.063
Inventários ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	**17.533.588**	**19.276.781**	**71.687.245**	**19.124.919**	**127.622.533**

De salientar o contributo da sub-holding Visabeira Imobiliária para esta rubrica (nota 10.a).

27. Clientes e outros devedores

	2017	2016
Clientes – conta corrente	108.653.551	129.376.456
Clientes – saldos de cobrança duvidosa	13.932.409	14.810.197
Saldos devedores de fornecedores	1.697.808	1.036.052
Clientes – títulos a receber	54.956	0
Outros devedores	6.541.371	0
	130.880.095	**145.222.705**
Ajustamentos de dívidas a receber	-14.968.662	-15.409.621
TOTAL	**115.911.433**	**129.813.084**

Os montantes escriturados encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, France Telecom, Belgacom, PT, Nos, EDP e as concessionárias de gás natural.

A maturidade dos montantes a receber na rubrica de clientes – conta corrente tem o seguinte detalhe:

	Meses de antiguidade após a data de vencimento				
Clientes – conta corrente e outros devedores	0 – 6	6 – 12	12 – 18	> 18	Total
2017	81.832.027	9.429.307	4.405.298	19.528.289	**115.194.922**
2016	91.906.288	10.590.140	4.947.630	21.932.398	**129.376.456**

Nos valores a receber com antiguidade superior a 18 meses destaca-se o saldo da TDM – Telecomunicações de Moçambique (2017: 4 milhões de euros; 2016: 2,2 milhões de euros).
O Conselho de Administração entende que o ajustamento das dívidas a receber é adequado.

28. Estado e outros entes públicos

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre o rendimento	897.306	1.563.441	2.085.538	2.474.982
Retenções de impostos sobre rendimentos de terceiros	0	0	96.759	14.715
Imposto sobre o valor acrescentado	1.098.783	1.813.181	14.462.864	9.281.529
Contribuições para a segurança social	0	0	3.326.556	1.809.693
TOTAL	**1.996.090**	**3.376.622**	**19.971.718**	**13.580.920**

29. Outros ativos correntes

	2017	2016
Acionistas – empréstimos	31.640.684	46.258.784
Especialização da margem	87.771.731	74.597.714
Outras especializações	10.171.385	9.039.366
Outros devedores	4.952.516	10.625.098
Adiantamentos a fornecedores	331.898	4.871.997
Empresas participadas – empréstimos	738.154	722.173
TOTAL	**135.606.367**	**146.115.132**

O valor da especialização de margem diz respeito a proveitos incorridos em 2017 mas apenas faturados em 2018, e está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.

30. Ativos financeiros detidos para negociação

	N.º ações		Valor de balanço	
	2017	2016	2017	2016
Participações no capital				
BCP	147.164	147.164	640.458	157.613
Outras participações empresas cotadas		-	63.061	46.367
TOTAL			**703.519**	**203.980**

31. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Depósitos à ordem	34.537.500	41.302.379
Depósitos a prazo	9.440.545	3.000.312
Caixa	388.744	400.549
Aplicações de tesouraria	1.651.937	1.833.862
TOTAL	**46.018.726**	**46.537.101**

32. Capital social

O Capital Social autorizado está representado por 23.025.126 ações ao portador, com o valor nominal unitário de cinco euros e está realizado no montante de 115.125.630 euros.
À data de 31 de dezembro de 2017, o acionista maioritário Fernando Campos Nunes, detinha, direta e indiretamente, 99,45% do Grupo Visabeira (2016: 83,768%), possuindo 22.898.487 ações. Durante o exercício em análise, o acionista maioritário adquiriu 496.315 ações à Caixa Capital e 813.194 ações à Portugal capital Ventures.

33. Ações próprias

No decorrer do ano de 2017 o Grupo Visabeira alienou a totalidade das ações próprias que detinha (2.302.512 ações) ao acionistas maioritário, NCFGest, SGPS, SA.

34. Resultado por ação

	2017	2016
Básico		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	45.657.109	24.383.960
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.025.126	23.025.126
Resultado por ação básico	**1,983**	**1,059**
Diluído		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	45.657.109	24.383.960
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.025.126	23.025.126
Resultado por ação diluído	**1,983**	**1,059**

35. Resultados retidos e outras reservas

	2017	2016
Resultados retidos	127.408.263	129.736.087
Investimentos financeiros – "Swaps"	129.012	102.830
Reservas	68.891.352	59.032.944
Reserva justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	535.434	24.189.046
Reservas de conversão cambial	-53.293.471	-51.294.501
TOTAL	**143.670.590**	**161.766.406**

A legislação comercial portuguesa estabelece que se deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas. O saldo dos resultados retidos não se encontra totalmente disponível para distribuição, na medida em que incluiu os ganhos por aumento de justo valor em propriedades de investimento.

36. Interesses que não controlam

	% Interesses que não controlam		Valor do balanço		Resultados atribuídos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Visabeira Global						
TV Cabo Angola, Lda	50,00	50,00	47.659.034	20.893.139	2.936.171	2.768.307
Visabeira, Lda	40,00	40,00	3.746.467	3.447.219	371.248	151.354
TV Cabo Moçambique, Lda	50,00	50,00	1.925.296	1.013.883	768.005	56.025
Televisa, Lda	50,00	50,00	255.064	1.565.617	-956.390	869.038
Ieme	40,00	0,00	1.830.728	0	14.231	0
Modal	40,00	0,00	736.017	0	106.512	0
Cabling	40,00	0,00	697.072	0	151.906	0
Visabeira Indústria						
Vista Alegre, SA	5,88	18,40	6.245.643	8.437.587	288.381	325.692
Pinewells, SA	0,00	44,00	0	2.021.598	0	-472.279
Ambitermo, SA	49,00	49,00	2.964.545	2.689.187	538.894	277.406
Bordallo Pinheiro, Lda	16,01	16,01	758.151	627.663	130.488	45.216
Bordalgest, SA	0,00	44,00	0	597.765	0	15.505
Visabeira Participações Financeiras						
PDA, SA	45,00	45,00	1.778.124	1.804.206	-26.082	8.208
Outros			1.259.156	1.078.503	113.238	-138.082
TOTAL			**69.855.298**	**44.176.368**	**4.436.601**	**3.906.390**

Destaque para os interesses que não controlam, de 40%, das empresas adquiridas durante o exercício de 2017 no mercado europeu e para o aumento do valor dos interesses que não controlam da TVCABO Angola, o qual é justificado, em grande parte, pelo impacto da Correção monetária – IAS 29 Angola.

37. Endividamento

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	15.200.000	177.750.000	192.950.000	109.675.000	168.900.000	278.575.000
Empréstimos bancários	67.005.788	123.591.892	190.597.680	73.446.457	103.745.710	177.192.167
Empréstimos por obrigações	32.100.000	168.305.262	200.405.262	0	212.195.301	212.195.301
Subsídios reembolsáveis	4.877.141	6.001.314	10.878.455	4.520.010	13.863.777	18.383.788
Locação financeira	6.458.482	55.987.347	62.445.829	5.172.852	50.901.137	56.073.989
TOTAL	**125.641.411**	**531.635.815**	**657.277.226**	**192.814.320**	**549.605.925**	**742.420.245**

O Grupo não tem financiamentos expressos em moeda diferente do Euro, com exceção da dívida expressa em Metical. Durante o ano de 2017, o impacto das variações cambiais (Metical) traduziu-se num aumento da dívida consolidada de cerca de 1,2 milhões de euros, resultado da valorização do Metical face ao Euro.

37.1 PAPEL COMERCIAL

2017	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SA	3.950.000	0	3.950.000	20/12/2022
Grupo Visabeira, SA	8.900.000	0	8.900.000	20/11/2022
Grupo Visabeira, SA	8.900.000	0	8.900.000	20/11/2022
Grupo Visabeira, SA	800.000	500.000	300.000	26/06/2019
Grupo Visabeira, SA	1.250.000	1.000.000	250.000	09/01/2019
Grupo Visabeira, SA	6.850.000	0	6.850.000	29/09/2019
Grupo Visabeira, SA	41.000.000	4.600.000	36.400.000	30/11/2021
Viatel, SA	3.500.000	3.500.000	0	21/10/2018
Viatel, SA	1.500.000	1.000.000	500.000	19/06/2019
Visabeira Global, SGPS, SA	32.300.000	1.600.000	30.700.000	30/12/2023
Movisa, SA	84.000.000	3.000.000	81.000.000	15/08/2026
TOTAL	**192.950.000**	**15.200.000**	**177.750.000**	

2016	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SA	113.050.000	49.950.000	63.100.000	20/12/2019
Grupo Visabeira, SA	98.400.000	22.400.000	76.000.000	22/02/2023
Grupo Visabeira, SA	9.900.000	9.900.000	0	20/12/2017
Grupo Visabeira, SA	9.900.000	9.900.000	0	20/12/2017
Grupo Visabeira, SA	8.350.000	0	8.350.000	29/09/2019
Grupo Visabeira, SA	4.400.000	4.400.000	0	20/12/2017
Grupo Visabeira, SA	2.250.000	1.000.000	1.250.000	09/01/2019
Grupo Visabeira, SA	1.300.000	500.000	800.000	26/06/2019
Grupo Visabeira, SA	725.000	725.000	0	20/04/2017
Viatel, SA	3.500.000	0	3.500.000	21/10/2018
Viatel, SA	2.500.000	1.000.000	1.500.000	19/06/2019
Visabeira Global, SGPS, SA	19.500.000	7.500.000	12.000.000	30/12/2019
Visabeira Global, SGPS, SA	4.800.000	2.400.000	2.400.000	19/06/2019
TOTAL	**278.575.000**	**109.675.000**	**168.900.000**	

37.2 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Descobertos bancários autorizados	**4.494.823**	**0**	**4.113.091**	**0**
Portugal	2.657.454	0	2.724.951	0
Moçambique	1.144.939	0	1.033.321	0
França	692.429	0	354.819	0
Empréstimos obtidos	**62.510.965**	**123.591.892**	**69.333.367**	**103.745.710**
Portugal	51.639.647	111.573.850	56.779.390	85.692.610
Moçambique	8.196.053	9.035.356	7.943.735	12.638.434
Angola	0	0	2.862.488	2.746.262
França	652.861	1.525.913	871.598	1.257.998
Outros	2.022.405	1.456.773	876.156	1.410.405
TOTAL	**67.005.788**	**123.591.892**	**73.446.457**	**103.745.710**

37.3 EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

2017	Montante	Refinanciamento	Data Liquidação
Corrente			
Grupo Visabeira, SGPS, SA	540.000		05/07/2018
Grupo Visabeira, SGPS, SA	20.000.000	18.000.000	30/09/2018
Grupo Visabeira, SGPS, SA	10.000.000	9.000.000	31/10/2018
Grupo Visabeira, SGPS, SA	760.000		31/10/2018
Grupo Visabeira, SGPS, SA	800.000		29/11/2018
Total corrente	**32.100.000**	**27.000.000**	
Não corrente			
Grupo Visabeira, SGPS, SA	65.000.000	58.500.000	14/07/2019
Visabeira Global, SGPS, SA	2.775.000		29/10/2019
Visabeira Moçambique, SA	3.549.372		23/03/2020
Grupo Visabeira, SGPS, SA	2.030.000		05/07/2020
Grupo Visabeira, SGPS, SA	1.540.000		30/10/2020
Grupo Visabeira, SGPS, SA	1.600.000		26/11/2020
Grupo Visabeira, SGPS, SA	92.500.000	83.250.000	22/07/2021
Total não corrente	**168.994.372**	**141.750.000**	
Custo Amortizado	-689.110		
TOTAL	**200.405.262**	**168.750.000**	

Para o valor corrente dos empréstimos obrigacionistas no montante de 32,1 milhões de euros existe entendimento com as contrapartes para o refinanciamento em 27 milhões de euros. O valor não corrente incorpora emissões obrigacionistas com vencimentos em 2019 e 2021, em que existe entendimento para o seu refinanciamento em 141,8 milhões de euros. De forma geral, estas emissões incluem os "covenants" habituais neste tipo de financiamento, designadamente "pari passu", "cross default", "negative pledge" e "ownership".

37.4 LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Portugal	2.805.831	50.103.357	5.001.206	50.783.114
Moçambique	21.017	20.447	57.397	27.963
Angola	0	0	20.429	0
Bélgica	52.756	37.390	56.280	90.060
Alemanha	150.036	433.792	37.540	0
França	3.428.842	5.392.361	0	0
TOTAL	**6.458.482**	**55.987.347**	**5.172.852**	**50.901.137**

Os saldos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, na rubrica de Outros passivos (nota 39).

37.5 MATURIDADE DA DÍVIDA

Perfil de maturidade contratual:	Portugal	Moçambique	Bélgica	França	Outros	Total
2018	109.280.074	9.362.009	611.719	4.774.132	1.613.477	125.641.411
2019	156.996.280	4.420.808	128.158	3.331.857	525.766	165.402.869
2020	72.585.907	5.735.879	54.940	2.174.952	421.535	80.973.212
2021	64.941.485	1.643.541	52.267	763.373	231.936	67.632.602
2022	72.591.740	537.386	52.267	123.077	51.664	73.356.135
2023 e anos seguintes	143.069.000	267.560	409.423	525.015	0	144.270.998
TOTAL	**619.464.485**	**21.967.184**	**1.308.772**	**11.692.405**	**2.844.379**	**657.277.226**

Os empréstimos contratados, designadamente programas de papel comercial, obrigacionistas e mútuos, incorporam, em geral, para além das condicionantes habituais, cláusulas de cross default, "pari passu" e "negative pledge", a "ownership" do Grupo ou do acionista maioritário.
O valor da dívida corrente incorpora o montante de 23,5 milhões de euros, relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados, e o montante de 32,1 milhões de euros relativo a operacões de empréstimos obrigacionistas e papel comercial em que existe entendimento com as contrapartes para o refinanciamento no montante de 27 milhões de euros. O perfil da maturidade da dívida resultante da concretização destas operações de refinanciamento e das referidas na nota 37.3 passará a ser:

Reperfilamento da maturidade da dívida:	Portugal	Moçambique	Bélgica	França	Outros	Total
2018	62.556.741	8.581.261	611.719	4.774.132	1.613.477	78.137.330
2019	73.897.946	4.198.666	128.158	3.331.857	525.766	82.082.393
2020	52.220.907	6.366.746	54.940	2.174.952	421.535	61.239.079
2021	40.976.485	1.643.541	52.267	763.373	231.936	43.667.602
2022	74.568.407	537.386	52.267	123.077	51.664	75.332.801
2023 e anos seguintes	315.244.000	639.584	409.423	525.015	0	316.818.022
TOTAL	**619.464.485**	**21.967.184**	**1.308.772**	**11.692.405**	**2.844.379**	**657.277.226**

38. Fornecedores e outros credores

	2017	2016
Fornecedores – conta corrente	105.718.148	109.908.576
Fornecedores – títulos a pagar	24.741	35.246
Outros	6.383.630	5.596.902
TOTAL	**112.126.518**	**115.540.725**

39. Outros passivos correntes e não correntes

	2017	2016
Não correntes		
Leasings (Ver nota 37)	55.987.347	50.901.137
Outros	48.974.518	24.120.618
	104.961.864	**75.021.755**
Correntes		
Especialização da margem	56.389.565	50.162.357
Factoring	41.481.141	52.056.470
Custos incorridos a faturar em anos seguintes	21.141.572	22.367.670
Adiantamentos de clientes	8.752.640	8.205.774
Fornecedores de investimento	14.428.712	10.297.336
Remunerações a liquidar	11.660.970	11.492.131
Subsídios ao investimento	9.602.949	8.629.874
Leasings (Ver nota 37)	6.458.482	5.172.852
Investimentos financeiros derivados (Ver nota 41)	26.182	49.914
Adiantamentos por conta de vendas	345.413	365.657
Empresas associadas e participadas	276.459	13.672
Pagamentos diferidos de aquisições de subsidiárias	10.996.142	0
Outros	67.750.108	72.118.380
	249.310.334	**240.932.088**
TOTAL	**354.272.198**	**315.953.842**

Em 2017, o valor dos "especialização da margem" está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.
Na rubrica "Outros", no passivo corrente, estão incluídos instrumentos de dívida de natureza comercial.

40. Locações operacionais

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração de resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Os pagamentos futuros associados à totalidade dos contratos são os seguintes:

	2017	2016
Pagamentos até 1 ano	6.447.435	7.552.324
Pagamentos entre 1 e 5 anos	17.329.285	21.379.709
Pagamentos a mais de 5 anos	31.957.282	36.285.287
TOTAL	**55.734.003**	**65.217.319**

Estes valores, na sua grande maioria, dizem respeito a contratos de arrendamento de hotéis e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os 5 e os 20 anos, com opção de renegociação após esse período. Os pagamentos são atualizados anualmente, refletindo valores da inflação e/ou de mercado.
Estes contratos são canceláveis mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações correspondem maioritariamente às rendas vincendas até ao término dos contratos, as quais ascendiam, no final de 2017, a 55,7 milhões de euros (2016: 65,2 milhões de euros).

As rendas e alugueres reconhecidos como gasto, encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2017	2016
Imóveis	4.976.665	3.842.479
Equipamento transporte	3.385	2.052.633
TOTAL	**4.980.050**	**5.895.112**

41. Riscos financeiros

O Grupo Visabeira tem sempre presente, na primeira linha da sua matriz de controlo, o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio e, por isso, está sensibilizado para a importância da gestão do risco de crédito e da proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, quer no mercado interno quer no externo.
Neste enquadramento, o Grupo assume desde sempre a importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no "cash flow", nos resultados e no valor da empresa, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa gestão desses riscos, formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.
O Grupo tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos, que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, desse modo, poder pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

RISCO DA TAXA DE JURO
A exposição do Grupo ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e os empréstimos concedidos às suas participadas são na sua maioria remunerados a uma taxa fixa. Consequentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante.
O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira, no final de Dezembro de 2017, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos ao estrangeiro.
Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro tem-se privilegiado a contratação de financiamentos pelas diversas participadas, particularmente em Moçambique, na moeda local.

O Grupo Visabeira apresenta, à data de balanço, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura, deste indexante para 2,7 milhões de euros, contratado em 2015 com um valor "mark to market" de -26 mil euros, como segue:

Empresa	Descrição	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Naturenergia, SA	"Swap" Euribor 3M	3.000.000	"Interest Rate Swap"	8 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes derivados encontra-se refletido na demostração da posição financeira, como segue:

Empresa		Valor de balanço 2017	Valor de balanço 2016
Naturenergia, SA	"Swap" Euribor (3M€)	-26.182	-49.914
TOTAL		**-26.182**	**-49.914**

A taxa Euribor, a três meses, iniciou em Outubro de 2008 uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional, o que levou a que a mesma tenha registado uma tendência de queda ao longo dos últimos anos atingindo, em 2015, valores negativos. A taxa iniciou o ano de 2017 com o valor de -0,318%, e no final do ano fixou-se nos -0,329%. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, o Grupo estima que os resultados decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas no curto prazo.

RISCO DA TAXA DE CÂMBIO

O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Nestes mercados, a moeda local está fortemente correlacionada com o dólar americano com uma tendência histórica de desvalorização. Em Moçambique, após um período de desvalorização do metical moçambicano, registou-se no último ano uma valorização de 16,95% do metical face ao dólar americano. Em Angola, a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola para o kwanza, desde o primeiro trimestre de 2016, esteve fixa até ao final de 2017. O governo angolano iniciou contudo em 2018 um processo conducente a uma desvalorização da moeda nacional, eliminando o "peg" face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica, A moeda europeia passou a ser a referência para o mercado de Angola, desde o início de 2017, por causa das restrições que afetaram os bancos correspondentes. No mês de Janeiro de 2018, a moeda angolana acumulou uma depreciação de 39% face ao euro e de 25% para o dólar. Os resultados financeiros consolidados incorporam perdas cambiais resultantes de contratos de fixação de taxa de câmbio no valor de 11,3 milhões de euros.

RISCO DE FLUXOS DE CAIXA

A tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo são geridos por uma organização global e centralizada, que permite reduzir os riscos de fluxos de caixa, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O recurso ao "factoring" permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento, com a inerente antecipação de recebimentos, e facilita uma melhor gestão de tesouraria, através da obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2017, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 41,4 milhões de euros.

O Grupo mantém adicionalmente contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maior parte das empresas participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações.

Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento que permitem elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.

Há muitos anos que o Grupo Visabeira mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 85% e no mercado externo, exceto Angola, é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou coberturas adicionais, que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, para clientes situados no mercado doméstico e nos mercados externos. Ademais assegura neste modelo a obtenção de coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou garantir um montante superior ao dobro da cobertura existente, até ao limite de cem mil euros, para clientes situados nos mercados externos.
As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno, fatores que o modelo de decisão permite controlar assertivamente.
Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 15% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet e das atividades de turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve neste ano um peso de 2,17%.
As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas de telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2017, representaram cerca 68% do volume de negócios consolidado. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a Orange (France Telecom), MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, NOS Multimédia, EDP Distribuição, GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France e ERDF – Electricite Reseau Distribuition France, TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Hidroelectrica de Cahora Bassa, Moçambique Celular, Vodacom Moçambique, e as concessionárias de gás natural, entre outras.

RISCO DE LIQUIDEZ
O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez de forma a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, e a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.
No ano 2017, o Grupo procedeu à venda das ações por si detidas na Nos Multimédia, na EDP e, parcialmente, da Pharol, tendo procedido ao reembolso do financiamento na forma de Papel Comercial associado às referidas ações. Foram ainda contratadas linhas com maturidade mais longa que reduziram, de forma relevante, o risco de liquidez:

I. o leasing imobiliário relativo ao Palácio do Gelo Shopping com um capital em dívida de 36,5 milhões de euros, passou a uma operação com valor residual equivalente exigível apenas em 2026;

II. associado ao referido ativo, foi contratado um programa de papel comercial no valor de 85 milhões de euros, com reduções de valor nominal crescente até 2026 e com um valor "bullet" de 42,5 milhões de euros;

III. foi contratado um mútuo no valor de 20 milhões de Euros, com reembolso "bullet" em 2022 e um Programa de Papel Comercial, no valor de 32,3 milhões de euros, com um plano de redução do valor nominal anual de cerca de 5% até 2021, inclusive, e o remanescente nos dois anos seguintes; o papel comercial que vencia em dezembro de 2017 foi estendido em cinco anos passando a vencer "bullet" em 2022 no montante 21,75 milhões de euros.

Ainda no ano 2017, a Visabeira Global procedeu à liquidação de uma conta corrente de curto prazo, no montante de 8 milhões de euros, e de um Programa de Papel Comercial de maturidade mais curta, no valor de 24,3 milhões de euros. Estas operações vieram reforçar os capitais permanentes da Visabeira Global conferindo-lhe uma maior solidez financeira e diminuindo o risco de liquidez. Destaque também para a libertação da primeira tranche do financiamento do Banco Europeu de Investimento à TV Cabo Angola, no valor de 17,5 milhões de euros, com um período de carência de dois anos e que tem vencimento em 2024.
O valor da dívida de curto prazo incorpora o montante de 23,5 milhões de euros, relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados, e o montante de 32,1 milhões de euros, relativos a operações de empréstimos obrigacionistas, papel comercial em que existe entendimento com as contrapartes para o refinanciamento das respetivas operações.
A dívida residual de curto prazo ascenderá a 70 milhões de euros, representado cerca de 11% da dívida consolidada.
No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 28,5 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo ascenderá a cerca de 41,5 milhões de euros, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o ano (o qual estima que ascenda, após impostos, a 123 milhões de euros, em 2018).

Para além do investimento no projeto de expansão da TV Cabo Angola, apoiado pelo Banco Europeu de Investimento, o Grupo dispõe de linhas de financiamento aprovadas no quadro do programa Portugal2020 e junto de instituições financeiras que perfazem 22 milhões de euros. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2018. Em simultâneo, será necessário negociar o "revolving" parcial de alguns compromissos de curto prazo, cuja renovação consideramos de expectativa favorável forte, na medida em se concentra em entidades parceiras com longo histórico de relacionamento e instituições que incrementaram recentemente o envolvimento com o Grupo. A dívida do curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota "B" que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade adequada para cumprir os seus compromissos financeiros. A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo e de médio e longo prazo com BB+, com tendência positiva.
O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 0,81 no ano de 2017, comparando com 0,8 em 2016, o que demonstra a melhoria da adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes face ao ano anterior.

OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pela IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das categorias previstas, é assim discriminado:

	2017	2016
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Clientes e outros devedores	115.911.433	129.813.084
Estado e outros entes públicos	1.996.090	3.376.622
Outros ativos correntes (adiantamentos a fornecedores e outros devedores)	135.606.367	146.115.132
Caixa e equivalentes de caixa	46.018.726	46.537.101
Ativos financeiros registados ao justo valor		
Ações cotadas	4.016.760	85.008.317
Derivados de cobertura de fluxos de caixa registados ao justo valor	-26.182	-49.914
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Dívida de longo prazo	475.648.468	498.704.788
Dívida de curto prazo	119.182.929	187.641.468
Contas a pagar	112.126.518	115.540.725
Acréscimo de custos	68.076.717	61.704.403
Passivo financeiro registado de acordo com a IAS 17 – Locações	62.445.829	56.073.989

MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

No quadro seguinte, apresenta-se a hierarquia de justo valor dos ativos e passivos detidos pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Ativos mensurados ao justo valor – 2017				Ativos mensurados ao justo valor – 2016			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor								
Propriedades de Investimento	**331.050.556**			331.050.556	**341.946.050**			341.946.050
Ativos financeiros detidos para venda	**4.016.760**	4.016.760			**85.008.317**	85.008.317		
Ativos financeiros detidos para negociação	**703.519**		703.519		**203.980**		203.980	
Passivos mensurados ao justo valor								
Instrumentos financeiros – "Swaps"	**26.182**		26.182		**49.914**		49.914	

Não foram efetuadas transferências entre os níveis 1 e 2 nos exercícios de 2017 e 2016.
O justo valor dos empréstimos remunerados de bancos é considerado próximo do valor escriturado, atendendo à renegociação recente dos empréstimos mais significativos e das taxas de mercado praticadas.

RISCO DE CAPITAL

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a assegurar uma maior eficiência fiscal e a redução do custo médio de capital.

	2017	2016
Empréstimos não correntes	531.635.815	549.605.925
Empréstimos correntes	125.641.411	192.814.320
Dívida de confirming	-37.054.022	-34.006.941
Ativos financeiros disponíveis para venda	-4.016.760	-85.008.317
Dívida alocada a imobiliária, inv. em curso e ainda não geradores EBITDA	-160.898.576	-173.444.008
Disponibilidades	-46.018.726	-46.537.101
Dívida operacional	**409.289.141**	**403.423.877**
Subsídios ao investimento	9.602.949	8.629.874
Total do capital próprio	373.145.096	330.621.960
Capital e subsídios	**382.748.045**	**339.251.834**
Dívida operacional/total do capital	**1,1**	**1,2**

42. Contingências

a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (Nota 43) para estes processos judiciais e contingências fiscais de forma a fazer face à saída provável de recursos.

b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com as informações dos advogados e consultores que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	2017	2016
Responsabilidade civil	329.187	329.187
Outras contingências	16.865.421	25.517.078
TOTAL	**17.194.608**	**25.846.265**

Não se espera que existam perdas significativas decorrentes destes processos.

43. Provisões

	2017	Aumentos/Diminuições	2016
Pensões de reforma	1.464.727	-897.985	2.362.712
Outros	12.876.544	8.405.067	4.471.477
	14.341.270	**7.507.082**	**6.834.189**

43.1 PENSÕES DE REFORMA

O Grupo VAA tem em vigor vários planos de benefício de reforma definidos, uns a cargo do Fundo de Pensões (Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA) e outros a cargo do próprio Grupo, ("Plano de benefícios definido – sem Fundo").

A cargo da Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, existem dois fundos:

- Um denominado de Adesão Coletiva Atlantis e tem duração indeterminada. São participantes deste fundo todos os empregados do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, SA, oriundos da Ex Atlantis – Cristais de Alcobaça, SA, admitidos ao serviço da Associada até 31 de dezembro de 2013, inclusive, e que reúnam as exigências de elegibilidade previstas no próprio Plano de Pensões, ou seja todos os participantes que completem 65 anos, e que tenham no mínimo dez anos de serviço na associada, têm direito a uma pensão complementar por velhice calculada nos termos do Plano de Pensões.
  Este fundo é financiado pelo Fundo de Pensões Viva.
- Outro, denominado por Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre, igualmente de duração indeterminada, que integra os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, SA, oriundos da ex-Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, SA e da Vista Alegre Grupo – Vista Alegre Participações SA, que tenham estabelecido contrato individual de trabalho antes de 20 de dezembro de 1976 e que estejam abrangidos pelo CCT para a Indústria Cerâmica.
  O plano de pensões Grupo Vista Alegre é financiado pelo Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre.

As responsabilidades do Grupo são as seguintes:

	2017	2016
Passivo – Provisões para pensões de reforma		
Benefícios de reforma – Plano de benefício a cargo do Grupo VAA	-1.464.727	-2.362.712
Ativo – Acréscimos de proveitos		
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido com fundo constituído	141.495	85.859

Em 31 de dezembro de 2017, o valor das responsabilidades - sem fundo inclui uma provisão relacionada com um ex-administrador do Grupo Vista Alegre no montante de 957 mil euros (em dezembro de 2016: 1,8 milhões de euros). A provisão diz respeito ao complemento de pensão de reforma de um ex-administrador. Em dezembro de 2014 o Supremo Tribunal de Justiça considerou a atribuição da pensão de reforma ao ex-administrador. A partir de fevereiro de 2018 a pensão de reforma foi reduzida ao abrigo de determinadas disposições legais. Esta decisão encontra-se suportada nos assessores legais do Grupo Vista Alegre, tendo determinado uma redução da provisão no montante de 349 mil euros.

O quadro a seguir resume a composição do custo líquido com pensões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 reconhecido na demonstração consolidada dos resultados em gastos com o pessoal:

	2017	2016
Custos operacionais		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	-10.997	-12.301
Proveitos operacionais		
Plano de benefício definido com fundo constituído	58.259	72.377

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO A CARGO DO GRUPO VAA
A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada diretamente pelo Grupo, sendo atualmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).

Movimento ocorrido no exercício no Grupo VAA:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	**2.362.712**	**2.916.885**
Custos com juros + ganhos/perdas atuariais + reforço provisões	-172.025	172.569
Reformas pagas	-725.960	-726.742
Saldo em 31 de dezembro	**1.464.727**	**2.362.712**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO COM FUNDO CONSTITUÍDO
As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).
Valores reconhecidos no balanço no Grupo VAA:

	2017	Aumento/Diminuição	2016
Valor presente das obrigações	-2.540.120	243.636	-2.783.756
Valor de mercado do fundo	2.681.615	-188.000	2.869.615
Ativo reconhecido no balanço	**141.495**	**55.636**	**85.859**

43.2 OUTROS

A provisão apresentada na linha de "Outros" destina-se, principalmente, a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos de índole contratual, laboral e fiscais nos quais as empresas do Grupo estão envolvidas.

44. Garantias prestadas

Nas garantias reais há a destacar 120 milhões de euros respeitantes ao Palácio do Gelo, 11 milhões de euros referentes ao Grupo Vista Alegre e ainda 26,6 milhões de euros da Cerutil.

	2017	2016
Garantias reais	313.920.408	379.218.639
Garantias financeiras	33.524.290	18.508.947
Garantias técnicas/boa execução obra	15.172.222	10.170.460
TOTAL	**362.616.920**	**407.898.047**

No Grupo Vista Alegre existe ainda um penhor sobre as marcas, a favor dos bancos, em paridade e na proporção de cinquenta por cento para cada um.

45. Partes relacionadas

	Ano	Vendas a partes relacionadas	Compras a partes relacionadas	Juros suportados	Juros obtidos	Valores a receber de partes relacionadas	Valores a pagar a partes relacionadas
Acionistas	2017	0	0	0	3.373.051	91.102.340	474.355
	2016	0	0	0	2.985.046	109.355.837	24.120.618
Associadas e outras participações	2017	2.438.704	1.259.546	9.567	0	12.198.434	2.072.162
	2016	1.925.720	944.540	62.621	0	15.972.413	1.962.946

De salientar ainda um valor de 18 milhões a receber da NCFTRADETUR, empresa do Grupo NCFGEST, referente à venda de um imóvel durante o exercício de 2016, cujo o preço de compra será liquidado por sessão de posição contratual e assunção de dívida de crédito hipotecário de montante equivalente.

46. Eventos subsequentes à data do balanço

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

Viseu, 12 de março de 2018

O Contabilista Certificado

CC membro nº 77089

O Conselho de Administração

Documentos de apreciação e certificação

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Grupo Visabeira, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.576.970.248 euros e um total de capital próprio de 373.145.096 euros, incluindo um resultado líquido de 50.093.710 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Grupo Visabeira, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número – Sede: Av. da República, 90 – 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 420, conjugado com o n.º 1 do artigo 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Grupo Visabeira, S.G.P.S, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Apreciámos os Relatórios e Pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação onde enquanto Revisor Oficial de Contas não exercemos funções;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas individuais e consolidadas, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a Entidade é a empresa-mãe;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações financeiras, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações Legais das Contas, ambas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto somos de parecer que:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Grupo Visabeira, S.G.P.S, S.A. nos termos do artigo 420 conjugado com o n.º 1 do artigo 508-D do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) A proposta de aplicação de resultado s constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) Os Relatórios de Gestão individual e consolidado, do exercício de 31 de dezembro de 2017 satisfazem os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações financeiras do exercício de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e

(d) A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 29 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

© Concept, Design & Art Direction by **www.bangbang.agency**

GRUPOVISABEIRA.COM